



DO JORNALISMO NA FABULAÇÃO DO REAL: NARRATIVA JORNALÍSTICA E FICÇÃO

DENISE GONRING

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DENISE GONRING

DO JORNALISMO NA
FABULAÇÃO DO REAL:
NARRATIVA JORNALÍSTICA
E FICÇÃO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de Concentração: Comunicação.

Orientadora: Prof. Dr. André Queiroz.

Niterói
2007

DENISE GONRING

DO JORNALISMO NA FABULAÇÃO DO REAL
NARRATIVA JORNALÍSTICA E FICÇÃO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Comunicação.

Aprovada 14 de setembro de 2007

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Queiroz – Orientador

Prof. Dr. Felipe Pena – UFF

Prof. Dr. Mário Bruno – UERJ

NITERÓI
2007

Ao meu filho Bernardo.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste projeto: familiares, amigos, professores e colegas de curso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	14
“UM AMONTOADO DE METÁFORAS”	14
1.1 – LINGUAGEM	14
1.2 VERDADE	23
1.3 – VALORES	34
CAPÍTULO II	47
A INVENÇÃO DO REAL	47
2.1 – REALIDADE	47
2.2 – REALIDADE MEDIATEZADA	59
2.3 – TELERREALIDADE	72
CAPÍTULO III	85
A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO	85
3.1 – ACONTECIMENTO E NOTÍCIA	85
3.2 – JORNALISMO E OBJETIVIDADE	96
3.3 – JORNALISTA DE TELEVISÃO	110
CAPÍTULO IV	122
UM ESTUDO DE CASO	122
4.1 – METODOLOGIA	122
4.2 – ESTV 2ª EDIÇÃO – UMA APRESENTAÇÃO	124
4.3 – CHEFE DE REPORTAGEM – “O REPÓRTER MAIS EXPERIENTE”	127
4.4 – O REPÓRTER - “BRAÇO ARMADO COM MICROFONE”	132
4.5 – O EDITOR - O ÚLTIMO FILTRO	147
4.6 – ANÁLISE FINAL	155
5 CONCLUSÃO	164
6 REFERÊNCIAS	168

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo perceber até que ponto o jornalista se reconhece como construtor de realidade; se, no exercício de sua profissão, ele ainda acredita ser um fiel reproduzidor dos fatos, assegurando assim seu compromisso com a verdade, ou se consegue se ver como uma peça a mais na reprodução do acontecimento tornado notícia. Em um mundo onde a realidade e a verdade são colocadas constantemente em questão, o que ocorre em maior proporção nos domínios acadêmicos, seria de se imaginar uma descrença total na existência desses conceitos. Mas o que supomos é bem o contrário. O jornalista, assim como a humanidade como um todo, necessita de tais conceitos para seguir sua trajetória de assegurar seu domínio sobre um suposto real que fundamenta toda uma civilização.

Palavras-chave: Reconhecimento, Construção da Realidade, Verdade, Ficção, Acontecimento, Notícia, Reconhecimento.

ABSTRACT

This essay has the objective of noticing to what extent the journalist sees himself as an announcer of reality and if he believes that his duty is to faithfully reproduce the facts according to a supposed truth or to be just one more part in the process in which reality turns into news. In a world that truth is constantly called into question, which happens more intensely in the academic world, we could suppose a total disbelief in the existence of these concepts. However, we maintain the thesis that the journalist, as well as human kind as a whole, needs these concepts to follow his way and reinforce his control over a supposed reality which bases civilization.

Key Words: True, Fiction, Event, News, Building of Reality, Recognition.

.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

G639d Gonring, Denise, 1968-
Do jornalismo na fabulação do real : narrativa jornalística e
ficção / Denise Gonring. – 2007.
173 f.

Orientador: André Queiroz.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense.

1. Jornalismo. 2. Verdade. 3. Ficção. 4. Realidade - Construção.
I. Queiroz, André. II. Universidade Federal Fluminense. III. Título.

CDU: 070
CDD: 070.43

INTRODUÇÃO

A partir de um momento único na história do planeta Terra, uma espécie dentre tantas criou a linguagem, dando início a uma longa jornada na construção de uma ficção que hoje ocupa o lugar daquilo que chamamos realidade ou mundo real.

O advento da linguagem deu início ao que conhecemos e imaginamos ser o mundo e, sendo uma criação humana e, enquanto tal uma ficção, podemos afirmar que tudo o que nasceu e continua a surgir a partir dela também são ficções e admitir que também não há verdades e mentiras, bem e mal, coisas certas e erradas, realidade e ficção.

O que existe, de fato, são designações dadas às coisas e aos fenômenos, além dos valores que surgiram desse ato de nomear, do qual os homens um dia se valeram para construir “um mundo próprio ao lado do outro”.

Poderíamos nos ater em enumerar tantas quantas ficções foram sendo inventadas ao longo da História, mas nossa proposta se resume em abordar uma ficção em particular, mas que, devido ao lugar que ocupa na contemporaneidade, acaba por perpassar todas as demais: a linguagem jornalística e sua particular característica de pretender ser uma narrativa que dá conta do real.

Mais precisamente, nos ateremos à construção dessa narrativa, o que nos leva ao papel do jornalista. Pensar o trabalho desse profissional em transformar acontecimentos em notícias se mostra como um desafio, que é o de se tentar traçar um limiar entre realidade e ficção. Mas esse limiar de fato existe?.

Nesse processo, dedicaremos boa parte do presente trabalho às considerações de Friedrich Nietzsche sobre a linguagem como ficção e sobre a moral criada pelos e para os homens, incluindo aqui conceitos como a verdade,

a mentira, o bem, o mal, valores sem os quais a humanidade não existiria como hoje a conhecemos.

No primeiro capítulo, procuraremos mostrar como surgiram de forma arbitrária e subjetiva as palavras, depois transpostas em conceitos e como estes formam isso que se convencionou chamar de linguagem. Esta possibilita a existência do mundo tal qual o conhecemos e fornece uma base sólida para a consolidação de uma moral que passa a ditar as normas e condutas da vida em sociedade e a estabelecer as verdades que deverão ser aceitas por todos.

Depois de criar a linguagem, sua mais nobre ficção, partiram os homens em busca de novas ficções. No interior daquela, forjaram a existência de uma “verdade verdadeira”, uma verdade em si, incontestável e inabalável que está no cerne de cada objeto e fenômeno. A partir dessa ficção - a existência de uma “verdade” - passaram os homens a estabelecer relações de valor com o mundo e tudo o que nele existe.

Exploraremos ainda mais de perto os valores que sustentam a moral, desde sua gênese até os dias atuais, como o bem e o mal que, desde o princípio, estabeleceram valorações positivas e negativas em relação às coisas e aos fenômenos. Também aqui os homens esqueceram que são os valores ficções.

O que pretendemos destacar é a ficção que está por trás desses valores, sem os quais não seria hoje possível se pensar a vida em sociedade. Mais adiante, também defenderemos a tese de que a manutenção desses mesmos valores se faz principalmente pelos meios de comunicação.

No capítulo seguinte, abordaremos o conceito de realidade, a partir de uma visão ainda filosófica sobre o tema. Começaremos fazendo um breve resumo do conceito de realidade para alguns dos principais expoentes da filosofia, seguida de um recorte nietzscheano sobre o tema. Real, para Nietzsche, não poderia ser entendido como aquilo que é. Real, a partir dessa visada, é aquilo que vale, o real como valor.

É uma nova era que se inaugura e o mundo deixa de ser visto pela ótica de uma realidade única e absoluta para ser pensado como um caleidoscópio de perspectivas, de possibilidades de realidades.

Nesse mundo de perspectivas, uma entre tantas tem sido a dominante na contemporaneidade.

Esse é o foco das duas partes que se seguem no segundo capítulo do presente trabalho: “Realidade Midiatizada” e “Telerrealidade”.

Na primeira, daremos vozes a autores como Jean Baudrillard, Paul Virilio e Ignácio Ramonet, pensadores que se mostram críticos em relação a essa perspectiva dominante.

Baudrillard fala em acontecimentos que já não encontram resoluções políticas, mas apenas no espaço midiático, e defende a tese de que a sociedade vive para além do acontecimento, um acontecimento que não teve lugar.

Virilio se mostra mais preocupado com o corpo do telespectador que precisa se adaptar a essa nova configuração da “realidade” e lembra que a proximidade midiática do “estar lá” ou do “aqui e agora” substitui a proximidade física com o outro e com a possibilidade de diálogo. Já Ramonet vê com preocupação o que ele define como sistema midiático, que vem a ser o aparato ideológico da globalização, destacando o caráter mercadológico dado hoje à informação.

Os pensamentos de Manuel Castells e do brasileiro Muniz Sodré a respeito dessa temática também foram aqui considerados. Apesar de ser mais otimista em relação ao que define como cultura da virtualidade real, o autor de *Sociedade em Rede* reconhece que a sociedade vive no ambiente de mídia, de onde parte a maioria dos estímulos simbólicos da atualidade.

Ele lembra que, dentre todas as mídias, a televisão é o meio que detém o poder de afetar nosso inconsciente e comportamento, uma vez que representa o tecido simbólico de nossa vida. Este, por sinal, é o tema em questão do terceiro momento do capítulo que trata da telerrealidade, um termo proposto por Muniz Sodré para explicar a influência e importância da televisão no que o autor define como sendo o *bios* midiático.

Moldado pela televisão, esse novo *bios* institui novos padrões de comportamento e relações que se orientam pela imagem especular. A televisão

é vista aqui como um espelho onde o indivíduo perde sua identidade original para o simulacro.

Ao tratar do tema da telerrealidade, direcionamos o presente trabalho para a televisão, meio que escolhemos como estudo de caso e que será aprofundado no terceiro capítulo, no qual serão abordadas questões mais específicas do universo jornalístico e, em particular, do telejornalismo. Começaremos pela construção do acontecimento que resulta na notícia, que vem a ser o trabalho específico do jornalista.

Trabalharemos nessa parte com vários teóricos da comunicação, entre eles Nelson Traquina, Gaye Tuchman e Michel Schudson, que ampliam os conceitos de acontecimento e de notícia.

Outros autores utilizados aqui como Elizabeth Bird e Robert Dardenne, além de Adriano Duarte Rodrigues, abordam mais especificamente o caráter mítico da notícia, enquanto a construção do acontecimento propriamente dita fica por conta de Robert Hackett e Pierre Nora.

Em seguida, focaremos a questão da objetividade no jornalismo, um conjunto de pressupostos que, entre outras coisas, dá ao jornalista um amparo legal para o exercício da profissão. Essa questão não poderia ser retratada sem que para isso utilizássemos autores como Michael Schudson e Gaye Tuchman. Por fim, nos ateremos a uma análise um pouco mais aprofundada do telejornalismo e da atuação do jornalista de televisão. Destarecamos aqui autores como Hackett, que aborda a questão do realismo na televisão, e Paul Weaver, que compara a linguagem do telejornal com a do jornal impresso, contribuindo assim para delimitar ainda mais nosso objeto. O recorte para essa mídia em particular se deve à opção que fizemos em escolher como estudo de caso uma equipe de telejornal, que será o tema do próximo capítulo. Nossa intenção com essa escolha metodológica foi procurar extrair das visões de mundo e experiências dos entrevistados (a equipe de jornalistas responsável pelo telejornal) conteúdos que venham a enriquecer nossa principal questão, a saber: se o jornalista se reconhece como construtor de realidade.

CAPÍTULO I

“UM AMONTOADO DE METÁFORAS”

“No fundo, as antigas formas de linguagem também haviam sido outrora imagens difíceis de apanhar quando o ouvinte ainda não conhecia o universo que pintavam. Mas imaginamos desde muito que era o universo real e nele nos apoiamos”. “Em Busca do Tempo Perdido” - Marcel Proust

1.1 - LINGUAGEM

*“Descobri para mim que a antiga humanidade e animalidade, e mesmo todo o tempo primitivo e o passado de todo o ser sensível continuam em mim a criar ficções, a amar, a odiar, a concluir – sou subitamente acordado em meio a esse sonho, mas somente para a consciência de que estou sonhando e de que **tenho de** continuar sonhando, para não sucumbir: assim como o sonâmbulo tem de continuar sonhando para não desabar.” (NIETZSCHE, 1978, p.194, grifo nosso).*

O aforismo acima de Friedrich Nietzsche chamado “A consciência da aparência”, do livro *A Gaia Ciência*, é um dos mais reveladores do pensamento do filósofo acerca da ficção que é o mundo em que vivemos.

Aos leitores que se deparam com considerações dessa natureza, existe sempre a possibilidade de não mais se deixarem seduzir pela idéia de realidade e pela certeza da verdade.

Porém o homem precisa continuar sonhando, como reconhece o próprio filósofo; acreditar que o sonho é real é mais do que uma necessidade, é um imperativo para que o mundo de ficções não se desintegre e se deixe levar pelos caprichos do devir.

Ainda que se descubra que o real é uma ficção e a verdade um erro, e que ambos já foram longe demais, o homem não pode mais voltar atrás. Precisa do seu mundo de mentira para não sucumbir.

Em um ensaio escrito em 1873, mas publicado postumamente, intitulado *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral*, Nietzsche aborda com seu

humor que lhe era típico a questão da ficção que é o mundo, iniciando seu texto com as seguintes palavras:

“em algum remoto rincão do universo cintilante que se derrama em um sem-número de sistemas solares, havia um astro, em que animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da ‘história universal’: mas também foi somente um minuto. Passados poucos fôlegos da natureza congelou-se o astro, e os animais inteligentes tiveram de morrer.” (NIETZSCHE, 1978, p. 45).

Nietzsche argumenta em seguida que essa poderia ser uma fábula sobre a passagem do homem inteligente pela terra, mas ainda assim não daria conta de “quão lamentável, quão fantasmagórico e fugaz, quão sem finalidade e gratuito fica o intelecto humano dentro da natureza.” (NIETZSCHE, 1978, p. 45).

A princípio um meio para conservação dos indivíduos mais fracos e impossibilitados de lutar com garras e chifres pela sobrevivência, o intelecto humano é também para filósofo um mestre do disfarce¹ (NIETZSCHE, 1978, p. 45) e que já havia ido mais longe em sua arte de disfarçar. Descobriu que também podia criar e, façanha das façanhas, fazer com que suas invenções perdessem as condições originárias para se tornar reais, verídicas, convenções enfim. Mais uma vez Nietzsche (1978, p. 46) proclama:

“[...] nada é mais inconcebível do que como pôde aparecer entre os homens um honesto e puro impulso à verdade (...) eles estão profundamente imersos em ilusões e imagens de sonho, seu olho apenas resvala às tontas pela superfície das coisas e vê ‘formas’ (...) por isso o homem, à noite, através da vida, deixa que o sonho lhe minta, sem que seu sentimento moral jamais tentasse impedi-lo.”

Nietzsche (1978) quer saber se ao homem alguma vez foi possível que ele se percebesse de forma plena, tal qual um produto em uma vitrine iluminada. Negando essa possibilidade, o filósofo argumenta que a natureza cala àquele quase tudo.

¹ A desconfiança de Nietzsche em relação ao intelecto humano pode ser encontrada em outras obras do filósofo. Mesmo em seus últimos escritos ele ainda se encontrava bastante reticente com o que chamou de ‘mestre do disfarce’. Nos escritos póstumos encontramos a seguinte passagem: “Princípio: aquilo que, na luta contra os animais, deu ao homem a vitória - trouxe, ao mesmo tempo, o desenvolvimento difícil, perigoso e doentio do homem. Ele é o animal *que ainda* não se firmou.” (Cf. NIETZSCHE, Friedrich. “Sabedoria para Depois do Amanhã” – Seleção dos fragmentos póstumos por Heinz Friedrich: Martins Fontes, São Paulo, 2005, p. 176).

Ainda assim, segue o homem pensando ser possível esse conhecimento, porque acredita que a natureza confiou a sua espécie um impulso à verdade. Pergunta-se Nietzsche (1978, p. 46) de onde o homem tirou tal crença. E ele mesmo responde:

“enquanto indivíduo, em contraposição a outros indivíduos, quer conservar-se, ele usa o intelecto, em um estado natural das coisas, no mais das vezes somente para a representação: mas, porque o homem, ao mesmo tempo por necessidade e tédio, quer existir socialmente e em rebanho, ele precisa de um acordo de paz (...) esse tratado de paz traz consigo algo que parece ser o primeiro passo para alcançar aquele enigmático impulso à verdade.”

Mas Nietzsche acreditava que somente por esquecimento o homem supôs que possui uma verdade e, com a finalidade de desmascarar essa invenção, o filósofo, que também era filólogo, esboça nesse ensaio uma gênese possível da linguagem.

Nietzsche passa a defender então que a realidade é a linguagem e esta é composta por um amontoado de metáforas que constituem uma ficção. Baseados em Nietzsche, nos perguntamos se “é a linguagem a expressão adequada de todas as realidades.”

Partimos do pressuposto de que o pensador não acreditava na existência de um único, concreto e definitivo real, como querem crer os defensores da pretensa realidade dos fatos.

São tantas as realidades por trás, em cima, dos lados, no meio, ou onde quer que as convenções da linguagem queiram localizar as coisas, os fatos, ou seja, o “real”. Podemos falar em realidades individuais, de um determinado grupo, de uma cidade, de um país, enfim, de toda uma sociedade.

Ainda assim, não damos conta de abarcar todas as realidades imagináveis ou não.

Mas como é por formação um pretenso apreensor do “real”, um constante guerreiro em uma incessante e incansável luta por conhecer, dominar, organizar, esquematizar, enfim, assegurar o “real”, o homem se convenceu de que existe de fato uma verdadeira e única “realidade”.

Para assegurar esse “real” único e verdadeiro, o homem não mede esforços na busca pela verdade, ainda que acabe, com essa procura obsessiva, criando novas ficções, como a existência de um deus verdadeiro, de uma vida em um outro e mais feliz dos mundos e de conceitos abstratos que se tornaram valores, entre eles a justiça, a honestidade, a bondade, só para citar alguns.

O homem foi ainda mais longe e inventou também o conceito/valor verdade, ou seja, a realidade incontestável. Mas verdade é antes de tudo uma palavra e, como todas as demais designações que constituem uma língua, foi inventada por aqueles que detinham o poder de nomear, os formadores da linguagem.

Em seu ensaio sobre a verdade, Nietzsche (1978) define a palavra como sendo “a figuração de um estímulo nervoso em sons.” As palavras nasceram, portanto, de situações individuais, experiências subjetivas daqueles que foram os primeiros a nomear – os formadores da linguagem. Nesse processo de nomear as coisas e os fenômenos, os formadores da linguagem apenas reproduziram uma situação antropomórfica e, na tentativa de exprimir essas experiências individuais e únicas, o formador da linguagem tomou em seu auxílio “as mais audaciosas metáforas.” (NIETZSCHE, 1978, p. 47).

Baseado nessa arbitrariedade da gênese da linguagem², Nietzsche concluiu que as palavras não passam de “transposições arbitrárias”, surgidas de metáforas individuais.

² A tese da arbitrariedade da formação da linguagem já existia desde a Grécia Antiga. Primeiro foram os eleatas que viram nas palavras apenas “etiquetas das coisas ilusórias” (Parmênides, frag. 19, Diels). Demócrito e o sofista Górgia também defenderam a tese da arbitrariedade da formação da linguagem. A Teoria da Metáfora foi expressa pela primeira vez pelo filósofo napolitano Giambattista Vico (1668-1744), segundo o qual foi a partir de uma sabedoria poética que surgiram as primeiras línguas. Tal poesia, de acordo com Vico, “começou neles por ser *divina*, pois ao mesmo tempo em que eles imaginavam as razões das coisas, contemporaneamente as sentiam e admiravam como divinas (*essere dei*)...”. Para Vico, as mentes dos primevos não poderiam de forma alguma serem abstratas, porque estavam completamente imersas nos sentidos, embotadas pelas paixões e fortemente arraigadas aos corpos. O falar dos primitivos, os quais Vico denominou poetas teólogos, não foi, para o filósofo, um falar segundo a natureza das coisas, mas sim, “um falar fantástico, mediante substâncias animadas, a maior parte das quais imaginadas divinas”. Foram, portanto, os poetas os primeiros a nomear as coisas, a partir de idéias particulares e sensíveis. A metáfora, ainda segundo Vico, constitui o maior corpo das línguas em todas as nações. (Cf. VICO, Giambattista. *Princípios de Uma Ciência Nova (acerca da natureza comum da nações)*. Abril cultural - Coleção os Pensadores, São Paulo, 1979). Também Nietzsche se referiu à linguagem como o poema originário de um povo. O mundo inteiro, para ele, sentido intuitivamente pode ser entendido como a poesia originária da humanidade, poesia esta que já os animais começaram a compô-la. “**Isso** nós *herdamos* de uma só vez, como se fosse a

A primeira metáfora foi o estímulo nervoso transformado em imagem e esta, por sua vez, foi logo transposta em som, o que já implica uma segunda metáfora.

De metáfora em metáfora surgiram, primeiramente, as palavras que constituem uma língua.

“Acreditamos saber algo das coisas mesmas, se falamos de árvores, cores, neve, flores, e no entanto não possuímos nada mais do que metáforas das coisas, que de nenhum modo correspondem às entidades de origem.” (NIETZSCHE, 1978, p. 47).

Concluimos com Nietzsche que a gênese da linguagem não ocorre de forma lógica e objetiva, e sim subjetiva e arbitrariamente.

Os formadores da linguagem dividiram as coisas em gêneros, “árvore feminina”, “vegetal masculino”. “Falamos de uma *schlange* (cobra): a designação não se refere a nada mais do que o enrodilhar-se, e portanto poderia também caber ao verme.”

Nietzsche (1978) via nas palavras apenas delimitações arbitrárias que revelam as preferências unilaterais das propriedades dos objetos. “As diferentes línguas, colocadas lado a lado, mostram que nas palavras nunca importa a verdade, nunca uma expressão adequada: pois senão não haveria tantas línguas.” (NIETZSCHE, 1978, p. 47)

Na gênese da linguagem tudo começa com um estímulo nervoso que logo se transforma em metáfora, da qual surge um som que em pouco tempo torna-se uma palavra e esta, por fim, acaba virando um conceito. Nas palavras de Nietzsche (1978, p. 48):

“toda palavra torna-se logo conceito justamente quando não deve servir, como recordação, para a vivência primitiva, completamente individualizada e única, à qual deve seu surgimento, mas ao mesmo tempo tem de convir a um sem-número de casos, mais ou menos semelhantes, isto é, tornados rigorosamente, nunca iguais, portanto, a casos claramente desiguais.”

própria realidade.” Escreveu ainda Nietzsche : “Todo esse mundo que criamos, oh, como o *amamos*! Tudo o que o poeta sente perante sua obra não é nada perante as inúmeras emanções de felicidade que os homens sentiram em tempos imemoráveis quando *inventaram a natureza*.” (Cf. NIETZSCHE, Friedrich. *Sabedoria para Depois do Amanhã* – Seleção dos fragmentos póstumos por Heinz Friedrich: Martins Fontes, São Paulo, 2005, p. 117).

Assim, é pela igualação do não igual que surge o conceito. Somente abandonando as diferenças individuais, um ato arbitrário, os formadores da linguagem puderam criar conceitos. Um abandono que, com o tempo, logo passou a “esquecimento” das diferenças, possibilitando o surgimento do conceito como uma representação primordial de todos os objetos que se assemelhavam, mas que, nem por isso, eram iguais.

Pegando como exemplo o conceito “folha”, utilizado por Nietzsche, observamos que uma folha nunca é exatamente igual a outra. Mas quando não se fala em uma folha em especial, é como se tivéssemos em mente todas as folhas, esquecendo suas diferenças.

“Como se, na natureza, além das folhas houvesse algo, que fosse ‘folha’, uma espécie de folha primordial, segundo a qual todas as folhas foram tecidas, desenhadas, recortadas, coloridas, frisadas, pintadas, mas por mãos inábeis, de tal modo que nenhum exemplar tivesse saído correto e fidedigno como cópia fiel da forma primordial.” (NIETZSCHE, 1978, p. 48)

O mesmo ocorreu com os demais conceitos, digamos concretos, que constituem a linguagem verbal. O conceito árvore, por exemplo, é a representação, ou seja, a forma primeira que representa todas as árvores do planeta, independentemente da espécie, formato, tamanho, tipo de frutos, enfim, todas as propriedades de uma árvore.

Mas o que dizer dos conceitos abstratos? Esses também nasceram de metáforas intuitivas, ações individualizadas, desiguais e, como na gênese dos conceitos concretos, foram igualados pelo abandono do desigual. Honestidade, bondade, justiça, uma gama de conceitos dos quais, lembra Nietzsche (1978, p. 48), “os homens nada sabem sobre as qualidades essenciais inerentes a estes, a não ser uma ‘qualitas occulta’ “.

Foi por não levar em conta o individual e o efetivo que o homem pôde criar o conceito e, a partir deste, abstrair-se cada vez mais de seu mundo “concreto”.

Esse poder que a linguagem proporcionou ao homem foi um diferencial na luta pela sobrevivência que ele travava com as demais espécies.

Para Nietzsche (1978, p. 49), “tudo o que destaca o homem do animal depende dessa aptidão de liquefazer a metáfora intuitiva em um esquema, portanto de dissolver uma imagem em um conceito.”

Foi o advento desses conceitos/esquemas que possibilitou o surgimento de um outro mundo.

“mundo de leis, privilégios, subordinações, demarcações de limites, que ora defronta o outro mundo intuitivo das primeiras impressões como o mais sólido, o mais universal, o mais conhecido, o mais humano e, por isso, como regulador e imperativo.” (NIETZSCHE, 1978, p. 49).

A linguagem permitiu ao homem criar um mundo pleno de conceitos, abstrações e valores, um universo de ficções, como a própria linguagem. Ficção porque não existe fora dos parâmetros da “civilização”, da “cultura”, da “sociedade”; porque nasceram ambos, linguagem e mundo abstrato-conceitual, de metáforas intuitivas. O mundo que conhecemos não passaria, segundo Nietzsche, de “resíduos de metáforas”. Em tom humorado afirmou o filósofo que “... a ilusão da transposição artificial de um estímulo nervoso em imagens, se não é a mãe, é pelo menos a avó de todo e qualquer conceito.” (NIETZSCHE, 1978, p. 49).

Em *Humano, Demasiado Humano – Um livro para espíritos livres*, escrito em 1878³, retoma o tema da linguagem enquanto configuradora de um mundo de ficção. No aforismo 11, intitulado “A linguagem como suposta ciência”, Nietzsche (2000, p. 21) escreveu:

“a importância da linguagem para o desenvolvimento da cultura está em que nela o homem estabeleceu um mundo próprio ao lado do outro, um lugar que ele considerou firme o bastante para, a partir dele, tirar dos eixos o mundo restante e se tornar seu senhor.”

A linguagem, ainda que sendo uma ficção, foi e continua sendo um instrumento poderoso para a perpetuação da espécie humana. É com e por ela que os homens se comunicam, consolidam uma vida em sociedade,

³ A segunda edição deste livro surgiria oito anos mais tarde, quando Nietzsche incluiu um prólogo a essa obra. Vale destacar nesse prólogo o final do primeiro aforismo, em que o filósofo se pergunta: “[...] que *podem* vocês saber disso, da astúcia de autoconservação, da racionalidade e superior proteção que existe em tal engano de si e da falsidade que ainda me é *necessária* para que continue a me permitir o luxo de minha veracidade?...Basta, eu ainda vivo; e a vida não é excogitação da moral: ela *quer* ilusão, vive da ilusão....porém, vejam só, já não começo de novo a fazer o que sempre fiz, como velho imoralista e apanhador de pássaros - falando imoralmente, amoralmente, ‘além do bem e do mal’?”

transformam continuamente o mundo em que vivem e continuam a exercer o domínio sobre as demais espécies do planeta. Mesmo que seja praticamente impossível para a espécie humana apreender todo o “real” – fato que a deixa sujeita a alguns “caprichos” da natureza – a linguagem, a técnica e a ciência fazem dos homens os senhores absolutos do planeta. Segundo Nietzsche, esse poder que o homem exerce hoje nasceu da crença da humanidade em seus conceitos e nomes de coisas como sendo verdades eternas (*aeternae veritas*). “[...] o homem adquiriu esse orgulho com que se ergueu acima do animal: pensou ter realmente na linguagem o conhecimento do mundo.” (NIETZSCHE, 2000, p. 21).

Para Nietzsche (2000, p.21)⁴, faltou modéstia aos formadores da linguagem. Mais do que dar nomes às coisas e aos fenômenos, os homens imaginaram que, ao nomear, exprimiam “com as palavras o supremo saber sobre as coisas.” Concluiu o filósofo que “a linguagem é a primeira etapa no esforço da ciência.”

Essa falta de modéstia chega até nossos dias, a ponto de a humanidade acreditar que está atingindo um momento único em seu “desenvolvimento”, por conseguir um poder pleno sobre as coisas.

Esse domínio se dá em diversas esferas, mas é precisamente no campo científico que a sociedade moderna deposita toda a confiança na existência da verdade, tornada aqui fatos científicos. A imodéstia dos formadores da linguagem se limitava à crença que tinham de que os nomes por eles dados às coisas e fenômenos encerravam todo o conhecimento, a verdade, a “coisa em si”.

Nos dias atuais, essa falta de modéstia se sofisticou e os homens, em especial os de ciência, chegam a acreditar que é possível um total domínio sobre o “real” a partir do conhecimento físico-químico e biológico acerca dos fenômenos e objetos. Mais do que isso, são capazes, esses cientistas, de reduzir toda a natureza a fórmulas matemáticas.

⁴ Como veremos no decorrer deste capítulo, Nietzsche vê de forma crítica a ciência, por ser um discurso que se crê detentor da verdade última sobre as coisas.

⁵Em *Humano, Demasiado Humano*, Nietzsche defendeu que a matemática nem sequer teria surgido se, desde o princípio, soubesse o homem que não existe linha reta na natureza, “...nem círculo verdadeiro, nem medida absoluta de grandeza”. (NIETZSCHE, 2000, p. 21).

Para este trabalho em particular, vale também ressaltar que a apreensão do real em forma de jargões como “realidade dos fatos”, “o mundo como ele é”, “a verdade por trás dos fatos”, só para citar alguns, serve como discurso de validação dos meios de comunicação junto ao seu público.

A divulgação das notícias no momento em que elas acontecem, o chamado tempo real, é também uma poderosa fonte de convencimento da mídia junto ao público, uma vez que remete à idéia de que o desenrolar dos acontecimentos pode ser agora acompanhado ao vivo, dando uma impressão de que é possível estar lá, no tempo e no espaço em que estes acontecimentos se dão.

Em seus escritos não publicados em vida⁶, Nietzsche retoma o tema linguagem e ciência quando fala da forma como esta última era praticada no século XIX. Lembra o filósofo que a ciência da época era uma tentativa de se criar uma linguagem comum de signos que compreendesse todos os fenômenos, ou seja, mais uma forma encontrada pelo homem de possibilidade de se calcular e assim atingir um domínio sobre a natureza. “Na medida em que o mundo se mostra como *calculável* e *mensurável*, e, portanto, como *confiável*, ele adquire dignidade perante nós.” (NIETZSCHE, 2005, p.108)⁷

⁵ A importância que se dá à matemática em nossa contemporânea sociedade tecnológico-científica demonstra um certo paradoxo próprio da natureza humana. Sendo aquela a mais exata das ciências, representa também o mais abstrato dos conhecimentos, construído sobre nenhuma base sensorial, ou alguém conseguiu ver, sentir, ouvir, tocar ou provar algum número no mundo físico? Os números, como tudo o que constitui a linguagem, fazem parte dessa grande ficção abstrato-conceitual que é o mundo. Mas ninguém dúvida que dois mais dois somam quatro.

⁶ Além dos livros publicados pelo próprio Nietzsche, as anotações que ele deixou foram editadas postumamente. Primeiro surgiram de forma parcial e depois completa, com preparação crítica dos filólogos italianos Mazzino Montinari e Giorgio Colli, um trabalho de vinte anos de pesquisa. Neste trabalho utilizaremos a coletânea de fragmentos póstumos retirada da obra de Montinari e Colli, organizada por Heinz Friedrich e publicada em Munique em 1994. No Brasil, a obra foi traduzida em 2005 pela Martins Fontes com o título “Sabedoria para Depois de Amanhã.”

⁷ Ainda em seus escritos póstumos, encontramos um Nietzsche que continuava vendo a ciência de forma crítica. Segundo ele, a finalidade da ciência era aniquilar o mundo, ainda que seu efeito imediato, reconhecia, se assemelhasse ao de pequenas doses de ópio, ou seja, o aumento da afirmação

Desde o princípio, os homens acreditaram encontrar nas palavras e conceitos por eles mesmos criados uma pretensa verdade.

Em outro fragmento póstumo, Nietzsche mais uma vez afirmou o caráter fictício dessas palavras e conceitos.

“Divisão de trabalho, memória, exercício, hábito, instinto, transmissão hereditária, capacidade, força: todas estas são palavras com as quais não explicamos nada, mas sim designamos e interpretamos.” (NIETZSCHE, 2005, p. 217).

Para Nietzsche, a crença nas palavras e conceitos não passa de um “erro monstruoso”, a saber: o esquecimento de que também a linguagem é uma criação humana. Mas o homem precisou esquecer sua mais nobre criação para se preservar enquanto espécie e, para tanto, passou a existir socialmente e “em rebanho”.

Os homens precisaram estabelecer mais do que um acordo de paz para que a vida gregária fosse possível. Sentiram a necessidade de criar uma forma infalível de comunicação, a linguagem, um instrumento que possibilitou a designação uniforme e válida para todos os objetos e fenômenos, nomes que passaram a ser verdades para os membros de uma mesma comunidade. Quem não adotasse tais verdades, estaria do lado oposto, ou seja, do lado da não-verdade, da mentira. O conceito verdade pressupõe o conceito mentira.

1.2 VERDADE

Para manter a vida gregária, não bastava apenas a comunicação. Continuar a existir enquanto sociedade exigia mais dos homens, que tiveram de recorrer ao conceito verdade, agora já transformado em valor.

do mundo.(Cf. NIETZSCHE,Friedrich. “Sabedoria para Depois de Amanhã” (Seleção dos fragmentos póstumos por Heinz Friedrich): Martins Fontes, São Paulo, 2005, p. 05). Em outra passagem, escreveu o filósofo: “A existência científica é o último da vontade: esta não aparece mais encoberta, porém, enquanto verdadeira, seduz na infinitude de sua pluralidade.” (Ibden, p. 09). E mais adiante: “O desenvolvimento da ciência reduz cada vez mais o *conhecido* a um *desconhecido*: mas ela *quer* justamente o *contrário* e parte do instinto de reduzir o desconhecido ao conhecido.” (Ibden, p. 228).

A partir daí, passou a ser imprescindível que todos falassem a mesma língua, e esta deveria estabelecer as coisas e situações como sendo ora certas, ora erradas, verdadeiras ou falsas.

A verdade foi desde sempre uma obrigação imposta pela sociedade com a finalidade de “mentir segundo uma convenção sólida, mentir em rebanho, em um estilo obrigatório para todos.” (NIETZSCHE, 1978, p. 49).

Portanto, verdade é um erro, porque desde o princípio foi um mentir obrigatório, tornado depois inconsciente. A verdade é o esquecimento do formador da linguagem enquanto criador.

Enquanto valor, a mentira, a princípio, representava uma espécie de contraponto da verdade. Tudo o que não poderia ser verdadeiro, pela lógica, logo seria uma inverdade, ou seja, uma mentira.

Com o tempo, o conceito se ampliou, e acabou por abarcar também a idéia de falsidade, compreendendo agora tudo o que pode ser considerado errado e injusto e que está associado ao conceito mau.

O conceito de falsidade traz “em si” toda uma concepção de conduta que em nada lembra o valor original de mentira, nascida das primeiras comparações adotadas pelos formadores da linguagem ao instituir as convenções da linguagem. Ao nomear um determinado objeto, aquele nome deveria tornar-se, a partir daquele momento, uma verdade para todos. Qualquer posição contrária era tida como uma não-verdade e, quem a cometesse, logo era um mentiroso.

No ensaio *Sobre a Verdade e a Mentira no Sentido Extra-Moral*, Nietzsche define um mentiroso como aquela pessoa que faz um mau uso das convenções humanas. “O mentiroso usa as designações válidas, as palavras, para fazer aparecer o não-efetivo como efetivo; ele diz, por exemplo, sou ‘rico’, quando para seu estado seria precisamente ‘pobre’ a designação correta.” (NIETZSCHE, 1978, p. 32).

O mentiroso age de forma arbitrária, porém consciente; age com a clara intenção de fazer um uso indevido das convenções da linguagem. Mas também a linguagem é fruto de uma grande arbitrariedade, um amontoado de mentiras que, assim sendo, não poderia ser atestado como verdade.

Para continuar vivendo em sociedade, o homem precisava dessas mentiras/verdades. Mas ao contrário da mentira aceita como tal, a linguagem nunca foi vista – pelo menos para a maioria - como um amontoado de inverdades. Essa negação travestida enquanto esquecimento representa o grande erro da humanidade, segundo Nietzsche.

Portanto, é um outro paradoxo pensar que o conceito mentira nasceu da necessidade do homem estabelecer verdades, uma vez que estas também são arbitrárias, originárias de experiências individuais, metáforas subjetivas dos formadores da linguagem.

Podemos concluir que o homem criou um mundo próprio fundamentado em mentiras e, dentro dessa grande ficção, continua inventando novas ficções.

Da sua função primeira, quando se confundia com as designações justas e convencionadas para cada objeto e acontecimento, a verdade ganhou status de instinto humano. Passaram os homens a buscar a verdade em todas as coisas. Desde então, acreditam que existe uma verdade pura, a “coisa em si”, a essência ou outro termo que defina essa “verdade verdadeira” por “trás” de todas as coisas.

Nietzsche acredita que somente por esquecimento puderam os homens supor que existe mesmo tal verdade e, por terem se esquecido que são os “verdadeiros” formadores da linguagem, continuam os homens “comprando ilusões por verdade.” (NIETZSCHE, 1978, p. 47).

O que chamamos verdade, não passa de “um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível.” (NIETZSCHE, 1978, p. 48).

É nesse mundo de metáforas que há muito perderam o sentido original e que constitui a linguagem, que os homens buscam a verdade. Mais uma vez em tom bem-humorado, Nietzsche lembra que é fácil alguém encontrar alguma coisa quando sabe onde guardou ou escondeu.

“Quando alguém esconde alguma coisa atrás de um arbusto, vai procurá-la ali mesmo e a encontra, [...] e é assim que se passa com o procurar e encontrar da ‘verdade’, no interior do distrito da razão.” (NIETZSCHE, 1978, p. 50).

Todas as verdades humanas são antropomórficas, porque nasceram de uma relação unilateral dos homens com o mundo que os cerca. Em seus escritos póstumos, Nietzsche afirmou que o homem sempre parte de si mesmo para imaginar as forças originárias da natureza tal como lhe ocorre em sua mente.

“O homem conhece o mundo na medida em que conhece a si mesmo: ou seja, sua profundidade se desvela a ele na medida em que ele se espanta consigo mesmo e com sua complexidade.” (NIETZSCHE, 2000, p. 23-24)

Ainda para o filósofo, não há dúvida de que o homem pertence ao caráter do mundo, o que o leva a afirmar o antropomorfismo na relação homem/mundo. “Só temos acesso ao mundo através de nós mesmos: tudo o que é alto e baixo em nós, precisa ser compreendido como necessariamente pertencente à essência do mundo.” (NIETZSCHE, 2005, p. 217). A natureza desconhece qualquer dimensão. Ela também não tem limites e, somente para nós, o finito existe. Os homens, no entanto, seguem crendo que a concepção que têm do mundo é a mais correta, porque corresponde à verdade, (NIETZSCHE, 2005, p. 24-25), mas também a verdade é uma criação humana. As leis da natureza são a soma das relações antropomórficas, não passando, portanto, de ficções. “Especialmente o número: a dissolução de todas as leis em pluralidades, sua expressão em fórmulas numéricas é uma metáfora.” (NIETZSCHE, 2005, p. 26). Em seus escritos póstumos, continuava a ver a ciência como uma forma de se esclarecer o mundo a partir daquilo que já está claro para todos, ou seja, daquilo em que se acredita entender, Nietzsche (2005, p. 178, grifo nosso):

*“a partir do espírito ou da alma, ou da vontade, ou como representação, aparência, imagens, ou a partir dos olhos (como fenômeno ótico, átomos, movimentos); ou do corpo, ou dos objetivos, ou do impulso e da atração, isto é, da nossa sensibilidade tátil, ou a partir de nossas apreciações [...] enfim, a ciência também faz o que o homem sempre fez: utiliza **algo** de si mesmo, que para ele é compreensível e vale como **verdadeiro** para explicar todo o resto, em suma, **humanização** [...] estamos sempre cirando esse mundo humanizado.”*

Mesmo a filosofia não estava livre das críticas do filósofo. Boa parte do pensamento consciente, segundo o Nietzsche, deve ser incluída entre as atividades instintivas, até mesmo o pensamento filosófico. “[...] Em sua maior parte, o pensamento consciente de um filósofo é secretamente guiado e colocado em certas trilhas pelos seus instintos.” (NIETZSCHE, 1999, p.11).

Seria, então, a filosofia um misto de “confissão pessoal” e “memórias involuntárias e inadvertidas”, aliadas às “intenções morais” dos filósofos, como salientou Nietzsche em *Além do Bem e do Mal- Prelúdio a uma filosofia do futuro*. (NIETZSCHE, 1999, p.13).⁸

Claro está até aqui que Nietzsche falava principalmente sobre filosofia e ciência, mas, por extensão, suas considerações podem ser transpostas para todos os outros discursos, e, para este trabalho em especial, para a narrativa jornalística, objeto deste estudo. E podemos já nos perguntar, o quanto de “confissão pessoal”, “memórias involuntárias e inadvertidas”, “intenções morais” está por trás da narrativa em questão. Ou talvez, mais apropriado seria questionar até que ponto o jornalista se utiliza de algo que lhe é próprio, compreensível, e portanto válido como verdadeiro, para narrar os fatos.

Voltando às metáforas individuais, poderíamos questionar o que teria levado Nietzsche à convicção de que a metáfora não é o “verdadeiro”, o “em si” da coisa ou fenômeno nomeado. A resposta lógica a essa pergunta é a posição unilateral dos formadores da linguagem em relação aos objetos. O antropomorfismo não seria, de acordo com esse argumento, suficiente para dar conta daquilo que vem a ser o objeto.

A relação sujeito/objeto é uma via de mão única, o que não permite uma clara, justa e “real” certeza de que os homens possam apreender o “próprio” de cada coisa.

Em *Humano, Demasiado Humano*, Nietzsche mais uma vez defende a arbitrariedade das metáforas, ao comparar o estado de vigília dos homens com os seus sonhos. No aforismo 12, intitulado “Sonho e cultura”, o filósofo lembra que durante o sono a memória é reduzida, levando a pessoa a confundir as

⁸ Publicado em 1886, oito anos após a primeira edição de *Humano, Demasiado Humano*, seu segundo livro.

sensações provocadas pelo ambiente. (NIETZSCHE, 2000, p.22). No aforismo seguinte, “Lógica do Sonho”, ele argumenta que o sonho é a busca pela representação dessas causas.

“Quem, por exemplo, cingir os pés com duas correias, sonhará talvez que duas serpentes envolvem seus pés [...] ‘essas serpentes devem ser a causa desta sensação que tenho eu, que estou dormindo’ – assim julga o espírito que dorme.” (NIETZSCHE, 2000, p.23).

Segundo Nietzsche, assim como se confunde o sonhador, também os formadores da linguagem, “baseados nas semelhanças mais ligeiras”, confundiram os efeitos com as causas e, “[...] foi com essa mesma arbitrariedade e confusão que os povos primitivos inventaram suas mitologias [...] portanto: no sono e no sonho, repetimos a tarefa da humanidade primitiva.” (NIETZSCHE, 2000, p. 22).

Assim como acontece durante o sonho, quando a primeira explicação para uma determinada situação é logo aceita como verdadeira, os formadores da linguagem adotavam como verdadeira “a primeira *causa* que ocorresse ao espírito, para explicar qualquer coisa que exigisse explicação.” (NIETZSCHE, 2000, p. 23).

A arbitrariedade da formação da linguagem, bem como o mundo de ficção que surgiu a partir dessa gênese, foi um tema constante na obra de Nietzsche. Em “A Gaia Ciência”, o filósofo escreveu no aforismo 58 - “Somente enquanto criadores”: “Eis algo que me exigiu e sempre continua a exigir um grande esforço: compreender que importa muito mais *como as coisas se chamam* do que aquilo que são.” (NIETZSCHE, 2000, p. 96).

Podemos argumentar, baseados em Nietzsche, que para os homens as coisas são designações por eles dadas e, mesmo quando recebem classificações de acordo com o reino, família, gênero, espécie, ainda assim, não passam de nomes que surgiram a partir de experiências subjetivas, enfim arbitrariedades que se tornaram convenientes a toda uma sociedade. Aquilo que de fato as coisas são – se é que elas são – os homens nada sabem a respeito.

Além do nome, todas as propriedades referentes aos objetos foram desde o princípio uma arbitrariedade, um “erro”, porém tidas como verdades

incontestáveis. O mundo que se vê pelas lentes da temporalidade, espaço, formas, movimentos, funções, é um local seguro que proporciona a todos os que enxergam da mesma forma uma idéia de realidade incontestável. Ainda que seja uma idéia fictícia, possibilita ao homem a certeza de que é possível viver em um mundo apreendido, rígido, regular, estável e constante.

A linguagem possibilitou aos homens a falsa idéia de domínio sobre o que acreditam ser o real, uma conquista para a espécie que não suportava mais ser arrastada pelas “impressões súbitas, pelas intuições”.

Essa vulnerabilidade frente ao mundo levou o homem a criar as palavras e os conceitos, um mundo abstrato e conceitual que possibilitou a universalização dessas “impressões em conceitos mais descoloridos, mais frios, para atrelar a eles o carro de seu viver e agir.” (NIETZSCHE, 1978, p. 49).

É nesse mundo abstrato-conceitual que os homens imaginavam viver em uma realidade, fruto de uma vontade de realidade, de uma “vontade de verdade”, um impulso rumo à esquematização, à coisificação, à igualação de todo o “real”, com o único intuito de fazer com que tudo o que existe permaneça sob o domínio da mente e da razão; uma forma de esquematizar o “real” e tornar o mundo pensável, calculável, medido, planejado, manipulável, enfim, sob o domínio da razão.

Nas palavras de Zarathustra, é possível resumir bem o que vem a ser esse impulso de verdade: “Mas é isto que significa o vosso desejo de verdade: que tudo se transforme no que pode ser humanamente pensado, humanamente visto, humanamente sentido!”.

Mais uma vez, Zarathustra define em poucas palavras o caráter ficcional de nossa realidade (leia-se da realidade humana):

“[...] aquilo a que chamas mundo, é preciso, primeiro, que seja criado por vós: é isto o que a vossa razão, a vossa imagem, a vossa vontade, o vosso amor devem tornar-se! É, na verdade, para a vossa felicidade, vós que buscais o conhecimento.” (NIETZSCHE, 1987, p.100).

É o medo do desconhecido, do devir e o seu vir a ser, para usarmos termos bem nietzscheanos, daquilo que ainda não é e, portanto, não se pode ter certeza de como será, que faz com que a humanidade siga em busca de mais e mais conhecimento, ou melhor, de muita informação, um termo mais

contemporâneo e condizente com o mundo globalizado. Conhecimento para Nietzsche é o reflexo em formas totalmente determinadas e que não existe a priori. Surge sim, por separação, definição e limitação. Conhecimento, ressalta, não é o saber absoluto de uma realidade. (NIETZSCHE, 2005, p. 24).

Bem poderíamos chamar Nietzsche o filósofo do devir, tamanha a importância desse tema em sua obra. Em seus escritos póstumos, o filósofo nos diz que a única forma de pensarmos o devir é enquanto uma transição de um estado permanentemente “morto” para outro estado na mesma condição.

Mas os homens seguem acreditando que existem corpos, superfícies, linhas e formas, uma consequência de uma outra crença, a da certeza na existência das substâncias e das coisas, ou seja, a crença na permanência. Escreveu o filósofo:

*“tão certo como nossos conceitos são invenções, o mesmo ocorre com as figuras da matemática. Não há nada semelhante. Somos tão incapazes de **realizar** uma superfície, um círculo e uma linha quanto de realizar um conceito.” (NIETZSCHE, 2005, p. 109, grifo nosso).*

Só existe o mundo que se torna, o mundo do devir. *O mundo que é*, constitui-se em pura ficção. Para Nietzsche, o essencial do pensamento e do sentimento humanos consiste em uma necessidade de impor equívocos, ou seja, isso que os homens chamam realidade. (NIETZSCHE, 2005, p.167).

O homem nada pode saber sobre o devir porque o intelecto humano não está preparado para este saber. “Não sabemos nada a respeito do espaço que pertence ao fluir eterno das coisas”, dizia Nietzsche. Ainda assim, o intelecto procura mostrar que existe uma rigidez no mundo, “uma permanência eterna”, e isso graças às imagens. Assim, os sentidos humanos revelam uma sucessão no espaço e este, justamente com as leis criadas pelos homens, pressupõe uma realidade que se revela durável, constituída por imagens, formas, substâncias. Essa criação do espaço, sabemos, é também uma ficção. “Nosso espaço se deve a um mundo imaginário.” (NIETZSCHE, 2005, p. 110).

Essas são apenas apreciações humanas e, ainda que possuam alguma relação com as condições humanas de existência, não são mais verdadeiras e precisas que o envolvimento dos homens com pequenos mundos fictícios que nos faz acreditar em uma totalidade do mundo orgânico. Isso ocorre, lembra

Nietzsche, porque os homens extraem de si e depositam na experiência a sua força, bem como seu *mundo externo*.

“A capacidade de criar (configurar, inventar, imaginar) é sua capacidade fundamental: naturalmente, de si mesmo eles também têm apenas essa representação errônea, imaginada e simplificada.” (NIETZSCHE, 2005, p. 205).

Mas antes de tornar o mundo permanente, buscam os homens conhecê-lo para, então, apreendê-lo. Sozinhos em um mundo cheio de adversidades, os primevos se relacionavam com aquele universo de forma muito parecida com o comportamento das crianças em todos os tempos: a primeira resposta que se dá a um questionamento de uma criança, logo é aceita como verdadeira.

Em *Crepúsculo dos Ídolos*⁹, Nietzsche já chamava a atenção para esse caráter emergencial e arbitrário dos homens quando buscam por explicações: “[...] a primeira idéia mediante a qual o desconhecido se declara conhecido faz tão bem que é ‘tida por verdadeira’. Prova do *prazer* (‘da força’) como critério de verdade.” (NIETZSCHE, 2006, p. 43).

Além de aliviar, tranquilizar e satisfazer, a capacidade que o homem tem de remontar algo desconhecido a algo já conhecido dá a ele um sentimento de poder sobre o imprevisível. Assim, lembra Nietzsche, o instinto primário humano trata de eliminar tais estados penosos, afinal “... alguma explicação é melhor que nenhuma. Tratando-se, no fundo, apenas de um querer livrar-se de idéias opressivas.” (NIETZSCHE, 2006, p. 43).

.Os antigos viam nos raios e trovões uma divindade: Zeus para os gregos e Júpiter para os latinos, deuses que para nossa civilização contemporânea fazem parte de uma rica mitologia.

Mas se pudermos, por alguns instantes, nos colocarmos no lugar dos primeiros homens e sentirmos todo o pavor que um estrondoso trovão e um fulminante raio ziguezagueando pelos céus produziam em nossos longínquos ancestrais, fica um pouco mais compreensivo e mesmo fascinante entender aqueles sinais como uma manifestação divina. O que entendemos como mito, os antigos acreditavam ser o “real”.

⁹ De 1888 e que traz o subtítulo *Como se filosofa com o martelo*.

Podemos argumentar que tantas outras poderiam ter sido as explicações sobre as coisas e os fenômenos aos olhos dos primeiros homens. Mas foram aquelas explicações que imaginaram, ou como preferiu Nietzsche, que “sentiram” metafórica e subjetivamente, ou seja, sensações que os levaram a criar uma linguagem e, a partir desta, explicar, ainda que de forma mítica, a “realidade” em que viviam.

Ao longo dessa jornada, os homens foram criando outras ficções a partir dos progressos que obtinham, seja no desenvolvimento da linguagem escrita, no aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e de novas tecnologias, além da incipiente ciência.

Enfim, tantas foram as invenções, quantos são hoje para a história os períodos devidamente divididos pelos quais passou a humanidade.

Falamos no homem das cavernas, nos gregos antigos, nos homens da Idade Média, nos renascentistas, iluministas, até chegarmos aos indivíduos informatizados e globalizados da sociedade contemporânea ou pós-moderna, como querem crer alguns pensadores.¹⁰

Os homens, esses grandes ficcionistas, esqueceram-se de suas criações e acreditam cegamente que existe um mundo “real”, constituído por valores e conceitos que o fundamentam. No mundo contemporâneo, esse real é mais e mais constituído, ou melhor, construído, pelos meios de comunicação, em particular pela narrativa jornalística.

Depois de forjar um mundo de ilusão e, dentro deste universo fictício que ele acredita ser o “real”, o homem constantemente inventa novas ficções, com a diferença que estas ele assume como criações próprias, ao passo que não se

¹⁰ Também apropriada para o homem contemporâneo é a classificação de niilista, como profetizou Nietzsche no final do século XIX, chamando a atenção para o risco de a humanidade desaparecer sob o domínio de uma moral e valores decadentes que, ao invés de valorizarem a vida e o mundo “real” concreto dos sentidos, se voltam para um mundo de ficções que despreza o corpo e os sentidos. Um dos pontos centrais do pensamento de Nietzsche é sua crítica à sociedade niilista contemporânea. O filósofo via toda a história da filosofia a partir de Sócrates como um modo de decadência da humanidade, porque serve a um fim: o de assegurar o domínio do homem sobre o real. Essa postura frente ao mundo é decadente, segundo a visão nietzscheana, porque vai de encontro ao que é próprio da vida: o fluir e seu vir a ser (...). Além da filosofia, Nietzsche apontou ainda como “causas” e sintomas da decadência a moral, os preconceitos, a religião, em particular o cristianismo, e até mesmo a ciência. Em seus escritos póstumos, Nietzsche viu na dicotomia bem e mal a falsa loucura que faz o homem perder o gosto pela vida. “Nossa própria avaliação era o sinal de vontade decadente que anseia a morte” (2005, p 156).

reconhece enquanto criador da “realidade”. Para Nietzsche, é o homem em busca de novos territórios para a sua atuação, que ele encontra no mito e na arte. (NIETZSCHE, 1978, p. 50)

Em seus escritos póstumos Nietzsche se pergunta como é possível o mundo como aparência, que ele caracteriza como sendo um erro, a saber: o esquecimento de que tudo o que existe é uma criação humana. Erro aqui não é o oposto de verdade.

Esta só pode ser entendida como “a posição de certos erros em relação a outros erros”. Velhos erros que hoje são imprescindíveis e sem os quais não poderíamos mais viver. (NIETZSCHE, 2005, p. 205).

Erros como os conceitos mais úteis, justamente aqueles que perduram, ainda que errônea sua gênese (NIETZSCHE, 2005, p. 198). Somos, lembra Nietzsche, criadores de conceitos mesmo antes destes surgirem.

O conceito é a voz que aparece depois de muitas imagens terem sido reunidas por uma única voz. (NIETZSCHE, 2005, p. 179). Ficção dentro de ficção, nada disso, no entanto, seria possível não fosse a invenção da linguagem, esse importante instrumento de apreensão do “real”. Por terem acreditado nos conceitos e nomes dos objetos como “verdades eternas”, os homens concluíram ter na linguagem o conhecimento do mundo. (NIETZSCHE, 1978, p. 92-93). “O criador da linguagem não foi modesto a ponto de crer que dava às coisas apenas denominações, ele imaginou, isto sim, exprimir com as palavras o supremo saber sobre as coisas.” (NIETZSCHE, 2000, p. 21). Ainda que comecem a ver na *crença da linguagem* um erro monstruoso, Nietzsche acredita que é tarde demais para que essa consciência faça recuar o desenvolvimento da razão que repousa nessa crença. (NIETZSCHE, 2000, p. 21). Afinal, lembra o filósofo, o que hoje chamamos de mundo é o resultado de muitos erros e fantasias que foram surgindo de forma gradual na evolução dos seres orgânicos “e que agora herdamos como tesouro acumulados do passado – como tesouro: pois o valor de nossa humanidade nele reside.” (NIETZSCHE, 2000, p. 26-27).

Mais uma vez, recorremos a uma citação dos escritos póstumos de Nietzsche (2005, p. 223-224, grifo nosso):

“o mundo que nos importa em certa medida é falso, ou seja, não é um estado de coisas, mas o resultado de invenções e do arredondamento de uma escassa cena soma de observações; ele, o mundo, se encontra no “fluxo” como algo que se transforma, como uma falsidade que está sempre se deslocando, que nunca se aproxima da verdade: pois não existe verdade alguma.”

Mas o homem segue necessitando de suas verdades, ainda que o objetivo dela seja o declínio. A verdade, sentencia Nietzsche, Sacrifica, ainda que continue seduzindo a humanidade. Afinal, aquilo que admiramos fortemente, precisa ser verdadeiro. Nietzsche (2005).

A verdade, esse algo que não pode ser encontrado ou descoberto, mas sim, que *deve ser criado*, é uma vontade de poder¹¹. O impulso de verdade é uma projeção do homem para fora de si, algo como o mundo metafísico, o mundo que é, já existente, a coisa em si. “Sua necessidade como criador já inventa o mundo em que ele trabalha, antecipando-o: essa antecipação (‘essa crença’ na verdade) é seu suporte.” (NIETZSCHE, 2005, p. 243). Ainda assim, preferimos fechar este tópico citando a passagem de *Além do Bem e do Mal*, em que o filósofo sentencia: “deveríamos, afinal, desvencilhar-nos da sedução das palavras!” (NIETZSCHE, 1978, p. 271).

1.3 VALORES

A gênese das palavras, a arbitrariedade metafórica e subjetiva dos primeiros nomeadores, significou muito mais do que a simples nomeação dos objetos e fenômenos, possibilitando assim uma comunicação verbal inexistente, até então, entre os homens. O advento da linguagem implicou

¹¹ Vontade de Poder numa visão nietzscheana não é um objetivo exterior à vontade, sendo identificado com desejo por riqueza, glória, poder político, ou mesmo desejo por manipulação e domínio. Para Nietzsche, tudo o que existe é vontade de poder. A essência, seja do mundo, da vida ou a mais íntima do ser, é Vontade de Poder. Melhor dizendo: mundo, vida, ser são figuras da Vontade de Poder que, nas palavras de Michel Haar, é assim explicada: “o indivíduo não possui *um* querer idêntico, permanente, donde emanariam seus atos. O que ele denomina sua ‘vontade’ é uma pluralidade de instintos, de pulsões, em luta incessante pela preponderância. Uma análise do ‘eu quero’ individual demonstra que isto que nós chamamos vontade resulta de uma redução, obedecendo a uma necessidade prática assim como a uma necessidade da linguagem, e representa apenas uma entidade imaginária, uma pura ficção (...) o que a linguagem designa sob o nome de vontade não é na realidade senão um *sentimento* ou um ‘afeto’, complexo e tardio: aquele que acompanha a vitória de uma pulsão sobre outras ou a tradução em termos conscientes do estado de equilíbrio temporário que interveio na luta das pulsões.” Cf. HAAR, M. *Nietzsche et la métaphysique*. Paris: Gallimard, 1993. Trad. Bernardo B. C. Oliveira.

também na formação dos valores, uma vez que o ato de nomear já significa uma valoração. Um outro aspecto fundamental no pensamento de Nietzsche foi sua crítica aos valores e à moral que sustentam a civilização ocidental desde os tempos de Sócrates e Platão. Mais importante do que nos atermos às críticas que Nietzsche teceu sobre o tema, para este trabalho, será enriquecedor se procurarmos identificar a formação desses valores e apontar como estes se encontram profundamente arraigados em nossa sociedade, fundamentando seus discursos, em especial, a narrativa jornalística.

Como nasceram os valores? Como se deu a formação dessas “verdades” e crenças que se tornaram, com o passar do tempo, formas e normas de condutas para toda sociedade?

Da subjetividade humana, assim como todos os outros aspectos da cultura, a começar pela linguagem, como procuramos demonstrar até agora.

Em uma passagem da primeira parte de *Assim Falou Zaratustra*, Nietzsche definiu em poucas palavras a gênese dos valores na história da humanidade: “valores às coisas conferiu o homem, primeiro, para conservar-se – criou, primeiro, os sentidos das coisas, um sentido humano! Por isso ele se chama ‘homem’, isto é: aquele que avalia.” (NIETZSCHE, 1987, p. 75).

Assim sendo, a partir do momento em que começou a dar sentido às coisas, o homem iniciou também a valoração do mundo que o cercava. Mas como bem ressaltou Nietzsche, essa valoração nasceu de um sentido que o homem deu a cada objeto e fenômeno em particular.

Mais uma vez, destacamos a arbitrariedade no processo humano na formação dos valores.

O que foi relevante, o que de importante levou os primeiros homens a valorizar tais e tais coisas em detrimento de outras foram situações particulares, experiências únicas, mas que se tornaram, mais tarde, referências para toda a comunidade.

Ao nomear um objeto, o homem inventou para este um valor e uma função, dando a ele um grau de importância na sua vida (do homem) e da comunidade. O ato de avaliar, portanto, é um ato de criação. Mais uma vez, Zaratustra sentencia: “Avaliar é criar: escutai-o, ó criadores! O próprio avaliar

constitui o grande valor e a preciosidade das coisas avaliadas... somente há valor graças à avaliação; e, sem a avaliação, seria vazia a noz da existência.” (NIETZSCHE, 1987, p. 75). Nietzsche diz que, sem os valores dados às coisas desde o princípio pelos homens, a existência seria vazia. Melhor, não haveria existência, pelo menos da forma como a entendemos. Nietzsche defende terem sido os povos os primeiros a criar valores.

“Criadores foram, primeiro, os povos, e só mais tarde, os indivíduos; na verdade, o próprio indivíduo ainda é a mais jovem criação”¹². (NIETZSCHE, 1987, p.75).

A princípio, parece ser um tanto contraditório afirmar que foram os povos os primeiros a criar valores, ao passo que salientamos acima que estes nascem de experiências individuais. Mas só num primeiro momento existe tal contradição. Nietzsche provavelmente se referia ao fato de que, nos tempos primitivos e mesmo na Antiguidade e na Idade Média, não se considerava o indivíduo enquanto um ser subjetivo. O sujeito ainda não havia sido inventado.

O mundo e os valores que o sustentavam se voltavam para a coletividade, ou seja, a comunidade ou classe à qual pertencia cada indivíduo. Por isso, afirmou ainda o filósofo que “mais antigo é o prazer pelo rebanho do que o prazer pelo eu; e, enquanto a boa consciência se chama rebanho, somente a má consciência diz: ‘Eu’.” (NIETZSCHE, 1987, p. 75).

Vivendo em um mundo repleto de perigos e imprevistos, em uma selva onde imperava a lei do mais forte, os primeiros homens sentiram, desde cedo, a necessidade de distinguir entre as coisas que lhes eram favoráveis e aquelas que lhes prejudicavam, ou seja, entre o que é bom e o que é mau.

Se a princípio foram os instintos os primeiros a permitir à espécie humana a valoração do mundo, com o desenvolvimento da linguagem e o surgimento de mais e mais valores, puderam os homens diferenciar as coisas boas das ruins, ao passo que foram inventando as convenções humanas que atendessem a esse fim.

¹² Nietzsche parece se referir à noção de sujeito que não existia na antiguidade. Este conceito nasce somente na era moderna, precisamente com Descartes e o seu *cogito ergo sun*, penso logo existo.

Como mais uma vez observou Nietzsche, “em verdade, foram os homens a dar a si mesmos o seu bem e o seu mal. Em verdade, não o tomaram, não o acharam, não lhes caiu em forma de voz.” (NIETZSCHE, 1987, p. 74).

Valores como o bem e o mal somente puderam existir como tais a partir da voz, não de uma voz divina como querem crer as religiões, mas de uma voz humana, mais precisamente da linguagem criada pelos homens.

Em *Humano, Demasiado Humano*, Nietzsche fala em um “primeiro nível do (pensamento) lógico” que nasceu de avaliações, ora agradáveis e prazerosas, ora ruins ou dolorosas. Por isso, concluiu: “A nós, seres orgânicos, nada interessa originalmente, nunca exceto sua relação conosco no tocante ao prazer e a dor.” (NIETZSCHE, 2000, p. 28).

Foi a partir dessa relação com o prazer e a dor em seu contato com as coisas e fenômenos que o homem começou a avaliar o mundo. As noções bom e mau, ou seja, os valores a elas atribuídos, passaram a fundamentar as relações das comunidades com o mundo que as cercava.

Sentimentos de prazer e desprazer são produtos do intelecto, assim como o são a cor, o som e o calor. Surgem todos de uma certa força de estímulo, naquele instante em que o cérebro constata a relação daquele com todo o organismo, tornando-o *reconhecível* à consciência em forma de prazer ou dor. (NIETZSCHE, 2005, p. 192).

Todas as sensações, todas as percepções sensoriais estão em sua origem relacionadas ao prazer e ao desprazer do ser orgânico. O mesmo se dá com todas as formas e configurações.

“Quero dizer que todas as sensações contêm determinadas apreciações, determinadas idéias sobre a utilidade e a nocividade, por exemplo, na repugnância isso ainda é visível.” (NIETZSCHE, 2005, p. 193).

Ainda segundo Nietzsche, o homem não busca o prazer e evitar o desprazer, sentimentos que são meras conseqüências e meros fenômenos concomitantes. O que o homem de fato almeja é mais poder, o que ocorre com toda ínfima parte de um organismo vivo. (NIETZSCHE, 2005, p. 288-289).

Esses mesmos valores foram, aos poucos, abstraindo-se da realidade concreta das primeiras comunidades para tornarem-se, com o tempo, referências em um mundo de abstrações e conceitos oriundo da linguagem e das primeiras valorações sobre as coisas e fenômenos: as noções do bom e do mau.

Os homens criaram o bem e o mal e, a partir deles, estabeleceram avaliações para medir todas as coisas e fenômenos.

Toda a humanidade, dos primórdios aos dias atuais, passou a se relacionar de forma dicotômica com o mundo, naquilo que ele tem de bom e de ruim. Esses valores/medidas tornaram-se o sustentáculo do desenvolvimento da humanidade. Para Nietzsche, “nenhum povo poderia viver, se antes não avaliasse o que é bom e o que é mau.” (NIETZSCHE, 1987, p.74).

No livro seguinte, *Aurora*¹³, Nietzsche retoma esse tema, afirmando que os princípios morais nasceram de um instinto de precaução que se encontra na natureza. Com eles, ressalta, “quer-se escapar de seus perseguidores e ser favorecido na busca de sua presa.” (NIETZSCHE, 1978, p.162).

Alguns animais são mestres em se adaptar ao ambiente, fingindo-se de mortos ou até mesmo adotando formas e cores de outras espécies (vegetais e animais) quando querem atacar uma presa ou se sentem ameaçados pelos predadores. Escreveu Nietzsche (1978, p.163):

“assim se oculta o indivíduo sob a generalidade do conceito “homem” ou sob a sociedade, ou se adapta a príncipes, classes, partidos, opiniões do tempo ou ambiente: e para todos os refinados modos de nos fazermos felizes, gratos, poderosos, amados, se encontrará facilmente o equivalente animal.”

O sentido de verdade nos homens, que no fundo é um sentido de segurança, é, para Nietzsche, um instinto animal de não se deixar enganar, induzir-se ao erro e, por isso, ouve com desconfianças seus impulsos (paixões), reprimindo-se e permanecendo em guarda contra si mesmo. “Isso tudo o animal sabe igual ao homem, também nele o autodomínio brota no sentido do efetivo (da prudência).” (NIETZSCHE, 1978, p.162)

¹³ Escrito entre 1880/1881, traz como subtítulo *Pensamentos sobre os preconceitos morais*.

É próprio do animal, julgar, orientar-se pelo comportamento de um adversário e de um amigo, “adivinhando” a intenção de um e de outro. Nietzsche conclui que princípios como o de justiça, prudência, comedimento e bravura, ou seja, as chamadas “virtudes socráticas”, nasceram de instintos animais próprios aos homens.

“Uma consequência daqueles impulsos que ensinam a procurar por alimentos e escapar dos inimigos”. (NIETZSCHE, 1978, p.163)

A moral é, portanto, um fenômeno animal e todas as práticas sociais nela fundadas encontram ressonância no mundo animal. Ainda em *Aurora*, Nietzsche escreveu sobre “os impulsos transformados pelos juízos morais”, alegando que o mesmo impulso pode se tornar um sentimento de covardia ou de humildade. No primeiro caso, o impulso foi pressionado pela censura do costume e, no segundo, sofreu a ação de princípios religiosos, como os cristãos.

Um impulso se transforma em um ou outro ato pela moral dominante que sobre ele atua. (NIETZSCHE, 1978, p.163).

Em outra obra, *A Genealogia da Moral*,¹⁴ Nietzsche dedica o primeiro ensaio à gênese do bem e do mal e de como os dois primeiros derivaram dos valores bom e mau e também a mostrar que a avaliação daquilo que é bom não emana daqueles a quem se prodigalizou a bondade.

“Foram os próprios ‘bons’, os homens distintos, os poderosos, os superiores que julgaram ‘boas’ as suas ações: isto é, ‘de primeira ordem’, estabelecendo esta nomenclatura por oposição a tudo quanto era baixo, mesquinho, vulgar, vilão”¹⁵. A idéia que se tinha de bondade na antiguidade em nada lembra o conceito contemporâneo do que vem a ser uma coisa boa, presente em larga escala nisso que convencionamos chamar de humanidade e

¹⁴ De 1887, portanto quase uma década depois de *Humano, Demasiado Humano* e seis anos após *Aurora*.

¹⁵ Em *Humano, Demasiado Humano*, Nietzsche já tratou da gênese do bem e do mal no aforismo 45 sobre a dupla pré-história do bem e do mal. A primeira surgiu na alma das tribos e castas dominantes, entre aqueles que tinham o poder de retribuir o bem com o bem e o mal com o mal, ou seja, quem é grato e vingativo. Assim eram chamados os bons. Aqueles que não tinham poder e não podiam, portanto, retribuir, eram tidos como os maus. E assim, os bons pertenciam a uma comunidade com sentimento comunal; os maus, a um bando de submissos e impotentes que não possuíam sentimentos comunitários. Surgiram depois o bem e o mal na alma dos oprimidos e impotentes e este segundo passou a caracterizar todo ser vivo que se suponha existir. (2000, p. 51).

nos diversos discursos, como o midiático. Houve uma total inversão de valores no decorrer dos tempos, inversão essa influenciada principalmente pela religião, em especial o cristianismo. É dessa mudança de valores que Nietzsche trata no primeiro capítulo de *A Genealogia da Moral*, um ensaio importante para este trabalho, porque serve para ilustrar como uma determinada época valoriza algumas idéias e condutas e como estas mesmas acabam ficando à margem em outras situações e contextos.

Importante, no entanto, ressaltar o grau de aceitação e, portanto, de veracidade dos modos de ser e dos comportamentos presentes em cada época e da sustentação que estes dão à vida em sociedade.

Nietzsche insiste em seu ensaio na tese de que a origem da antítese entre o valor “bom” e o valor “mau” nasceu da consciência da superioridade de uma raça, por ele denominada de superior, e da distância, melhor, da oposição entre nobres e escravos. “Este direito de dar nomes vai tão longe que se pode considerar a própria origem da linguagem, como um ato de autoridade que emana dos que dominam. Disseram: ‘isto é tal e tal coisa’, vincularam a um objeto ou a um fato tal ou qual vocábulo, e assim ficou.” (NIETZSCHE, 1991, p. 03). Os conceitos bom e mau não existem na natureza. Em parte alguma se pode apontar para um objeto ou fenômeno e identificá-lo como “o bom” ou “o mau”, a exemplo do que se faz com a árvore, a água, o sol ou a lua, só para citar alguns.

Bom e mau são conceitos abstratos, são qualidades das coisas.

Entre os primeiros povos e mesmo mais tarde com o surgimento das civilizações, hoje chamadas antigas, o conceito bom em nada lembra o altruísmo contemporâneo associado a esse termo.

Nietzsche (1991, p. 04) era filólogo e sabia do que estava falando quando escreveu sobre o conceito bom em *A Genealogia da Moral*, a ponto de concluir:

“[...] então descobri que esta palavra em todas as línguas deriva de uma mesma transformação de idéias; descobri que, em toda parte, a idéia de ‘distribuição’, de ‘nobreza’, no sentido de ordem social é a idéia-mãe donde nasce e se desenvolve necessariamente a idéia de ‘nobre’ no sentido de ‘privilegiado quanto à alma’.”

Para os antigos, bom era o mesmo que nobre e este identificava-se com qualidades que estão bem longe da bondade altruísta dos tempos atuais, como bravura e força (características dos guerreiros), superioridade, pureza (de raça), enfim, todos os ideais característicos da nobreza em tempos antigos. O oposto, ou seja, conceito mau era associado a tudo o que fosse vulgar, plebeu, baixo.

Nietzsche exemplifica sua tese citando a palavra alemã *Schlecht* (mau), idêntica ao termo *Schlicht* (simples) e que, em sua origem, era a designação para homem simples, ou seja, plebeu. Do gaélico antigo, Nietzsche (1991) destaca a palavra *Fin Gal* (o de cabelos loiros) que era o termo distintivo para nobreza e que significava também “o bom”, “o nobre”, “o puro”.

As palavras e suas raízes deixam transparecer que o conceito bom, na Antiguidade, era a condição do homem nobre. Bom era o nobre que pertencia à classe superior, classe dos guerreiros, dos poderosos. Na Grécia Antiga, os nobres se auto-designavam os verídicos; “a palavra *Esthlos* significa ‘alguém que é’, alguém que é real, que é verdadeiro; depois, por uma modificação subjetiva, o verdadeiro vem a ser o verídico.”

A inversão dos valores, a transformação dos conceitos bom e mau nos valores bem e mal da atualidade, nasceu de uma revolta das classes inferiores, da plebe, dos escravos.

Para Nietzsche (1991, p. 18) “quando os oprimidos, os servos cheios de vingança e de impotência se põem a dizer: ‘ sejamos o contrário dos maus, sejamos bons’.”

O bom deixou de ser o mesmo que nobre e passou a ser a qualidade daquele que “não injuria ninguém, não ofende, não ataca, nem usa de represálias, senão que deixa a Deus o cuidado da vingança e vive oculto como nós e evita a tentação e espera pouco da vida como nós os pacientes, os humildes e os justos.”

Nietzsche (1991) fala então da transformação dos valores aristocráticos dos antigos nobres (os dominantes), que valorizavam o corpo (boa musculatura) e a saúde perfeita, sem os quais não se poderia praticar os ideais

nobres como a guerra, a caça, as aventuras, a dança, os jogos, os exercícios físicos, enfim, “[...] tudo o que implica uma atividade robusta, livre e alegre.”

A inversão desses valores nos atuais conceitos contemporâneos bem e mal se deu quando o poder passou para as mãos de uma outra classe: a sacerdotal, mais precisamente, quando o cristianismo substituiu as religiões dos antigos gregos e romanos e de outros povos da Europa. Segundo Nietzsche (1991, p. 19):

“os judeus vingaram-se dos seus dominadores por uma radical mudança de valores morais, isto é, com uma ‘vingança essencialmente espiritual’ [...] com uma lógica formidável, atiraram por terra a aristocrática equação dos valores ‘bom’, ‘nobre’, ‘poderoso’, ‘formoso’, ‘feliz’, ‘amado de Deus’.”

Os judeus, leia-se os sacerdotes, passaram a afirmar outros valores em uma nova concepção do bem. “Só os desgraçados são bons; os pobres, impotentes, os pequenos são bons; os que sofrem, os necessitados, os enfermos, são os piedosos, são os benditos de Deus;... vós que sois nobres e poderosos sereis por toda a eternidade os maus, os cruéis, os cobiçosos, os insaciáveis, os ímpios, os réprobos, os malditos, os condenados.” (NIETZSCHE, 1991, p. 9). Nietzsche via na bondade dos homens um sintoma de impotência, a humildade nada mais que um sinal de baixeza; a obediência uma forma de submissão forçada; e a paciência pura e simples covardia. (NIETZSCHE, 1991, p. 19).

Mas foram justamente esses valores que passaram a fundamentar a chamada civilização e constituem o que hoje chamamos de moral, um arcabouço de hábitos, costumes, crenças e normas que possibilita a vida em sociedade e que podemos encontrar, ora difusos, ora muito consistentes, na narrativa jornalística, por exemplo. Em *Além do Bem e do Mal* Nietzsche também afirmou existir uma moral de senhores e uma moral de escravos. Essas diferenciações morais de valor nasceram de uma espécie dominante que se sentia bem ao tomar consciência dessa diferença e também dos dominados, os servos e escravos. Para Nietzsche, claro estava que as designações morais de valor primeiramente foram aplicadas aos homens e somente depois às ações. (NIETZSCHE, 1978, p. 291). A diferença entre a moral de um e de outro estava no fato de o homem nobre se portar como determinante de valor, julgando que, aquilo que era prejudicial para ele, era

pernicioso em si. Enfim, sabia ser o único a “emprestar” forma às coisas. Era um criador de valores.

Uma moral de homens nobres venerava a tradição. Nietzsche (1978) via nas idéias modernas dos homens contemporâneos a contramão dos ideais nobres. Desde a era moderna, a humanidade encontra-se seduzida pelo ideal do “progresso” e do “futuro”, respeitando pouco a tradição, o que denuncia a origem não nobre de tais idéias.

Os ideais nobres eram fundados em uma moral composta por valores outros que, aos olhos do homem contemporâneo, podem bem ser classificados como “injustos” e “errados”. Escreveu Nietzsche (1978, p. 292, grifo nosso):

*“A aptidão e o dever de longa gratidão e longa vingança – ambos somente entre semelhantes –, a finura na represália, o refinamento conceitual na amizade, uma certa necessidade de ter inimigos (como para que servirem de valores de despejo para as emoções de inveja, agressividade, petulância – no fundo, para poder ser **amigos** (bem): tudo isso são sinais típicos de moral nobre que, como foi indicado, não é a moral das ‘idéias modernas’ e, por isso, é hoje difícil de se assimilar, e também difícil de desenterrar e descobrir.”*

A moral de escravos é essencialmente utilitária para Nietzsche (1978, p.293). Segundo o filósofo,

“aqui fica em lugar de honra a compaixão, a complacente mão pronta para ajudar, o coração caloroso, a paciência, a diligência, a humildade, a amabilidade: pois estas são aqui as propriedades mais úteis e quase os únicos meios para tolerar a pressão da existência.”

Ao traçarmos uma comparação entre uma moral e outra, temos como objetivo apontar, mais uma vez, para a ficcionalidade do mundo contemporâneo. Mais do que descobrir qual moral seria a mais “justa”, “verdadeira” ou “certa” - conceitos que se tornam vazios quando confrontados com nossa proposta de trabalho - nosso objetivo é mostrar como a atual sociedade é sustentada por valores que sofreram uma inversão ao longo da História. Nietzsche também dedicou parte do livro *A Genealogia da Moral* ao ideal de justiça, que nasceu do caráter de troca, da retribuição e do intercâmbio.¹⁶

¹⁶ O filósofo defende nessa obra que a origem da justiça se deu no período mais largo da história da humanidade, ainda nas sociedades primitivas, quando os castigos eram impostos não como uma forma de infligir uma pena ao criminoso, mas sim de fazer com que ele pagasse pelo seu ato por meio da dor

Entre os povos primitivos e mesmo nas civilizações antigas, era justo que o devedor pagasse com a própria vida. A idéia de justiça e injustiça na antiguidade era uma questão de perspectiva, de ponto de vista. Nobres e plebeus tinham falsas representações uns sobre os outros.

Em *Humano, Demasiado Humano*, Nietzsche defendeu que a injustiça exercida pelos que tinham o poder, como o do príncipe que tomava a amada de um plebeu, não era assim tão “desumana”, para usarmos um termo bem atual.

A certeza de serem superiores em relação à plebe, sentimento que os nobres herdavam desde a infância, pode parecer pretensiosa aos olhos dos contemporâneos, mas era justamente essa convicção que impelia à prática, por parte da nobreza, de atos hoje tidos como injustos.

Para Nietzsche (2000, p. 67) “nada percebemos de injusto, quando a diferença entre nós e o outro ser é muito grande, e matamos um mosquito, por exemplo, sem qualquer remorso”

Por trás das chamadas ações justas, sempre imperam sentimentos egoístas, na grande maioria das vezes de auto-preservação. Mas, como bem salientou Nietzsche, o “hábito intelectual” faz com que os homens *esqueçam* o fim originário das assim chamadas ações justas e eqüitativas. Escreveu o filósofo:

“[...] durante milênios as crianças foram ensinadas a admirar e imitar essas ações, aos poucos formou-se a aparência de que uma ação justa é uma ação altruísta; mas nesta aparência se baseia a alta valorização que ela tem, a qual, como todas as valorizações, está sempre em desenvolvimento.” (NIETZSCHE, 2000, p. 68).

e dor sofrimento. Essa forma cruel de castigo era fundada na crença de que prejuízo e dor são equivalentes, o que estabeleceu as bases para a relação contratual entre credor e devedor. “O devedor, para inspirar confiança na sua promessa, para dar uma garantia da sua seriedade e honradez, para gravar na sua própria consciência a necessidade de pagamento sob a forma do dever, de obrigação, compromete-se, em virtude de um contrato com o credor, a indenizá-lo, em caso de insolvência, com alguma coisa que “possui”, por exemplo, com seu cargo, com a sua mulher, com a sua liberdade ou com a sua ‘vida’ (...) o credor poderia degradar e torturar de todos os modos o corpo do devedor, e cortar dele aquelas partes que parecessem proporcionadas à importância da vida”. In: NIETZSCHE, Friedrich. W. *A Genealogia da Moral*. Editora Moraes: São Paulo, 1991, pp. 33/34. Em “Humano, Demasiado Humano”, Nietzsche lembra que a “troca” foi o caráter inicial da justiça e que esta é “retribuição e intercâmbio sob o pressuposto de um poderio mais o menos igual: originalmente a vingança pertence ao domínio da justiça, ela é um intercâmbio”. In: NIETZSCHE, Friedrich. W., *Humano, Demasiado Humano*. Companhia das Letras: São Paulo, 2000, p. 70. Tradução, notas e pós-fácio Paulo César de Souza.

Nietzsche (2000) conclui, então, que o mundo teria um aspecto pouco moral se não fosse o esquecimento.

Nos escritos póstumos de Nietzsche encontramos muitas referências à formação dos valores e da moral dominante. O filósofo voltou a defender que o mundo existente, esse que realmente nos importa, é sempre um produto do processo orgânico, mas que a nós aparece como *produtivo* – configurador e criador de valores.

Escreveu o filósofo (2005, p. 187, grifo nosso):

“partindo dele como um todo todo bem e todo mal só o são na perspectiva do indivíduo ou das partes individuais do processo, porém, na totalidade, todo mal é tão necessário quando o bem, o declínio é tão necessário quanto o crescimento.”

O mundo que realmente tem importância para os homens, este mundo onde se encontram enraizadas as necessidades, os desejos, alegrias, fantasias, esperanças, orações e maldições humanas, bem como as cores e as linhas.

Segundo Nietzsche (2005, p. 117): “todo esse mundo foi criado por nós homens, e nos esquecemos disso, de modo que posteriormente inventamos um criador próprio para tudo, ou nos torturamos com o problema da origem de tudo”. O que chamamos de “bom” ou de “ruim”, sempre o é em relação a nós mesmos, o mesmo que afirmar, numa visão nietzscheana, que o fundamento daqueles valores é egoísta. Porém, um egoísmo de rebanho, segundo Nietzsche (2005)¹⁷. Tudo o que é útil é também *necessariamente* prejudicial em relação a outras coisas. “Um homem bom é a visão de um aspecto. Julgando-se à distância, trata-se de um homem de rebanho, fraco e fácil de enganar e

¹⁷ Em oposição ao espírito livre, Nietzsche via o homem do rebanho, ou seja o homem da moral, como aquele que tem necessidade de um “pastor” que o conduza. As instituições, o Estado, a Igreja, foram apontados pelo filósofo como exercendo, cada qual a seu modo, esse papel de guia do homem do rebanho. Em diversas passagens de sua obra é possível encontrar referência a esse tema. *Em Crepúsculo dos Ídolos*, lemos no aforismo “Meu conceito de Liberdade”: “As instituições liberais deixam de ser liberais logo que são alcançadas: não há, depois, nada tão radicalmente prejudicial à liberdade quanto as instituições liberais. Sabe-se muito bem o *que* trazem consigo: elas minam a vontade de poder, elas são o nivelamento de montes e vales alçado à condição de moral, elas tornam os homens pequenos, covardes e ávidos de prazer – com elas triunfa, a cada vez, o animal de rebanho. Liberalismo: em outras palavras, *animalidade em rebanho*. In: NIETZSCHE, Friedrich.W., “Crepúsculos do Ídolos”. Companhia das Letras: São Paulo, 2006, p. 88. Tradução, notas e pós-fácio Paulo César de Souza

abater, além de obedecer e de não ser criador.” (NIETZSCHE, 2005, p. 180). Numa perspectiva nietzscheana, ser um homem de rebanho é ir contra a vida.

A natureza não contém valor e nem significado, mas aos olhos dos homens, aquela se mostra com toda a moralidade, cultura e costumes humanos. Nietzsche (2005, p. 100) “o camponês vê seus campos com uma emoção do valor, o artista, suas cores, o selvagem introduz seu medo, nós, nossa insegurança.” Para Nietzsche, essas são simbolizações e equiparações constantes e extremamente refinadas, porém sem consciência.

A sociedade se serve da linguagem moral, baseando-se no amor e na estabilidade dos afetos, bem como na educação dos jovens, no trabalho e na economia, mas também na coragem, na obediência dos fracos, na preocupação dos fortes e no sacrifício de todos. Nietzsche (2005, p. 143), “nenhuma sociedade pode manter-se sem tais características, e na que se mantêm esses instintos são transmitidos.”

Para Nietzsche, existe uma realidade presente na vida do corpo humano muito maior e mais sutil que a moralidade conceitual¹⁸. O desejo por uma moral, segundo o filósofo, já pressupõe um cânone moral. Nietzsche (2005, p. 177) diz que “seria necessário respeitar essa moral incorporada da auto-conservação! Ela é, de longe, o sistema mais sutil da moral!”.

Finalizando esse capítulo, vale salientar que a obra de Nietzsche não se resume a uma visão crítica sobre a humanidade. O que fizemos até agora foi um recorte para embasar teoricamente nossa proposta de trabalho, leitura esta da obra nietzscheana que nos serve como arcabouço teórico para nos orientarmos na tentativa de identificar no discurso jornalístico o grande erro da humanidade, *o esquecimento* do qual falava Nietzsche.

¹⁸ As morais de Kant e Schopenhauer, para Nietzsche, já partiam do cânone moral da igualdade dos homens e da idéia de que a moral deve ser a mesma para todos. “Porém, isso já é consequência de uma moral, talvez de uma muito questionável.” (2005, p. 177). Nietzsche já pensa a gênese da moral, portanto anterior a qualquer preceito moral. *Em Humano, Demasiado Humano*, ele descreve as três fases da moralidade: a primeira se deu quando o animal se tornou homem, quando seus atos deixaram de visar ao bem-estar momentâneo, para almejar coisas duradouras. É a fase da busca pela utilidade e adequação a um fim, surgindo pela primeira vez o livre domínio da razão. A fase posterior é marcada pelo enquadramento social, quando passa a agir pelo princípio da honra. Aqui o útil está relacionado ao que o homem pensa dos outros e vice-versa. A terceira fase, a atual, é caracterizada pela medida das coisas e dos homens. Aqui o homem torna-se legislador das opiniões, segundo a noção do útil e do honroso. (2000, p. 71).

CAPÍTULO II

A INVENÇÃO DO REAL

*“O Universo não é uma idéia minha, a
minha idéia de Universo é que é uma
idéia Minha”
Poemas Inconjuntos – Alberto Caeiro*

2.1 REALIDADE

No nosso cotidiano, nos referimos à realidade ou ao real com muita naturalidade e quase sempre nunca paramos para refletir sobre o que vem a ser esse conceito. Falamos em realidade como oposição ao que é fictício ou mesmo em desacordo com qualquer situação, coisa ou fenômeno que se apresente como ilusório, falso, enfim, realidade como sendo o contrário de mentira. Podemos também identificar esse mesmo senso de realidade nos meios de comunicação, sejam eles impressos ou eletrônicos. No caso específico do veículo televisão, é mais notadamente marcante o limite entre as narrativas consideradas fictícias e a abordagem jornalística, comprometida com os fatos “reais”. Essa é, no entanto, a realidade ou o real do senso comum. Quando paramos para pensar sobre esse conceito, adentramos em outro campo, o da reflexão, e, portanto, já nos encontramos no universo da filosofia, linguagem que em todos os tempos pensou e pensa a realidade, seja ela de ordem subjetiva ou enquanto manifestação concreta dos fenômenos e das coisas. Aristóteles teria sido¹⁹ o primeiro filósofo a abordar diretamente a questão do real.

¹⁹ A forma condicional empregada aqui se deve ao fato de novas releituras do pensamento grego contestarem em parte a tradução feita dos textos originais para o latim, ainda na antiguidade, processo que teria deturpado em muitas passagens o pensamento dos filósofos gregos. Um exemplo é a famosa proposição de Aristóteles “o homem é um animal racional” (Zoon logon echon) que, em uma tradução mais literal, segundo o professor Fernando Pessoa, do departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo, seria “o homem é o vivo (Zoon) que tem (echon) linguagem (logon)”.

Portanto, nossa concepção de realidade, ainda que não tenhamos noção disso, muito se deve àquele pensador grego, o mais conhecido dos discípulos de Platão.

E foi justamente ao se contrapor à concepção platônica de idéia como sendo o mesmo que o ser, que Aristóteles acabou por criar a noção de real, distinguindo a idéia do ser. O ser de Aristóteles é constituído de matéria e forma que, juntas, formam a substância, princípio de tudo e entendida aqui como real concreto.

Ao promover essa separação, cara ao universo platônico, Aristóteles identificou a idéia como a essência imanente das coisas. Já o ser, ele acreditava ser o mesmo que o real. Mais do que isso, afirmou o filósofo que não se pode mesmo pensar na possibilidade da existência do ser fora do real. Por isso, acabou passando para a história como o filósofo do real ou da natureza, enquanto o seu mestre é tido como o filósofo do ser.

No livro primeiro de sua *História da Filosofia Ocidental*, Russell (1957) nos explica que a substância de Aristóteles é “isso” que dá a cada coisa o que lhe é peculiar, ou seja, o que não pertence a nenhuma outra coisa, enquanto que o universal é aquilo que é comum e, portanto, pertence a mais de uma coisa.

Já a forma, continua ele, é o que dá unidade a uma porção da matéria, ou seja, a essência mesmo ou substância primária da matéria. Russell (1957, p. 192) exemplifica: “Quando um homem faz uma esfera de bronze, tanto matéria como forma já existiam, e tudo o que ele faz é juntá-las; assim como não faz o bronze, o homem também não faz a forma.” Russell lembra que nem tudo tem matéria, como as coisas eternas que não se movem no tempo e no espaço. Mas acrescenta, em seguida, que as coisas aumentam em realidade quando adquirem forma e que a matéria sem forma é apenas uma potencialidade.

Nesse ponto, Russell acredita que a concepção aristotélica de que a forma é mais real que a matéria não passa de uma reminiscência da única realidade das idéias. Russell (1957, p. 192) mostra que “a modificação que Aristóteles faz na metafísica de Platão é, dir-se-ia, menor do que ele crê”.

A teoria kantiana de espaço e tempo como juízos *a priori* ²⁰ marcou profundamente no Ocidente a idéia que hoje fazemos da realidade. Para Kant, nós apreendemos a realidade da forma como ela aparece à nossa consciência, por meio do espaço e do tempo, portanto de formas *a priori*. O filósofo acreditava que existe uma realidade em si da qual recebemos apenas impressões. Conhecemos, portanto, somente os fenômenos e estes não são o mesmo que realidade para Kant. Isso que vai além do fenômeno, ele definia como sendo o incondicionado, a coisa em si, inacessível à razão. Por isso, Kant dividia a realidade em fenomênica, ou seja, aquela que é apreendida pelas formas subjetivas *a priori* de espaço e tempo, e que constituem o nosso mundo sensível, e a realidade pensável, que vai além da experiência, a realidade em si, inacessível à razão humana. Enfim, para Kant, o fenômeno é a única realidade possível de o homem conhecer. O romantismo filosófico alemão foi em grande parte uma resposta à realidade fenomênica kantiana. Também chamada de Idealismo Transcendental, essa doutrina filosófica baseava-se na concepção de que não existe uma realidade em si fora do sujeito, este sim, o responsável por criar a forma e o conteúdo da experiência. O Idealismo Transcendental não se aproximava da concepção platônica de idéia enquanto verdade. Imanente, o real do idealismo se confunde com o próprio pensamento. Assim, dentro dessa visão filosófica, o real se dá pelo pensamento. Maior expositor desta corrente filosófica, Hegel identificava o real com o mundo racional, portanto com a idéia. A realidade hegeliana é em essência razão e vice-versa²¹.

²⁰ Em Kant os Juízos ou formas sintéticas *a priori* são contrários do empírico, ou seja, da experiência, que ocorre *a posteriori*. O próprio filósofo explica sua tese na introdução à *Crítica da Razão Pura*, sua obra mais famosa: “Por essa razão designaremos, doravante, por juízos *a priori*, não aqueles que não dependem desta ou daquela experiência, mas aqueles em que se verifica absoluta independência de toda e qualquer experiência. Dos conhecimentos *a priori*, são puros aqueles em que nada de empírico se mistura. Assim, por exemplo, a proposição, segundo a qual toda a mudança tem uma causa, é uma proposição *a priori*, mas não é pura, porque a mudança é um conceito que só pode extrair-se da experiência.” (KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Ed. Fundação Caloute Gulbenkian: Lisboa, 1989. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão).

²¹ Russell nos explica melhor essa questão, ao lembrar que, ao fazer tal afirmativa, Hegel não pensava “o real” da mesma forma que um empirista. Escreveu Russell: “Ele admite, e até mesmo insiste, que aquilo que para o empirista parece ser fatos é, e tem de ser racional; é só depois que seu caráter aparente foi transformado, após o contemplarmos como aspectos do todo, que se vê que se trata de algo racional. Não obstante, a identificação do real e do racional conduz, inevitavelmente, à complacência inseparável da crença de que ‘tudo o que é, é razoável’.” RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957, p. 291. Trad. Brenno Silveira.)

Mas ao contrário de Aristóteles, Hegel não via o real como o ser, mas sim enquanto a síntese dialética entre os opostos. O todo, portanto, a unidade, era para Hegel a única coisa que existe de real e, somente por meio da razão, esse real pode ser apreendido.

Crítico ferrenho de Hegel e admirador de Kant, Arthur Schopenhauer via o fenômeno como representação, o mesmo que dizer que o mundo tal qual o conhecemos é constituído por objetos que se apresentam da forma como o sujeito os interpreta, ou seja, somente pelas formas subjetivas. O retorno a Kant aqui é claro, mas o discípulo identificou a coisa em si do mestre como a vontade, princípio de todo o real.

Representação em uma visão Schopenhauereana é o mesmo que o mundo das aparências do platonismo, mas com a diferença de que, para o filósofo alemão, a realidade não está na idéia, como em Platão, e sim, na vontade. Assim sendo, todo o universo é uma manifestação dessa vontade.²²

Considerado o maior pensador da esquerda hegeliana, o filósofo alemão Feuerbach acreditava que os fatos constituíam a única e verdadeira realidade. O homem, dentro dessa concepção filosófica, que será referência para Karl Marx, somente pode ser considerado real enquanto indivíduo e corpo. Real é o homem e este é um corpo consciente. É este homem real que, na visão marxista, tem o poder de transformar o mundo. Escreveu Russel citando Marx em *Onze teses que citou Feuerbach*:

*“A verdade, isto é, a realidade e o poder do pensamento, deve ser demonstrada na prática,. A discussão quanto a realidade ou a não realidade de um pensamento que está isolado da prática é uma questão puramente escolástica [...] Os filósofos apenas **interpretaram** o mundo de diversas maneiras, mas a tarefa real consiste em modificá-lo.”* (RUSSEL, 1957, p. 351, grifo nosso)²³

²² Na abertura da terceira parte do livro “O Mundo como Vontade de Representação”, Schopenhauer faz um resumo da sua teoria: “Apresentado no primeiro livro como pura *representação*, objeto para um sujeito, consideramos o mundo no segundo livro por sua outra face e verificamos como esta é *vontade*, que unicamente se mostrou como o que aquele mundo é além da representação; em conformidade, denominávamos o mundo como representação, no todo ou em suas partes, *a objetividade da vontade*, quer dizer: a vontade tornada objeto, i.e., representação.” (Cf. SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo como Vontade de Representação*. São Paulo: Editora Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 2000, p. 21. Trad. Wolfgang Leo Maar e Maria Lúcia Mello e Oliveira Cacciola.

²³ In: RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957, p. 351. Trad. Brenno Silveira.)

Por fim, ao considerar a experiência como único critério de verdade, o positivismo acaba por estabelecer também uma única visão de realidade, hoje universal e centrada na unidade da natureza física e na sociedade humana.

O pensamento contemporâneo é em grande parte uma reação ao positivismo e, entre os pensadores desse período, Nietzsche foi sem dúvida um dos mais críticos.

Mas ele não deixou de “dialogar” com os representantes do Idealismo Transcendental e com o próprio Schopenhauer, pensadores que influenciavam ainda a filosofia na segunda metade do século XIX.

Até a segunda metade do século XIX, a tradição filosófica não pensava a verdade como um valor. Nietzsche foi o primeiro a apontar a verdade como tal, o que implicava não ser mais a verdade a essência do real, como imaginaram até então os filósofos metafísicos.

Nietzsche colocou a verdade em questão e, ao fazer isso, deu a ela uma valoração. A verdade também era um valor e isso ele afirmou muitas vezes ao longo de sua obra, como no primeiro parágrafo do primeiro capítulo do livro *Além do Bem e do Mal*, que trata da vontade de verdade.

Ele se pergunta *o que* em nós aspira à “verdade”, para em seguida questionar também o valor dessa verdade. Nas palavras do filósofo:

“Certo, queremos a verdade: mas por que não, de preferência, a inverdade? Ou a incerteza? Ou mesmo a insciência? – O problema do valor da verdade apresentou-se à nossa frente – ou fomos nós a nos apresentar diante dele? [...] e seria de acreditar que, como afinal nos quer parecer, o problema não tenha sido jamais colocado – que tenha sido por nós pela primeira vez vislumbrado, percebido, arriscado?” (NIETZSCHE, 1999, p. 9, grifo nosso)²⁴

Nietzsche propôs uma abordagem genealógica da verdade enquanto valor, e, em fazendo isso, estabeleceu para a categoria de realidade uma nova concepção: o real não mais é algo que é; real é aquilo que vale, portanto, real também enquanto valor. Isso que são as coisas ou o que as coisas são, numa perspectiva nietzscheana, somente pode ser entendido enquanto valorações.

²⁴ In: RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957, p. 351. Trad. Brenno Silveira).

Todo o fenômeno, para Nietzsche, somente pode ser pensado enquanto valor. Não existem fenômenos verdadeiros, mas interpretações desses fenômenos, mais precisamente, uma perspectiva que sobre eles nos dão nossos sentidos e, como consequência, somos levados a crer na existência de uma realidade, ou seja, naquilo que foi compreendido e apropriado pelo homem. Desde a modernidade, somente ganha estatuto de realidade aquilo que pode ser entendido, explicado, cientificizado.

Ainda em *Além do Bem e do Mal*, Nietzsche comenta com seu tom irônico peculiar a pretensão da ciência, em particular da Física, em retratar a realidade pelo seu viés: Escreveu o filósofo :

“[...] essas ‘leis da natureza’, de que vocês, físicos, falam tão orgulhosamente, como se – existem apenas graças à sua interpretação e péssima ‘filologia’ – não são uma realidade de fato, um ‘texto’, mas apenas uma arrumação e distorção de sentido ingenuamente humanitária.” (NIETZSCHE, 1999, P. 28)

Nietzsche (1999) prossegue reafirmando o caráter interpretativo e não textual da “lei natural” e argumenta uma vez mais que o mundo da ciência tem um curso “necessário” e “calculável” “*não* porque nele vigoram leis, e sim porque *faltam* absolutamente as leis”

A apreensão do real é a perspectiva que se tornou dominante na civilização ocidental. O estatuto de realidade hoje é conferido somente àquilo que passa pelo viés da ciência nesse “mundo” que nos cerca, nos envolve, nos engloba. O que foge à competência da ciência está no campo da filosofia, da arte e da ficção. Portanto, vale lembrar uma vez mais que o mundo, e tudo o que nele “existe”, é uma grande ficção criada pelo homem e que recebe o nome de realidade e, dentro da qual, segue seu criador inventando novas ficções. A realidade tal qual a enxergamos hoje é uma ficção que há muito vem sendo construída. Nasceu da divisão do mundo em “aparente” e “verdadeiro”, para mais tarde, fundada nos domínios da ciência, se firmar apenas na existência do primeiro. Isso somente foi possível, lembra Nietzsche (2006, p. 27-28) em *Crepúsculos dos Ídolos*, “[...] na medida em que o preconceito da razão nos obriga a estipular unidade, identidade, duração, substância, causa, materialidade, ser”.

Assim, enredados no erro, *forçados* ao erro, acreditamos ser a realidade o mundo que um dia foi chamado de aparência.

Nesse mesmo capítulo de *Crepúsculo dos Ídolos*, intitulado “A ‘razão’ na filosofia”, Nietzsche descreve em quatro teses a ficcionalidade dos dois mundos: o “verdadeiro” e o da “aparência.”

Na primeira tese escreveu: “As razões que fizeram ‘este’ mundo ser designado como aparente justificam, isto sim, a sua realidade – uma *outra* espécie de realidade é absolutamente indemonstrável”.

Aqui o filósofo nega a possibilidade de existência de outra realidade além do mundo fenomênico.

É uma crítica ao mundo platônico das idéias, bem como ao idealismo de todos os tempos, mas também ao além-mundo das religiões, em particular ao cristianismo, alvo constante das críticas do filósofo.

Em um primeiro momento, pode-se pensar que Nietzsche defendia como única possibilidade de realidade a existência do mundo da aparência, esse que nos é dado pelos nossos sentidos.

Mas seu pensamento vai muito mais além e, na segunda tese, Nietzsche (2006, p. 29) argumenta que o mundo “verdadeiro” foi construído a partir da contradição com o mundo *real*, mas este, ressalta, é um mundo aparente, “na medida em que é apenas uma ilusão *ótico-moral*.”

Os nossos sentidos, principalmente o da visão – e os valores que associamos a cada objeto e fenômeno - são os responsáveis por fundamentar o mundo da aparência ao qual chamamos hoje de realidade.

São, portanto, as interpretações que damos a tudo que nos cerca, isso que constitui o mundo real e, assim sendo, não passam de ficções.

Em sua terceira tese Nietzsche admite não ver sentindo algum no que ele chama de fabulação de um “outro” mundo. Isso o homem faz e continua fazendo, como uma atitude de vingança perante a vida.

Na última tese afirma o filósofo: “dividir o mundo em um “verdadeiro” e em um “aparente”, seja à maneira do cristianismo, seja à maneira de Kant (um cristão *insidioso*, afinal de contas), afirmou Nietzsche (2006, p. 29)²⁵ é apenas uma sugestão da *décadence* – um sintoma da vida que declina.”

²⁵ Nietzsche via a vingança do homem como sendo um sintoma do homem da moral, o homem do rebanho. Espírito de vingança, ressentimento, foram temas frequentes abordados pelo filósofo em seus

Argumentamos então, baseados nas teses nietzscheanas, que o homem continua esse processo de fabulação em tempos de realidade virtual, de dois mundos que novamente se dividem. A fabulação também se dá na crença de uma sociedade que pode enfim se tornar globalizada, onde impera a crença de que a realidade pode ser apreendida a cada instante, em tempo real, na simultaneidade das transmissões midiáticas.

Nessas quatro teses, Nietzsche afirma não existir o mundo “verdadeiro” dos filósofos metafísicos e das religiões, tampouco a realidade concreta do mundo aparente, que ele define como sendo uma interpretação dos nossos sentidos, ou seja, uma valoração sobre as coisas e fenômenos.

No capítulo seguinte do livro *Crepúsculo dos Ídolos*, que recebeu o sugestivo título “Como o ‘mundo verdadeiro’ se tornou finalmente fábula – história de um erro”, o filósofo mais uma vez afirma sua convicção na ficcionalidade do mundo *real*.

Nietzsche (2006) nos mostra que devemos abolir o mundo verdadeiro: que mundo restou?. O aparente, talvez?. Não! Com o mundo verdadeiro abolimos também o mundo aparente!”

Ainda nessa obra, Nietzsche nos dá mais subsídios para aprofundar a questão da ficcionalidade do mundo aparente ao tratar de um conceito que muito contribui para nossa idéia de realidade no capítulo que nomeou de “Os quatro grandes erros”: o da causalidade e da nossa crença nas causas e nos efeitos.

Em todos os tempos, lembra o filósofo, as pessoas sempre acreditaram saber o que é uma causa. Mas de onde vem tal crença? Pergunta Nietzsche, para logo em seguida responder: dos famosos “fatos interiores”²⁶, os quais,

livros, características que ele atribuía principalmente aos metafísicos de todos os tempos. Desde Sócrates e Platão, dizia, o pensamento ocidental está sob a égide da vingança. Em “O Problema de Sócrates”, segundo capítulo de *Crepúsculo dos Ídolos*, a dialética socrática é definida como um sintoma de vingança de um ressentido. (IN: NIETZSCHE, F.W, *Crepúsculo dos Ídolos*. Companhia das Letras: São Paulo, 2006, pp. 17/29). Também são ressentidos o homem religioso, o cientista, enfim, todos que, de alguma forma, se deixaram seduzir pela moral e pelo asceticismo, duas das grandes causas do niilismo e que predominam ainda hoje na humanidade. Para Nietzsche, o sentimento de vingança no homem é contra a vida e a isso que lhe é próprio: o vir a ser. Zaratustra comparou esse sentimento com as tarântulas. Aqui, ideais como os de justiça, igualdade, virtude, entre outros, são apontados pelo filósofo como sentimentos de vingança. (In: NIETZSCHE, F.W., *Assim Falou Zaratustra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, pp. 112/115. Trad: Mário da Silva).

²⁶ Nietzsche identificou como sendo os fatos interiores a vontade, o espírito e o eu.

observou, nunca se provou serem *reais*. E continua Nietzsche (2006, p.41, grifo nosso):

*“acreditávamos ser nós mesmos as causas no ato da vontade; aí pensávamos, ano menos, **flagrar no ato** a causalidade. Tampouco se duvidava que todos os **antecedentia** de uma ação, suas causas, deviam ser buscadas na consciência e nela se achariam novamente, ao serem buscados – como motivos”: de outro modo não se teria sido livre para fazê-la, responsável por ela.”*

Em *Vontade de Potência*, afirmou Nietzsche (1981)²⁷ que não existem causas nem efeitos, mas ele reconheceu também que, “do ponto de vista da língua nos é impossível desembaraçarmos destas idéias”. Ele conclui, então, que a interpretação de causalidade é apenas uma ilusão e que a necessidade de se buscar uma causa para todos os fenômenos, Nietzsche (1981)²⁸ “[...] é somente um temor do desconhecido e a tentativa de encontrar nele alguma coisa conhecida, uma investigação não de causas, mas da coisa procurada.” Causa e efeito são noções perigosas quando nos forçam a pensar em alguma coisa que ocasiona e uma outra sobre a qual se atua. A necessidade para Nietzsche (1981) não é um fato, e sim uma interpretação. Um pensamento somente pode ter uma causa, e isso não se discute.

Eis outra crença, segundo Nietzsche, baseada em uma crença ainda maior: o eu como sendo a causa do pensamento. Em *Além do Bem e do Mal*, ele não admite sequer a idéia da existência de um sujeito. Escreveu Nietzsche:

*“que o povo acredite que conhecer é conhecer até o fim; o filósofo tem que dizer a si mesmo: se decompinho o processo que está expresso na proposição ‘eu penso’, obtenho uma série de afirmações temerárias, cuja fundamentação é difícil, talvez impossível – por exemplo, que sou **eu** que pensa, que tem de haver necessariamente um algo que pensa, que pensar é atividade e efeito de um ser que é pensado como causa, que existe um ‘Eu’, e finalmente que já está estabelecido o que designar como pensar – que eu **sei** o que é pensar.” (NIETZSCHE, 1999, p 22, grifo nosso)*

²⁷ “Desde el punto de vista de la lengua nos e imposible desembarazarnos de estas ideas.” Tradução livre feita a partir da edição espanhola de *La Voluntad de Poderio* (Madri: Edaf, 1981. Trad. Aníbal Froufe).

²⁸ “[...] es solamente el temor de lo desacostumbrado y la tentativa de encontrar en ello alguna cosa conocida, una investigación no de causas, sino de la cosa buscada...” Tradução livre feita a partir da edição espanhola de *La Voluntad de Poderio* (Madri: Edaf, 1981. Trad. Aníbal Froufe).

Em resumo, afirma Nietzsche (1999), o “eu penso” já pressupõe uma comparação de um estado momentâneo com outros estados já conhecidos uma vez que, para o filósofo, o pensamento não é necessariamente uma descoberta. Mas o reconhecimento, a lembrança, o “retorno a essa primeva, longínqua morada perfeita da alma, de onde os conceitos um dia brotaram.” Nietzsche questiona o próprio conceito pensar, bem como a crença em uma causa sucedida de um efeito, e se pergunta por que os homens se deram esse direito de falar de um eu como causa dos pensamentos.

Por fim, arremata o filósofo, ao falar da sua própria atuação:

*“quem, invocando uma espécie de **intuição** do conhecimento, se aventura a responder de pronto essas questões metafísicas, como faz aquele que diz: ‘eu penso, e sei que ao menos isso é verdadeiro, real e certo’ – esse encontrará hoje à sua espera, num filósofo, um sorriso e dois pontos de interrogação. ‘Caro senhor, dirá talvez o filósofo, ‘é improvável que o senhor não esteja errado; mas por que sempre a verdade?’”. (NIETZSCHE, 1999, p. 22, grifo nosso)*

Para Nietzsche (1999)²⁹, o pensamento é espontâneo, vem quando quer e não como causa de um ‘eu quero’.

Assim sendo, afirmou Nietzsche (1999)³⁰ que é um “falseamento da realidade efetiva” dizer que “o sujeito ‘eu’ é a condição do predicado ‘penso’” e

²⁹ Em *La Voluntad de Poderio*, Nietzsche volta a defender que a causalidade nasceu como imagem e semelhança do sujeito. Foi por acreditar em um “eu” que age que o homem criou a idéia de causa e efeito. “O ser, o sujeito, a vontade, a intenção: tudo isso é inerente à concepção de causa.” (p. 306). Para Nietzsche, a noção de “ser” foi uma tentativa de se explicar a mudança das coisas, mas ele lembra que os seres não realizam nenhuma ação porque, enquanto seres, não existem em absoluto (p.306). A noção de sujeito, assim como as de causa e efeito, são ficções e, por mais necessárias que elas sejam à humanidade, Nietzsche não deixa de lembrar aos homens o caráter fantástico dessas crenças. “Apesar de uma crença ser uma condição de vida, ainda assim é uma idéia falsa.” (p. 278). Para Nietzsche o que se convencionou chamar de “eu”, “ser”, “sujeito” é uma ficção que tem a intenção de fazer com que muitos estados similares em nós mesmos sejam efeitos de um mesmo *substratum*. “Mas fomos nós mesmos que criamos a analogia entre os diferentes estados”. (p. 275). “La Voluntad de Poderio” (Madri: Edaf, 1981. Trad. Aníbal Froufe).

³⁰ Em *La Voluntad de Poderio*, Nietzsche volta a defender que a causalidade nasceu como imagem e semelhança do sujeito. Foi por acreditar em um “eu” que age que o homem criou a idéia de causa e efeito. “O ser, o sujeito, a vontade, a intenção: tudo isso é inerente à concepção de causa.” (p. 306). Para Nietzsche, a noção de “ser” foi uma tentativa de se explicar a mudança das coisas, mas ele lembra que os seres não realizam nenhuma ação porque, enquanto seres, não existem em absoluto (p.306). A noção de sujeito, assim como as de causa e efeito, são ficções e, por mais necessárias que elas sejam à humanidade, Nietzsche não deixa de lembrar aos homens o caráter fantástico dessas crenças. “Apesar de uma crença ser uma condição de vida, ainda assim é uma idéia falsa.” (p. 278). Para Nietzsche, o que se convencionou chamar de “eu”, “ser”, “sujeito” é uma ficção que tem a intenção de fazer com que muitos estados similares em nós mesmos sejam efeitos de um mesmo *substratum*. “Mas fomos nós mesmos que criamos a analogia entre os diferentes estados”. (p. 275). “La Voluntad de Poderio” (Madri: Edaf, 1981. Trad. Aníbal Froufe).

afirmar ser o ato de pensar uma atividade que, enquanto tal, requer um agente, um sujeito

Retornando ao *Crepúsculo dos Ídolos*, Nietzsche (2006) mais uma vez aponta para o caráter ficcional da idéia do eu quando afirmou: “E quanto ao eu! Tornou-se fábula, uma ficção, um jogo de palavras!”.

O homem projetou *para fora de si* seus fatos interiores. Do eu, extraiu a noção de ser e colocou as ‘coisas’ como existentes à sua imagem, ou seja, de acordo com o que entende pela noção de um eu como sendo a causa. “É de admirar que depois encontrasse, nas coisas, apenas o *que* havia nelas colocado? ” (NIETZSCHE, 2006, p. 42).

Por que os homens agem assim? Porque nosso impulso causal é excitado pelos nossos sentimentos, bem como pelo *nervus sympathicus*. Em outras palavras Nietzsche (2006): porque queremos uma razão para nossos estados emocionais, “para nos acharmos bem ou nos acharmos mal.” Só admitimos um estado, ou dele nos tornamos conscientes, quando a ele damos uma motivação e está nasce da recordação que faz emergir estados anteriores e as interpretações causais a eles relacionadas.

Isso tudo, sem que saibamos ou tenhamos disso consciência. É assim, explica Nietzsche (2006), que nos *habitamos* a uma certa interpretação causal que inibe e mesmo exclui uma *investigação* da causa.

Estabelecer como causa algo já *conhecido*, algo já vivido, as explicações *mais habituais* faz parte desse impulso causal provocado por um sentimento, tão peculiar aos homens: o medo do desconhecido.

Como consequência, lembra Nietzsche (2006), preponderam certas causas que acabam por tornarem-se dominantes; isto é, “simplesmente excluindo-se *outras* causas e explicações.”

Na primeira parte deste trabalho chamamos a atenção para a necessidade característica do homem de fazer do desconhecido o conhecido, uma forma de apreender a totalidade do real e assim garantir um domínio sobre ele.

Acreditamos que a era da informação e o surgimento de uma sociedade globalizada, onde tudo o que acontece potencialmente pode se transformar em notícia, e em tempo real, representam mais uma etapa de um longo percurso

que os homens iniciaram desde que inventaram a linguagem, este poderoso instrumento que deu à humanidade uma primeira idéia de totalidade.

Um punhado de informações sobre um determinado fato se torna uma notícia e esta deve ser aceita como verdadeira, como real, porque veiculada em um meio de comunicação. Mas a própria idéia de fato por si só já é questionável.

O que é um fato? Em *O Andarilho e sua Sombra*, capítulo do livro *Humano, Demasiado Humano*³¹, Nietzsche definiu fato como um grupo de fenômenos que é tomado pela já habituada e incerta observação dos homens como sendo único.

De acordo com Nietzsche (1978, p. 41), “do mesmo modo que entendemos caracteres com inexatidão, assim o fazemos com os fatos: falamos de caracteres iguais, de fatos iguais: *não há nenhum dos dois* .”

É uma falsa pressuposição a idéia da existência de fatos iguais, de uma “ordenação graduada de *espécies de fatos*, a que corresponde uma ordenação graduada de valores.”

Conclui, então, o filósofo, que não apenas um fato singular é *isolado*, mas também igualmente o são grupos de fatos pretensiosamente iguais, como ações boas ou más.

Acontece com os fatos o mesmo que ocorre com as palavras Nietzsche (1978, p. 141) e os conceitos, com os quais os homens acreditam ser “as coisas mais simples do que são, separadas umas das outras, indivisíveis, cada uma sendo em e para si.” (NIETZSCHE, 1978, p. 141).

Ao caracterizar um amontoado de fenômenos como um fato e este, por sua vez, “totalmente” enquadrado dentro dos padrões que requer uma notícia, o profissional de informação não está livre de fazer uma interpretação subjetiva desses fenômenos, agora transformados em notícias.

Os fatos também são distribuídos em assuntos, alguns de interesse político, outros econômicos, ainda que esses dois se inter-relacionem, outros ainda se enquadram em temas como polícia, cotidiano, esportes,

³¹ Aforismos referentes a esse capítulo foram incluídos na edição de 1978 da Coleção “Os Pensadores”, da então editora Abril Cultural.

entretenimento, cultura, ou ainda de forma mais segmentada em notícias sobre moda, informática, saúde, beleza, veículos, só para citar alguns.

Por mais fragmentada que possa parecer, a informação em nossa sociedade demonstra cada vez mais uma tentativa de dominar todos os assuntos, explorar ao máximo as potencialidades de cada tema, enfim, em tornar tudo conhecido.

Mas a vida é um fluxo constante, devir que torna os homens obstinados na tentativa de apreendê-la, seja por meios científicos ou recorrendo aos pretensos discursos que desejam explicá-la, entre eles o jornalismo, uma narrativa que transforma a vida e seu vir a ser em fatos jornalísticos, em notícias quentes (factuais), em informação, em realidade.

2.2 REALIDADE MIDIATIZADA

Na contemporaneidade, a mídia é uma das grandes responsáveis pelo surgimento de perspectivas e visões de mundo semelhantes que constroem o que Jean Baudrillard denominou de “monopensamento” (*une pensée unique*), uma condição que promove a anulação das diferenças. Baudrillard (2001, p. 31) relata que “por meio do sistema escolar, da mídia, da cultura e da informação de massa, seres singulares tornam-se cópias idênticas uns dos outros.”

Baudrillard dá a esse processo o nome de clonagem social, por ser uma reprodução industrial de coisas e pessoas, uma clonagem mental sem a qual não seria possível a clonagem genética, uma tentativa de sancionar a clonagem do comportamento e conhecimento humanos.

“É a cultura que nos clona [...] ela é a matriz de traços adequados que, hoje, nos clonam culturalmente sob o signo do monopensamento.” (BAUDRILLARD, 2001, 30)³².

³² O surgimento de um “monopensamento”, segundo Baudrillard, é uma característica de uma sociedade que caminha para o aniquilamento da distinção, entendida aqui como a capacidade evolutiva da reprodução sexuada e da morte. Baudrillard argumenta que foi o poder de se reproduzir e de morrer que possibilitou a existência dos seres vivos de hoje. A esse estado anterior à reprodução sexual e à morte, ele

Mesmo que a princípio as considerações de Baudrillard pareçam fantásticas, alguns pontos do seu pensamento merecem ser levados em consideração.

Como já ressaltava Nietzsche, o homem busca uma apreensão do real, o que não deixa de ser uma forma de dar unicidade ao mundo.

A linguagem é um bom exemplo de como os homens são mestres em relevar as diferenças e criar igualações. Vimos na primeira parte deste trabalho que a linguagem nasceu a partir de metáforas, tentativas de expressar experiências individuais e únicas, que aos poucos se tornaram palavras, logo transformadas em conceitos.

Presenciamos hoje a experiência inédita na história da humanidade de se criar um mundo sem fronteiras, uma globalização sem limites que está interligando em tempo real as diferentes culturas.

Essa experiência somente é possível pela via da informação. Talvez uma possível definição para esse fenômeno de encontro de culturas seja unificação ou totalização. Um mundo sem fronteiras, onde possa surgir uma forma única de pensar, um “monopensamento”, como quer crer Baudrillard, não é de todo impossível.

Basta pensarmos que uma moral dominante é capaz de determinar os valores de toda uma civilização, para termos a convicção de que uma forma de pensamento predominante de fato possa estar em curso.

E essa possibilidade torna-se ainda mais “real” quando temos todo um sistema de informação, a chamada mídia, “construindo” dia-a-dia a realidade.

Vozes discordantes e atos de resistência a esse sistema somente conseguem sobreviver como antagonistas, mas com a característica de marcar diferenças, nunca enquanto ameaça ao *status quo* dominante. Como afirmam

chama de indiferenciação. Foi a evolução da biosfera que possibilitou aos seres imortais como as bactérias evoluírem para formas mais complexas, reproduzirem-se sexualmente e vivenciarem a experiência da morte, portanto, que se tornassem seres diferenciados. Baudrillard acredita que a reprodução assistida praticada hoje pela medicina reprodutiva e o ‘iminente’ advento da clonagem humana, duas práticas que liberam o homem do sexo e da morte, são processos em curso que estão levando os seres vivos rumo a uma nova indiferenciação. A esse fenômeno contemporâneo, o autor dá o nome de involução. “Nós inventamos a distinção e nós estamos em meio ao processo de apagá-la.” (2001, p.30).

Adorno e Horkheimer, o ritmo de produção e de reprodução mecânica garante que tudo o que sofre mudança ou que surge de novo seja devidamente enquadrado pelo sistema, ou como preferiam os autores, pela indústria cultural. uma vez registrado em sua diferença pela indústria cultural, já faz parte desta.”³³

Baudrillard (2001) vê com preocupação a relação dos homens contemporâneos com o tempo que, segundo o pensador, deixou de ser contado progressivamente, a partir de sua origem (adição), mas está sendo subtraído, começando pelo fim.

Por isso Baudrillard (2001, p. 41) diz que “este fim não é mais o fim simbólico de uma história, mas o marco de uma soma zero, de uma exaustão potencial.”

O tempo de hoje é visto de uma perspectiva entrópica, ou seja, a exaustão de todas as possibilidades, e a partir de uma contagem regressiva rumo ao infinito.

Baudrillard (2001) fala que “não temos mais um olhar para frente, que era a visão de um mundo de progresso ou produção “[...] a ilusão final da história, a utopia final do tempo não existe mais, já que ela está registrada como algo potencialmente calculado em tempo digital.”

Baudrillard (2001) se pergunta se existe algo além do fim e o que acontecerá quando nada mais chegar a um fim, quando as coisas não tiverem mais um lugar, já que tudo estará, por antecipação, calculado, auditado e avaliado, o que ele define como sendo o simulacro que precede o “real”, a informação que precede o acontecimento. O próprio autor acima responde à

³³ Citação retirada do texto *A Indústria Cultural – O Iluminismo como Mistificação das Massas*, escrito em 1947 e que trata dos produtos da indústria cultural, principalmente das produções cinematográficas. Os autores viam nas distinções entre filmes A e B ou entre histórias publicadas em revistas de preços diferentes um mecanismo bem planejado de classificação e organização de consumidores com o único propósito de padronizá-los. “Para todos alguma coisa é prevista, a fim de que nenhum possa escapar; as diferenças vêm cunhadas e difundidas artificialmente.” Ainda segundo os autores, espera-se de cada indivíduo classificado dentro de um determinado nível hierárquico um comportamento predeterminado, já estabelecido por índices estatísticos, voltado para os produtos produzidos em série para seu perfil. “Reduzido a material estatístico, os consumidores são divididos, no mapa geográfico dos escritórios ... em grupos de renda.” In: ADORNO, T. W. *Indústria Cultural e Sociedade*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2002, p.12).

parte dos seus questionamentos, lembrando que, além do fim, estende-se uma realidade virtual, ou melhor, Baudrillard (2001) nos mostra que “[...] o horizonte de uma realidade programada, na qual todas as nossas funções – memória, emoções, sexualidade, inteligência – se tornaram progressivamente inúteis.”

Baudrillard (2001) fala ainda em desaparecimento da “história real”, um desaparecimento do acontecimento no espaço da informação “[...] nós, no alto da realidade – e com a informação no seu tempo – não sabemos mais se alguma coisa aconteceu ou não.” Ainda segundo Baudrillard (2001), os acontecimentos mais ou menos efêmeros não encontram mais uma resolução política, mas apenas na mídia, “onde aparecem em imagens com ‘resolução’, onde eles são ‘resolvidos’ em alta definição.” A história não consiste mais em ações e atos, mas em não-ações virtuais “A história virtual está ocupando o lugar da história virtual real; a informação-réplica representa, e *provoca* a ausência definitiva daquela história real.” Conclui Baudrillard (2001) que, em virtude da informação, a sociedade atual está além do acontecimento, um acontecimento que não teve lugar. A correspondente de guerra Marina Warner fez um relato que acredito ser bem apropriado para as considerações de Baudrillard. Ela se refere ao seu primeiro encontro com vítimas civis no Vietnã:

“vi aquela velha descendo a estrada, com uma criança nos braços. A carne da criança despendia-se e caía. Disse a mim mesma, ‘Meu Deus, já vi tudo isso antes.’ Era verdade. Na televisão. De alguma maneira, ter visto aquilo antes na televisão tirou parte da realidade da cena, e não fiquei tão chocada como teria pensado.” (KNIGHTLEY, 1978, p. 515)³⁴.

Vivemos, segundo Baudrillard (2001), um êxtase generalizado tanto social, representado pelas “massas, mais sociais que o social; do corpo, “obesidade, mais gorda que a gordura”; da informação, “simulação, mais verdadeira que a verdade”, e do tempo real, “instantaneidade, mais presente que o presente”.

Atingimos um momento único da história da humanidade em que é possível falar de acontecimento e informação ao mesmo tempo. Em tempo real, somos informados sobre os fatos que acontecem ao redor do mundo, mas

³⁴ Relato retirado do livro *A Primeira Vítima*, do jornalista australiano radicado na Inglaterra, escritor e ex-correspondente de guerra Phillip Knightley, um dos mais respeitados analistas da cobertura de guerras pela mídia. O Capítulo XVI, intitulado “A Guerra é Divertida”, traz o depoimento de alguns dos principais correspondentes americanos e ingleses durante a guerra do Vietnã.

essa precisão da comunicação que a princípio desperta atenção, tamanha a velocidade das informações, não garante o interesse do leitor/telespectador/ouvinte.

A informação se torna velha em questão de horas, fato que gera por parte da mídia uma busca incansável por novas informações. Juntamente com o caráter de veracidade dos fatos narrados, a velocidade na transmissão das notícias é um dos apelos usados pelos veículos de comunicação para manter o público fiel e conquistar novos públicos.

Na visão de Baudrillard, o sistema da história está sendo substituído pelo sistema da informação, e este começa a produzir acontecimentos da mesma maneira que o capital produz trabalho. Segundo Baudrillard (2001, p. 57) “da mesma forma que o trabalho, sob circunstâncias, não tem mais um significado próprio, o acontecimento produzido pela informação não tem um significado histórico próprio.” Baudrillard chama a esse fenômeno em que os acontecimentos não aconteceram de fato, uma vez que são produzidos e transmitidos “em tempo real”, de transitório ou transpolítico. Esses acontecimentos, segundo o pensador, também não têm significado, já que podem ter todos os significados possíveis.

Ainda segundo Baudrillard (2001, p. 57-58), “devemos, portanto, compreendê-los agora não de uma forma política, mas transpolítica – isto é, no ponto em que eles se perderam no vazio da informação.”

Na esfera da informação os eventos perdem sentido ao mesmo tempo em que recebem uma gravidade artificial.

“Congelados histórica e politicamente, esses acontecimentos são reencenados transpoliticamente, em tempo real, ou seja, em um mundo virtual”. É a história, ressalta Baudrillard (2001), que está se perdendo no vazio da informação.

Baudrillard também fala em um “assassinato do real”, uma metáfora para o que ele define como sendo o fim da chamada realidade nos tempos contemporâneos, o “crime perfeito”, em sua visão. Mas antes de abordarmos este tópico, faz-se necessário lembrar que realidade aqui é apenas um

conceito, melhor, um princípio. “Por realidade quero dizer todo o sistema de valores conectado com este princípio.” (BAUDRILLARD, 2001, p. 69),

Assim, enquanto conceito e princípio, o real implica em um começo e um fim, um passado e um futuro. Sendo princípio, a realidade só pode ser pensada como uma cadeia de causa e efeito que proporciona uma seqüência e, portanto, uma racionalidade. Baudrillard (2001) “não há real sem estes elementos, sem uma configuração objetiva do discurso.”

A sociedade contemporânea está literalmente deixando de lado essa realidade configurativa do discurso e, em seu lugar, avança a passos largos rumo a um mundo virtual. Escreveu:

“parecemos estar sendo movidos por uma compulsão forte e irresistível que age sobre nós por meio do próprio progresso de nossas tecnologias (expandindo-se, por exemplo, naquilo que chamamos de rodovias da informação – uma compulsão para correr em direção à realização incondicional do real.” (BAUDRILLARD, 2001, P. 71)

Chegamos a um ponto crucial da história da humanidade, a partir do surgimento da linguagem: uma ficção já existente, que se convencionou chamar de realidade, ou de mundo real, surge agora em uma outra realidade, chamada virtual e que cada vez mais se configura nas informações e imagens transmitidas pelos meios de comunicação.

Se em um primeiro momento foi a invenção da linguagem que possibilitou a criação do mundo fictício dos homens, chamado então de realidade, em seu desdobrar, melhor dizendo, no que seria uma reedição da história, foi preciso inventar todo um aparato tecnológico que possibilitasse o surgimento das modernas formas de comunicação e com elas uma nova “realidade”.

Transparência e simultaneidade absolutas são as características chaves da chamada realidade virtual. Essa instantaneidade de todas as coisas gerada pela informação em tempo real não passa, para Baudrillard, de um crime perfeito contra o próprio tempo. “Pois com a ubiquidade e a disponibilidade instantânea da totalidade da informação, o tempo atinge o seu ponto de perfeição, que também é o seu ponto de desaparecimento.” (BAUDRILLARD, 2001, p.72).

O excesso de realidade estaria provocando o fim do real da mesma forma que a informação acaba levando a comunicação a um colapso. Para Baudrillard (2001, p.73), “nós nos movemos para um mundo onde tudo que existe apenas como idéia, sonho, fantasia ou utopia será erradicado, porque tudo isso será imediatamente realizado.”

Conclui Baudrillard (2001) que chegaremos a um momento em que nada sobreviverá como uma idéia ou um conceito e não haverá sequer tempo suficiente para se imaginar algum coisa, já que os acontecimentos “reais” não terão sequer tempo para acontecer de fato. “Tudo será precedido de sua realização virtual.”

Baudrillard acredita que a sociedade atual está acabando com a realidade, com o tempo e com a própria história em favor de uma realidade construída pelos meios de comunicação e pela informação, uma realidade virtual. Mas acreditamos que esta é só mais uma etapa no emaranhado de ficções que o homem criou desde que inventou para si a linguagem. Realidade, tempo e história são também ficções e não existiriam não fosse o intelecto humano capaz de desenvolver a linguagem e seus conceitos/valores.

A realidade virtual e o abandono da história em detrimento da informação em tempo real representam mais uma tentativa dos homens de dominar o mundo e seu vir a ser, para citar Nietzsche.

Ao contrário dos acontecimentos passados que não podem ser modificados (ainda que sempre possam ser reinterpretados), é possível intervir no presente e, a partir daí, visualizar o futuro.

Não é acabar com a história o que almejam os homens e, sim, a certeza de se poder modificar o presente e apreender o “real”.

O filósofo francês Paul Virilio tem uma visão crítica parecida com a de Baudrillard e se mostra preocupado com o telespectador, mais precisamente com seu corpo e com a forma como este vem sendo afetado pela espetacularização dos acontecimentos, a ponto de classificar como superexcitado o corpo do homem contemporâneo.

No ensaio *Do Super-Homem ao Homem Superexcitado*, Virilio (1996) utiliza como epígrafe a afirmação de Nietzsche de que “o que mais importa ao

homem moderno não é mais o prazer ou o desprazer, mas estar excitado”, para apontar como causas do corpo superexcitado do homem contemporâneo o desenvolvimento de uma infra-estrutura que culmina no surgimento de uma miniaturização nano-tecnológica, ou seja, é a ciência capaz de promover desde a fecundação *in vitro*, cirurgias fetais e transplante de órgãos.

“Efetivamente, hoje o lugar das técnicas de ponta não é mais tanto o ilimitado do infinitamente grande de um ambiente planetário ou espacial, mas o do infinitamente pequeno de nossas vísceras, das células que compõem a matéria viva de nossos órgãos.” (VIRILIO, 1996, p. 91).³⁵

Virilio (1996) nos mostra que essa é uma forma de aparelhar o corpo humano para torná-lo contemporâneo da era da velocidade absoluta das ondas eletromagnéticas.

Mas essa aproximação do corpo humano com as tecnologias de transmissão instantânea leva a algumas conseqüências, entre elas ao fim da “distinção clássica entre o *interno* e o *externo*”, movimento que cede espaço para o aparecimento do que ele define como uma hipercentralidade do tempo, “de um tempo ‘presente’ para não dizer ‘real’.”

Virilio (1996) lembra que o estar presente hoje não é mais o estar fisicamente próximo do outro, possibilidade que permitia o diálogo.

O estar presente agora se dá pela presença de uma *proximidade midiática* que surge da tecnologia das ondas eletromagnéticas que paralisam “o valor da aproximação imediata dos interlocutores, esta súbita perda da distância ressurgindo sobre o ‘estar-lá’, aqui e agora.”

Então, conclui Virilio (1996) que o homem superexcitado pode “teleagir”, o que compreende ver, ouvir, falar, tocar, e, com o desenvolvimento dos captores olfativos, até sentir à distância.

Em outro ensaio, intitulado *O Complexo dos Meios de Comunicação*, Virilio lembra que os meios de comunicação se apoderaram dos usos e dos

³⁵ Uma nova revolução, segundo Virilio, está sucedendo a revolução provocada pelas transmissões instantâneas da era dos grandes meios de comunicação de massa. Essa nova revolução, que ele chama de “revolução dos transplantes”, alimenta “o corpo vital com técnicas estimulantes como se a física (a microfísica) se prestasse a concorrer a partir de então com a química da nutrição e com os produtos dopantes.” (1996, 91).

costumes e acabaram por fundar uma legislação da qual se tornaram, independentemente do regime econômico e político, “os ocultos inventores”.

O verdadeiro problema da imprensa e da televisão hoje, segundo o filósofo francês, deixou de ser o que eles são capazes de mostrar, mas sim o que podem apagar e esconder e, continua, contrariando todas as expectativas, a quarta dimensão do *live*, tida como uma formidável libertação dos meios de comunicação “terminou por abalar gravemente sua credibilidade, ou seja, a própria realidade dos fatos mostrados com tanta servilidade pelas câmaras, abalando até mesmo a existência de qualquer verdade midiática.” (1996).

Ainda segundo Virilio, essa falta de limites visuais proporcionada pelos meios de comunicação, em especial pelas imagens televisivas, impede a existência do que ele chama de imagética mental.

O autor defende que, sem um certo cegamento, não pode haver uma aparência sustentável:

“querer fazer triunfar a imagem total, aquela do ‘grande objeto’ com a qual sonhavam os materialistas e mais tarde os documentaristas do início do século, desejar ‘a igualdade dos espectadores diante da imagem’ como os publicitários e, logo depois, os partidários de uma democracia catódica, ‘é se colocar diante dos fantasmas que graças a esta copiosa alimentação se multiplicam fabulosamente [...]’ (VIRILIO, 1996, p., 13).

Virilio se pergunta até onde os meios de comunicação poderão se comprometer com o que ele chama de novo espetáculo:

“nascido da urgência das técnicas de tempo real, que de agora em diante infiltra todo o conjunto da comunicação de massa, tanto no Ocidente como no Oriente, abrangendo indiscriminadamente desde informações de ordem política, econômica, social ou jurídica até pseudo divertimentos livres de toda censura: reality base shows, depois musicais e pornográficos, jogos interativos etc”. (VIRILIO, 1996, p. 13).

O autor se mostra preocupado com a industrialização e a comercialização sem limites dos meios de comunicação e suas buscas incessantes pela ubiquidade e pela instantaneidade e se pergunta por que não dar atenção a esse fenômeno da mesma forma que hoje nos preocupamos com a proliferação das armas de destruição em massa:

“quando a questão não é mais tanto saber a que distância se encontra a ‘realidade’ transmitida mas a qual velocidade sua imagem vem se anunciar em nossas telas, podemos nos perguntar, efetivamente, se os meios de comunicação industrial não teriam atingido um limite de

tolerância que seria menos deontológico do que etológico.” (1996, p. 15).

Virilio (1996) também chama a atenção para o que ele define como complexo informacional, a saber, o fato de os programas de entretenimento ocuparem cada vez mais o espaço antes pertencente à informação, exceção feita ao telejornal. Com isso, deixam de existir aos poucos os limites entre a informação e o resto da programação. “Não há mais fronteira em nenhum lugar e a totalidade dos programas de televisão entrou, ao longo dos anos, nessa *zona intermediária* em que reina apenas pressão econômica.” (1996, p. 22).

Em outro ensaio, intitulado *Um Golpe de Estado Informacional*, o filósofo defende que esse complexo informacional somente pôde alcançar sua força atual por ter sido, desde o início, uma “arte do motor”. Escreveu Virilio:

“depois dos naufrágios e dos descarrilamentos da aceleração marítima e ferroviária, das colisões e quedas de carro ou de avião, das impressoras a vapor e rotativas tradicionais até as rotativas alimentadas pela imagem fílmica, agora serão os feixes de ondas que repro-duzirão, com os sinais de rádio e de vídeo, suas catástrofes específicas.” (VIRILIO, 1996, p.30).

Um dos pensadores da comunicação mais respeitados da atualidade, Ignácio Ramonet³⁶ é outro autor preocupado com os rumos da comunicação e as conseqüências para a sociedade do que ele chama de sistema midiático e que define como sendo o aparato ideológico da globalização. Este, observa, constitui hoje o modo de inscrever “no disco rígido do nosso cérebro” o programa para que todos aceitem o mundo globalizado.

“[...] O que a imprensa diz a televisão repete, a radio repete, e não apenas nos noticiários, mas também nas ficções, na apresentação de um tipo de modelo de vida que se deve apresentar”. (RAMONET, 2004, p. 246-247)³⁷

Ramonet (2004) aponta igualmente para a dificuldade que existe na contemporaneidade em se estabelecer distinções, sejam elas de ordem intelectual ou objetiva, entre os mundos midiáticos (comunicacional e de publicidade) e o que ele denomina de cultura de massas.

³⁶ Jornalista e professor de Teoria das Comunicações Audiovisuais da Université Paris VII. É também presidente e diretor de redação do Le Monde Diplomatique. Escreveu livros como *La Propagande Silencieuse*, *Guerras do Século XXI*, *Tiranias da comunicação* e *Geopolítica do Caos*.

³⁷ Retirado do ensaio *O Poder Midiático*, publicado no livro *Por Uma Outra Comunicação – Mídia, Mundialização Cultural e Poder*. Org. Dênis de Moraes. Editora Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 2004.

A essa dificuldade em se traçar fronteiras, Ramonet credita à revolução digital, definida por ele como sendo a mescla entre texto, som e imagem. “Antes havia um universo do texto, um universo do som, um universo da imagem; hoje isso está totalmente misturado” (RAMONET, 2004, p. 244). Tendência dos vários meios de comunicação hoje existentes, essa realidade se configura de modo mais contundente na Internet. Escreveu:

“a internet não sabe distinguir entre texto, imagem e som (...) Na Internet existe esfera da informação, esfera da publicidade, esfera da cultura de massa. Na Internet há cada vez mais televisão, há cada vez mais informação, há cada vez mais publicidade; e não há diferença entre as três. Portanto, estamos agora em um contexto no qual devemos pensar globalmente esses três universos diferentes.” (RAMONET, 2004, p. 245).

No tocante à informação, Ramonet destaca em primeiro lugar seu caráter mercadológico. Ao se tornar uma mercadoria, ressalta, a informação abandona o discurso com vocação ética de educar e informar o cidadão. Hoje compra-se e vende-se informação visando lucros.

“Essa é uma lei importante, de modo que a informação não se move em função das regras da verdade, por exemplo, uma referência suprema, mas em função das exigências do comércio, que fazem do ganho, ou do interesse, o imperativo supremo.” (RAMONET, 2004, p. 247).

Ramonet (2004) também demonstra preocupação com a velocidade da informação no mundo atual, o que traz profundas mudanças ao mundo do jornalismo, identificado agora com o mundo do imediatismo e do instantaneísmo.

O problema da velocidade com que as informações circulam é a falta do tempo necessário para se refletir sobre os acontecimentos. As informações cada vez mais são construídas sobre impressões e sensações.³⁸

³⁸ Oportuno citar aqui a descrição feita por Deonísio da Silva e Hugo Santos, em artigo publicado em 2004 na Revista Líbero, sobre a experiência à qual se submeteu o teórico canadense da comunicação Derrick de Kerckhove, relatada em seu livro *A Pele da Cultura*. Enquanto era submetido a uma sucessão de imagens (sexo, violência, entre outras), sensores foram afixados em sua pele e ligados a um computador. Em sua mão, um equipamento permitia que ele indicasse entre as imagens aquelas de que gostava e as que lhe desagradavam. Ao final de 20 minutos de experiência, Derrick conseguiu exprimir alguns movimentos do punho. Análises posteriores das informações registradas pelo computador revelaram, no entanto, que cada imagem havia sido percebida por um ou mais sensores, mesmo quando o teórico não teve tempo para se manifestar. Conclui-se, então, que o corpo do teórico reagiu instantaneamente às imagens, ainda que ele não conseguisse exprimir uma opinião e que a televisão fala primeiramente ao corpo e não à mente, o mesmo que dizer que o veículo é hipnoticamente envolvente. Derrick utiliza em seu auxílio as considerações da teórica alemã dos

Por fim, Ramonet avalia a gratuidade da informação transmitida na atualidade, uma forma das grandes firmas midiáticas presentear a população, uma vez que quem paga pelas notícias que consumimos é a publicidade. Escreveu o autor:

“Então, sobretudo com os mega grupos que aparecem agora, entramos em um universo no qual a circulação da informação de massa se faz com esse critério. Antes podíamos dizer que uma empresa jornalística vendia informações aos cidadãos. Era a sua forma normal, enquanto hoje uma empresa midiática vende consumidores a seus anunciantes. Quer dizer, a AOL-Time Warner, por exemplo, vende a seus anunciantes - Nike, Ford, General Motors - o número de consumidores que possui. Essa é a relação dominante.” (RAMONET, 2004, p. 248).

Uma outra característica que Ramonet destaca nesse sistema que ele define como midiático é o caráter retórico presente no discurso das grandes empresas de mídia. Nas palavras do autor:

“em primeiro lugar, é um discurso rápido, não há efeitos longos; na imprensa, os artigos são cada vez mais curtos, as frases são breves, os títulos impactantes, como um modelo publicitário ou qualquer outro discurso da cultura de massa. Primeira característica: a rapidez para evitar o tédio.” (RAMONET, 2004, p. 249).

Outra característica relevante, na visão do autor, é a simplicidade do discurso dominante presente nos grandes sistemas midiáticos.

É um discurso muito elementar, enunciado em um vocabulário acessível a todos, enfim, é uma construção sintática e retórica que todos entendem.

Por fim, a última característica apontada pelo autor é a espetacularização ou dramatização do discurso midiático. “O riso, por exemplo no discurso publicitário; o discurso eufórico ou a tragédia no discurso do noticiário. Fazer rir ou fazer chorar. Em todo caso, expressar-se através de emoções.” Ramonet (2004) descobre nesse discurso uma infantilização. É a fala simplista, breve e emocional dirigida às crianças. De um modo geral, ressalta, o discurso que recebemos pela mídia é infantilizado.

mídias Hertha Sturm, que defende a tese de que a televisão nega ao espectador o tempo necessário de integração da informação a um nível de consciência completo, uma vez que “elimina o intervalo entre estímulo, a reação e o tempo de processar a informação no nosso consciente....a televisão nos deixa pouco (se é que deixa algum) tempo para refletir sobre o que estamos vendo.” (In: SILVA, D. & e Santo H. *Mas, bah, tché, tu não vês: é ela quem te vê!* Líbero- Revista Acadêmica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero. Ano VII, nº13/14. 2004. P.42).

Ramonet acredita que a informação está contaminada, assim como ocorre com o meio ambiente. Por isso, ele propõe uma ecologia da informação como forma de contra-informação. Escreveu o autor:

“a informação está contaminada essencialmente por uma série de mentiras que podem ser factualmente demonstradas. É preciso descontaminá-la dessas mentiras, é preciso descontaminá-la de uma certa ideologia: podem-se defender idéias, todas as idéias podem ser defendida; anunciadas, porém, como idéias, e não como uma coisa natural.” (RAMONET, 2004, p. 252).

Outros autores que pensam a comunicação na contemporaneidade são menos pessimistas em relação à tecnologia, chegando mesmo a destacar as vantagens de uma comunicação integrada ou em rede.

Castells é um desses pensadores que compara a integração das diversas mídias em uma rede interativa à transformação tecnológica que foi a invenção do alfabeto em 700 a.C., na Grécia Arcaica. No primeiro volume de *Sociedade em Rede*, ele cita Havellock³⁹, para quem o alfabeto constituiu a base para o pensamento e a ciência ocidental. Escreveu:

uma transformação tecnológica de dimensões históricas similares está ocorrendo 2.700 anos depois, ou seja, a integração de vários modos de comunicação em uma rede interativa. Ou, em outras palavras, a formação de um hipertexto e uma metalinguagem integra no mesmo sistema as modalidades escrita, oral e audiovisual da comunicação humana.” (CASTELLS, 2005, p. 414).

Para o autor, essa integração muda de forma fundamental o caráter da comunicação porque permite a interação a partir de pontos múltiplos, em tempo real ou passado, em rede global e em condições abertas e a preços acessíveis. E a comunicação molda a cultura porque, como ressalta Postman, “nós não vemos a realidade...como ‘ela’ é, mas como são nossas linguagens. E nossas linguagens são nossos meios de comunicação. Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossa metáforas criam o conteúdo de nossa Cultura”.⁴⁰

³⁹ Um dos grandes estudiosos da oralidade, principalmente da poesia épica como forma de transmissão do conhecimento, Eric A. Havelock dedicou-se também ao estudo da comunicação na Grécia Antiga e dos efeitos da escrita alfabética sobre a organização e expressão do pensamento.

⁴⁰ Sociólogo americano e estudioso da comunicação, Neil Postman (1931-2003) creditava à televisão uma ruptura histórica com o espírito tipográfico. Foi Professor titular do Departamento de Comunicação da Universidade de Nova York e um dos maiores críticos da televisão comercial, o que pode ser constatado em livros como *Divertir-se até Morrer* (1985) e *O Desaparecimento da Infância* (1984).

Lembrando ainda que a cultura é medida e determinada pela comunicação, Castells (2005) afirma que nossos sistemas de crenças e códigos são fundamentalmente transformados pelas novas tecnologias, processo que tende cada vez mais a crescer. Escreveu o autor:

*“afirmo que por meio da poderosa influência do novo sistema de comunicação mediado por interesses sociais, políticas governamentais e estratégias de negócios, está surgindo uma nova cultura: a **cultura da virtualidade real**. (CASTELLS, 2005, p. 415, grifo nosso)*

2.3 TELERREALIDADE

A difusão da televisão logo após a 2ª Guerra Mundial⁴¹ possibilitou o advento de “uma nova galáxia de comunicação”. Lembra Castells que o impacto do novo *medium* foi tamanho que os demais (rádio e imprensa) foram reestruturados e reorganizados em torno do novo meio de comunicação.

O rádio perdeu em centralidade, mas ganhou em flexibilidade e em agilidade; a imprensa (jornais e revistas) se especializou em aprofundar os conteúdos ou em enfocar assuntos relativos ao seu público.

Mas a televisão também representou, segundo Castells (2005), o fim da Galáxia de Gutenberg, um sistema de comunicação dominado pela mente tipográfica e pela ordem do alfabeto fonético (2005, p. 417).

Alguns anos após seu surgimento, a nova mídia já era o epicentro cultural das sociedades, sendo ela um meio fundamentalmente novo, “caracterizado pela sua sedução, estimulação sensorial da realidade e fácil comunicabilidade. Na linha do modelo do menor esforço psicológico.” (CASTELLS, 2005, p. 418).

⁴¹ Apesar de ter surgido nos Estados Unidos em escala comercial em 1945 pela Radio Corporation of América (RCA), as primeiras transmissões experimentais de TV se deram ainda em 1932, no mesmo país. Mas foi somente em 1939, que a National Broadcasting Corporation (NBC), primeira televisão comercial do mundo, transmitiu o discurso do presidente Franklin Roosevelt para 400 receptores de TV instalados na cidade de Nova York. Ao contrário da definição atual de 525 linhas, a televisão daquela época apresentava 405 linhas. (In: HINGST.B. *Uma Visão Histórica da Televisão no Brasil*. Líbero- Revista Acadêmica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero. Ano VII, nº13/14. 2004. pp. 25/26).

Hoje, o consumo dessa mídia é a segunda maior atividade, perdendo apenas para o trabalho⁴². Atividade predominantemente doméstica, é a presença de fundo quase constante, “o tecido de nossas vidas”.

Por isso, afirma Castells (2005), vivemos hoje com e pela mídia, especialmente a eletrônica (rádio e televisão), que se constitui no ambiente audiovisual com o qual estamos constante e automaticamente interagindo.

Ainda que reconheça a autonomia da mente humana e dos sistemas culturais individuais na finalização do significado real das mensagens transmitidas pela mídia (uma vez que essas mensagens são trabalhadas e processadas por indivíduos em diferentes contextos sociais), Castells (2005) observa que os meios de comunicação, em especial os audiovisuais, representam o material básico dos processos comunicacionais de nossa cultura. “Vivemos em um ambiente de mídia, e a maior parte de nossos estímulos simbólicos vem dos meios de comunicação.”

Em particular, ressalta Castells, a televisão detém um poder de “armar o palco” para a totalidade desses processos, dos políticos aos artísticos. “A televisão modela a linguagem da comunicação societal.”

Lembrando ainda que o impacto social da televisão funciona no modo binário, ou seja, estar ou não estar, Castells (2005) reafirma a vulnerabilidade da mensagem midiática, sempre sujeita a modificações, transformações ou mesmo podendo ser subvertida.

Castells (2005) observa também que a possibilidade de as mensagens circularem fora da mídia em uma sociedade organizada em torno da grande mídia pode se tornar mais e mais restrita, a ponto de desaparecer no inconsciente coletivo.

A mídia tende a afetar nosso inconsciente e comportamento, uma vez que representa o tecido simbólico de nossa vida, da mesma forma que o “real” afeta nossos sonhos, ao fornecer a matéria-prima para o funcionamento do cérebro,

⁴² Se bem que, nesse mesmo livro, Castells fala em uma redução do tempo frente à TV, uma consequência do tempo escasso dedicado ao lazer na atualidade. (Cf. 2005, p. 454).

"[...] como se o mundo dos sonhos visuais (informação/entretenimento oferecidos pela televisão) devolvesse ao nosso consciente o poder de selecionar, recombina e interpretar as imagens e os sons gerados mediante nossas práticas coletivas ou preferências individuais." (CASTELLS, 2005, 422).

Mesmo apostando na diversificação, descentralização e adequação ao público alvo como as características da televisão do futuro, Castells reconhece, no entanto, que as principais empresas de comunicação e o governo vão continuar mantendo o controle sobre essa mídia.

"Os investimentos têm sido muito generosos no campo das comunicações com a formação de megagrupos e alianças estratégicas para conseguir fatias de um mercado em completa transformação." (CASTELLS, 2005, p. 425).⁴³

Portanto, ainda que mais segmentada e diversificada, a televisão vem se tornando também cada vez mais comercializada e oligopolizada.

Em consequência Castells (2005) diz que o conteúdo da maioria das programações não difere muito entre as redes, levando-se em conta as fórmulas subjacentes dos programas populares.⁴⁴

Outra tendência da mídia na contemporaneidade é cada vez mais ser mediada por computadores, o chamado sistema multimídia. Mais uma vez,

⁴³ "No período de 1980/1995, as três principais redes de TV norte-americanas mudaram de dono, duas delas, duas vezes: a fusão da Disney e da ABC, em 1995, representou um montante decisivo para a integração da TV no negócio de multimídia emergente. A TF1, o mais importante canal francês, foi privatizado. Berlusconi assumiu o controle de todas as estações privadas da Itália, organizando-as em três redes. A TV privada progrediu na Espanha com o desenvolvimento de três redes, e fez incursões significativas no Reino Unido e na Alemanha, sempre sob o controle de poderosos grupos financeiros nacionais e internacionais. A televisão russa diversificou-se com a inclusão de canais privados independentes, controlado por oligarquias rivais. Na América Latina, a televisão experimentou um processo de concentração nas mãos de poucos operadores importantes. A região do Pacífico asiático tornou-se o território de disputa mais acirrada para as novas redes independentes de televisão." (2005, p. 425). O advento da TV a cabo e via satélite não alterou essa tendência de conglomerado da mídia. Ao contrário, esse sistema foi reforçado, como lembra Dênis de Moraes no artigo *O Capital da Mídia na Lógica da Globalização*: "Os canais pertencem às mesmas corporações que se assenhoram do infoentretenimento: CNN, HBO, Warner, Cinemax, TNT, TBS e Cartoon Network (AOL-Time Warner); Disney Channel, ESPN, Toon Disney e For Family (Disney); Nicklodeon, MTV, Black entertainment, Showtime, TNN e CMT (Vacom); Fox Sports, Fox News e Fox Kids (News Corp.)." (Cf. MORAES, D. *Por uma Outra Comunicação. Mídia, Mundialização Cultural e Poder*. Editora Record: São Paulo, 2004, p. 206.)

⁴⁴ Castells destaca, no entanto, que nem todas as pessoas assistem aos mesmos programas simultaneamente, além de cada cultura e grupo social manter um relacionamento específico com o sistema de mídia, características diferenciais em relação ao antigo sistema de mídia de massa padronizado. "Embora os meios de comunicação realmente tenham se interconectado em todo o globo, e os programas e mensagens circulem na rede global, *não estamos vivendo em uma aldeia global, mas em domicílios sob medida, globalmente produzidos e localmente distribuídos.*" (2005, p. 426)

Castells destaca o papel das empresas, e não dos governos, na formação desse novo sistema.⁴⁵

Somente grupos poderosíssimos, que se formam a partir da união de empresas de comunicação de massa, operadores de comunicações, provedores de serviços de Internet e empresas de computadores dispõem de recursos econômicos e políticos para a difusão do sistema multimídia. Escreveu Castells:

“Assim, haverá um sistema multinacional, porém, com toda probabilidade, será decisivamente moldado pelos interesses comerciais de poucos conglomerados ao redor do mundo.” (CASTELLS, 2005, p. 453).

Castells (2005) acredita que ainda é cedo para se avaliar as conseqüências do sistema multimídia, ainda uma novidade. Ele destaca, no entanto, como uma das características sócio-econômicas culturais em países do primeiro mundo a possibilidade de o sistema captar em seu domínio boa parte das expressões culturais em toda a sua diversidade. Isso representa o fim da separação e da distinção entre mídia audiovisual e impressa; entre cultura popular e erudita; entre entretenimento e informação; entre educação e persuasão.

*“Todas as expressões culturais, da pior à melhor, da mais elitista à mais popular, vêm juntas nesse universo digital que liga, em um supertexto histórico gigantesco, as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa. Com isso, elas constroem um novo ambiente simbólico. Fazem da virtualidade nossa realidade”.*⁴⁶ (CASTELLS, 2005, p. 458).

⁴⁵ A escala de investimentos em infra-estrutura impossibilitou que os governos atuassem sozinhos na formação desse sistema. “Apenas para os Estados Unidos, as estimativas da fase de lançamento da chamada infovia fora de US\$ 400 bilhões”, lembra Castells, ressaltando que, em boa parte do mundo, as empresas começaram a entrar em um mercado que pode ser comparado ao complexo industrial voltado para o automóvel, petróleo, borracha e estradas da primeira metade do século XX. (2005, p. 451).

⁴⁶ Logo em seguida, Castells fala da cultura da virtualidade real, lembrando autores como Roland Barthes e Jean Baudrillard, pensadores que afirmaram que as formas de comunicação têm como bases a produção e o consumo de sinais. Portanto, lembra Castells, não podemos separar “realidade” e representação simbólica. A humanidade somente pôde existir e o continua fazendo em um ambiente simbólico, por meio do qual vem atuando. “Portanto, o que é historicamente específico ao novo sistema de educação, do tipográfico ao sensorial, não é a indução à realidade virtual, mas a construção da realidade virtual”, ressaltou Castells, lembrado que a definição de virtual no dicionário é aquilo que existe na prática, embora não estrita ou nominalmente, e “real é o que existe de fato”. Conclui o autor, que a realidade como a vivemos somente pode ser virtual, porque é percebida por meio “de símbolos formadores da prática com algum sentido que escapa a sua rigorosa definição semântica.” A crítica que se faz à mídia eletrônica enquanto um ambiente simbólico que não representa a “realidade” é infundada, uma vez que implica em uma absurda idéia de experiência real,

Conclui o autor que o sistema de comunicação que gera hoje a chamada virtualidade real capta inteiramente a experiência simbólica e material das pessoas, ou seja, isso que chamamos realidade. Nesse mundo do faz-de-conta, as experiências, ressalta Castells (2005, p. 459), “não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na experiência.”

No Brasil, entre os pensadores que se dedicaram ao estudo da televisão na contemporaneidade, destacamos o trabalho de Muniz Sodré, por acreditarmos que o presente trabalho se aproxima mais do pensamento desse autor.

Em *Cidade dos Artistas – Cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro*, escrito em parceria com Raquel Paiva, Sodré observa que a televisão é criadora de um espaço social de outra ordem, não exercendo uma influência sobre a realidade, mas sim enquanto construidora de realidade (2004, p. 114).

Os autores creditam à televisão a criação de um novo *bios*, que se dá pela tecnologia e pelo mercado.

“Criando uma singular comunidade eletrônica, a dos telespectadores, cujos hábitos e percepção tendem a orientar-se em função de uma cultura tecnomercadológica, a televisão termina engendrando uma unidade espacial, ainda que virtual ou fictícia.” (SODRÉ, 2004, 118).

No Brasil, segundo Sodré e Paiva (2004) defendem, a televisão criou uma subcultura, uma formação especial da *polis*, que, entre outros efeitos, contribuiu para neutralizar as tensões comunitárias ou mesmo dissimular as tensões entre a cidade formal e a “não-cidade do excluídos” (2004, p. 129).

Eles definem esse *bios* como sendo virtual ou midiático, uma forma virtualizada de vida e cujas chaves culturais são guardadas pela televisão. “É que a televisão é um *medium*-síntese, capaz de abranger todas as formas discursivas em circulação no *bios* virtual.”

De acordo com Sodré e Paiva (2004) o cinema, discos, rádio, revistas, seções de entretenimento dos jornais originam as formas que se infiltram nos

não-codificada, que nunca existiu. Todas as realidades apenas podem ser comunicadas por meio de símbolos. Na comunicação interativa humana, todos os símbolos são deslocados em relação ao sentido semântico a eles atribuídos, independentemente do meio. “De certo modo, toda realidade é percebida de maneira virtual.” (2005, p. 459).

hábitos, costumes, percepções afetos, ou seja, no *ethos*, e cotidiano, todos sintetizáveis pela televisão.⁴⁷

Aprofundando no conceito de *bios* midiático, Sodré e Paiva (2004) lembram que a cultura pública contemporânea mira-se no espelho televisivo, responsável por produzir subjetividade e tipos de comportamentos novos, reorientando assim várias esferas da sociedade.

“O bios midiático, moldado pela forma sócia televisiva, institui um novo tipo de relação social em que, nas formas mais exacerbadas, como é o caso norte-americano, as pessoas ‘não mais conversam umas com as outras, e sim entretêm-se mutuamente. Não trocam idéias, trocam imagens. Não argumentam com proposições; argumentam com boa aparência, celebridades e comerciais’”. (SODRÉ, PAIVA, 2004, p.133)⁴⁸

Em outro livro, intitulado *Império do Grotesco*, também escrito em conjunto, Sodré e Paiva (2004) defendem que, na contemporaneidade, quanto mais se disponibiliza o espaço público, mais esse espaço é ocupado pela televisão.

Seguindo esse argumento, pode-se pensar que o telespectador busca no veículo uma forma de se integrar, ainda que imageticamente, ao espaço público.

Essa tendência começa pela estratégica, já adotada pelo rádio, de levar para as casas o *ethos* festivo,

“uma atmosfera de ‘praça’ popular, com suas encenações melodramáticas (radionovelas, telenovelas, casos especiais), jogos de feira ou de festa de largo (competições, sorteios, brincadeiras coletivas), variedades (programas de auditório, shows musicais, atrações circenses)..etc.” (SODRÉ, PAIVA, 2002, p. 110)

A exemplo do papel que o rádio desempenhou na unificação da língua no Brasil, a televisão massiva revelou-se de fundamental importância na articulação de um espaço público nacional, que Sodré e Paiva (2002) definem

⁴⁷ No livro *Antropológica do Espelho*, de 2002, Muniz Sodré explica que sua visão de quarto *bios* remete à concepção aristotélica de vida. Em sua *Ética a Nicômano*, Aristóteles distingue três gêneros de *bios*: vida contemplativa (*bios teoretikos*), vida política (*bios politikos*) e vida prazerosa (*bios apolaustikos*). (2002, p.25).

⁴⁸ A citação de Sodré/Paiva é de Neil Postman. *Amusing ourselves to death – public discourse in the age of show business*. Penguin Books. 1986, pp. 92-93.

como uma espécie de “espelho imaginário do ‘Brasil Unitário’ sonhado pelo regime militar.”⁴⁹

Na *bios* midiático-virtual, a imagem do acontecimento faz-se passar por sua realidade, mas encontra-se distante da movimentação concreta e histórica dos corpos nos espaços marcados da cidade. Segundo os autores:

“recalam-se historicamente a praça, a feira, a festa. Em vez do símbolo e toda a sua ambivalência existencial (vida/morte, prazer/dor, conflito/paz, etc.), impõe-se a ordem industrial dos signos e dos objetos, regidos pelo estatuto da economia mercantil.” (SODRÉ, PAIVA, 2002, p. 119).

O sistema televisivo, e também os telespectadores, encontra-se dentro de um mundo especular regido pelo código cultural do mercado. “É precisamente isto o *medium*: o espelho como prótese do mundo.” (2002, p. 139).

Essa visão da televisão como veículo especular está presente em outro livro de Muniz Sodré, *A Máquina de Narciso*, publicado em 1984, obra em que o autor recorre ao mito grego de Narciso e à psicanálise para tratar do tema da telerrealidade.

Sodré (1984) revela que pelo fato de incorporar todas as técnicas de reprodução desenvolvidas na Modernidade, bem como todo o *ethos* moderno de organização da vida social, a televisão se tornou esse espaço tempo social absolutamente novo, que multiplica infinitamente o poder de ubiquidade do telespectador, “agora confrontado a uma tele (realidade simultânea, instantânea e global.” (1984, p. 31).

A telerrealidade é uma máquina narcísica porque possibilita a realização do simulacro humano na televisão, ou, como escreveu o autor:

“ a outra metade de mim mesmo, esse duplo ou fantasma feito de luz fluorescente sobre linhas puntiformes [...] o indivíduo mantém uma relação privada com o mundo através da telepresença.” (SODRÉ, 1984, p. 32)

⁴⁹ No Brasil, lembram os autores que as redes televisivas cobrem geograficamente 98% do território nacional, com receptores de TV presentes em mais de 80% dos domicílios. (2004, 130). As grandes redes de televisão mantêm ainda emissoras afiliadas, geralmente pertencentes a elites políticas regionais.

Mas essa telepresença não significa uma interação com o mundo. Na telerrealidade, o indivíduo somente vê, e o que ele vê pela televisão é um universo capaz de instituir um novo modelo de hierarquização dos papéis dentro da sociedade contemporânea. “A telerrealidade é um modo de organizar – de agir, a partir de novas exigências do processo de acumulação capitalista em sua fase monopolista – o espaço e o tempo sociais.”

Nesse processo, acredita Sodré (1984) que um dos mecanismos utilizados pela televisão é a redundância, movimento circular que contagia a própria forma expressiva do veículo, seja ao nível da repetição de anúncios, seja ao de redundância imagística, para melhor simulação do real-histórico.

A categoria telerrealidade não separa meios de comunicação como pólo manipulativo de um lado e sociedade como lugar do acontecimento histórico do outro. É preciso, lembra Sodré (1984), avaliar a integração, unificação e vinculação desses meios, bem como a permeabilidade das variadas instituições sociais às formas geradas pela moderna informação.

Sodré (1984) aborda aqui o tema dos pseudo-acontecimentos capazes de gerar outros em progressão geométrica e “numa tal grandeza de simulação que já não se pode traçar fronteiras entre real e imaginário, nem mesmo chamar de pseudo um acontecimento.”

Na telerrealidade, o poder é uma forma reguladora que simula o mundo para melhor reespecializá-lo e administrá-lo, uma superestrutura que se legitima com discursos de entretenimento, educação e comunicação global.

Mas o que se transmite, ressalta Sodré (1984), não são conhecimentos produtivos, mas sim, ilusões, imagens de um conhecimento para fins de captação pura e simples do olhar, objetivando uma melhor imposição dos efeitos de organização social.

Sodré (1984) classifica a ideologia tecnicista atual de “circulatória” ou “mediática”, lembrando que, assim como ocorre com o capital, as coisas simplesmente circulam sem outra finalidade que não a de cumprir o *código* ou da forma-mercadoria pelo qual passam os modelos e as significações sociais.

Sodré (1984) nos faz lembrar que, assim como Narciso morre porque a sua imagem implicou a morte da sua verdade enquanto protótipo, também o

simulacro, a duplicação, traz sempre a possibilidade da morte para o original, uma vez que está presente na sedução operada pela imagem especular.

Ao simular o mundo, observa Sodré (1984), a televisão acena com a morte das referências clássicas do real, dos modelos de representação que possibilitam uma equivalência entre signo e real.

Como forma de legitimação e para aplacar possíveis angústias, a televisão recorre ao máximo de realismo em seus conteúdos, “uma maneira de escamotear a percepção da divisão entre produção e consumo, dirigente e executante.”

Ainda segundo Sodré (1984), os programas refletem as representações sociais geradas por instituições ou mesmo pelo senso comum, mas não possibilitam perceber as fontes específicas dos valores, uma vez que essas representações passam por uma filtragem própria do meio.

O *medium* evita assim os discursos exclusivos de um determinado estrato social. “Põem-se em circulação mensagens mais gerais, capazes de sensibilizar os membros de todas as classes sociais.” (SODRÉ, 1984, p.44).

A televisão simula todo tipo de forma social existente no real-histórico (democracia, divisão do trabalho, hierarquia), o que ela faz individualizando ou personalizando as forças sociais na realidade (por meio dos noticiários) os modos de desempenho de papéis profissionais (dramas e folhetins).

Sodré (1984) nos diz que os conteúdos culturais televisivos aprofundam politicamente as linhas ideológicas tradicionais desejáveis (individualismo, familiarização), ao passo que incluem também novos valores como o hedonismo, desrepressão, modernização, tão necessárias à expansão do consumo.

Ao mesmo tempo, lembra Sodré (1984), a forma televisiva administra o espaço social, dissolvendo os antigos laços contínuos, sinalizando os consumidores e homogeneizando a cultura (1984, p. 46).

Sodré (1984) vê implícito no *medium* televisivo o projeto (horizonte estratégico das formas de estruturação social) que realiza a conversão das formas tradicionais de representação do real às regras da telerrealização, ou seja, “o *medium* como prefigurização de uma forma geral das relações sociais”.

O autor defende ainda a idéia do *medium* televisivo ser uma forma de metafísica (ou um poder universal de montagem de novos dispositivos de significação).

Sua tese se baseia no fato de a televisão ser ao mesmo tempo “telefissão” das formas tradicionais de representação e “telefusão” dos indivíduos numa nova forma de relação social.

A televisão não é um prisma, um posto de vista ilusório, mas um espelho, o lugar onde a identidade original do sujeito dá lugar à imagem, ao simulacro. Para Sodré (1984), o indivíduo se identifica (horizontalmente) com o semelhante a si no ‘espelho’ televisivo e (verticalmente) com idéias e modelos.

Em termos psicanalíticos trata-se da indentificação com o *eu ideal* (heróis, personagens excepcionais, prestigiosos) e com o *ideal do eu* (figuras parentais e autoridade, objetos de amor, ideais coletivos) ou ainda o superego, instância interditora que representa as proibições parentais, bem como as tradições e os valores de cada geração.

Sodré (1984) também lança a hipótese de que a própria estrutura da personalidade, denominada ‘edipiana’, possa ser substituída na contemporaneidade por uma estrutura narcísica à base de autogestão psíquica. Narciso enquanto “um Édipo contrafeito, de olhos bem abertos, não mais preocupado com sua verdade, mas fascinado pelo brilho de sua imagem”.

Sodré (1984) passa a defender então um novo tipo de narcisismo, regulado pela lei capitalista, denominado por ele de narcisismo social ou tecnonarcisismo, que pode ser definido como a organização tecnoburocrática reproduzindo sua própria imagem e, a partir dela, formando sujeitos consumidores, uma nova forma de controle social que funciona por efeitos de fascinação, de convencimento, de persuasão.

A televisão, neste contexto, simula uma sociedade fundada na produção psíquica. “ O que no vídeo se produz (sob a forma de simulacro) é o *desejo*”

Dentro de uma concepção lacaniana de que o desejo é eterno pela impossibilidade de sua satisfação, ou seja, seu objeto estaria fora do real, portanto, no imaginário, uma vez que o objeto de desejo não teria nenhuma realidade, Sodré (1984) pensa a imagem sob a forma de simulacro e enquanto

um símbolo feérico. Assim sendo, a imagem gera sua própria ordem baseada numa economia de frustração. “Sua dinâmica de funcionamento consiste em jamais cumprir inteiramente aquilo que promete”

Por fim, Muniz Sodré argumenta que, na teleorganização, não há lugar para a divisão nem para rupturas essenciais. “O indivíduo será constituído narcisicamente, à imagem da organização, como sujeito de uma consciência compacta, não dividida” (SODRÉ, 1984, p. 66-67).

A macrotelevisão ou teleorganização social compele o indivíduo a encontrar sua identidade num imaginário objetivado, nos simulacros. Escreveu:

“o espelho estendido pela teleorganização [...] difrata continuamente simulacros, prontos a exhibir a tecnoestrutura como único modelo com o qual cada um pode identificar-se para bem existir socialmente, mas prontos também a esvaziar os indivíduos de seus próprios modelos, suas imagens autônomas.” (SODRÉ, 1984, 67).

Em tal sistema o imaginário é objetivado e o real “ficcionalizado”, o que faz com que os simulacros ganhem um princípio de realidade, uma vez que tudo é feito ou filmado sob a ótica do “social”.

Esse espaço simulado é esquizofrenizante: esvai o sentimento do “real”, mas faz o indivíduo aproximar-se das coisas, por meio de um imaginário controlado.

O telespectador, segundo Sodré (1984), se confronta com ele mesmo na medida em que sua própria imagem pequeno-burguesa lhe é realisticamente proposta.

Com tal imagem se dá um processo de auto-reconhecimento autoritário e mimético que implica a conservação imaginária de si mesmo graças ao prazer narcísico de se ver tecnologicamente reproduzido.

Neste contexto, o indivíduo se vê “onipotente titular de um ‘ego único’ sem divisão, senhor incontestado do real.”

O autor retoma mais tarde em *Antropológica do Espelho* o tema da sociedade contemporânea pós-industrial regida pela midiatização⁵⁰, ou seja,

⁵⁰ Sodré distingue aqui mediação, que significa a ação de fazer ponte ou comunicar-se duas partes, sendo a linguagem a mediação universal. Mas também são formas de mediação o trabalho, as leis e as artes, entre outras. Já midiatização é uma ordem de mediações entendidas como processo

pela tendência à virtualização ou telerrealização das relações humanas. A mediatização é um dispositivo que emerge quando a comunicação se torna técnica e industrialmente redefinida pela informação, “isto é, por um regime posto quase que exclusivamente a serviço da lei estrutural do valor, o *capital*, e que constitui propriamente uma nova *tecnologia societal*” (SODRÉ, 2002, p.21-22).

Retomando o tema do espelho, o autor lembra que este funciona na História humana como a prótese primitiva que mais se parece com o *medium* na contemporaneidade, mas guardadas as devidas diferenças. Escreveu:

*“é que o espelho – superfície capaz de refletir a radiação luminosa – traduz reflexivamente o mundo sensível, fechando em sua rasa superfície tudo aquilo que reflete. O **medium**, por sua vez, **simula** o espelho, mas não é jamais puro reflexo, por ser também um condicionador ativo daquilo que diz refletir.” (SODRÉ, 2002, p. 21, grifo nosso)*

Sodré distingue entre dois tipos de espelhamento: um referente à mídia tradicional ou linear (cinema, televisão), e o outro chamado de midiático, definido com os ambientes digitais da nova mídia.

Enquanto no primeiro ainda há na representação em irradiado do referencial externo, no espelho midiático isso não mais ocorre, uma vez que este não é uma cópia, reprodução ou mesmo reflexo desse espaço externo, mas sim, se constitui em uma nova forma de vida, apresentando um novo espaço e modo de interpelação coletiva de indivíduos.

“É forma condicionante de experiência vivida, com características particulares de temporalidade e espacialização, mas certamente distinta do que Kant chamaria, a propósito de tempo e espaço, de forma a priori”.

Chegamos ao final dessa segunda parte, que teve como proposta traçar um percurso do conceito realidade, uma categoria cara ao universo jornalístico

Como veremos a seguir, essa idéia de realidade fundamenta a prática jornalística de tal forma e amplitude, o que nos permite mais uma vez retomar o objeto do presente trabalho: verificar se o jornalista se reconhece ou não enquanto construtor de realidade. Mais precisamente, trataremos nos próximo

informativo, “a reboque de organizações empresariais e com ênfase em um tipo particular de interação (...) caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*.” (2002, p. 21).

capítulo de temas ligados ao campo do jornalismo, como a objetividade, o acontecimento e a notícia.

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO

3.1 ACONTECIMENTO E NOTÍCIA

Os jornalistas não são observadores passivos dos acontecimentos, mas sim participantes ativos na construção da “realidade” que transformam em notícias. Estas, como lembra Traquina (1999), “*acontecem*” na conjunção dos acontecimentos com os textos e, por isso, não podem ser entendidas como emergentes dos acontecimentos do mundo “real”.

Traquina (1999) lembra que, “enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento.” A aparência que a “realidade” assume para o jornalista, bem como as convenções que moldam a sua percepção de mundo, impossibilita a construção de uma narrativa inteiramente livre. Traquina (1999) mostra que “as narrativas são elaboradas através de metáforas, exemplos, frases feitas e imagens, ou seja, símbolos de condensação.” Outros fatores influenciam ainda na escolha da narrativa, como os constrangimentos organizacionais. Lembra Traquina que somente inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato é possível se entender de fato como se dão as tomadas de decisões no processo de produção de notícias, o chamado *newsmaking*.⁵¹ Outro fato que conta na escolha da narrativa é o tempo. O trabalho do jornalista é uma atividade toda voltada para cumprimento do fechamento, e isso se dá nas redações dos jornais impressos, bem como nos telejornais e noticiários radiofônicos e até mesmo nos informativos *on line*.

⁵¹ Para ler mais sobre o tema confira os ensaios *O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico*, de John Soloski, e *Controlo social na redação – uma análise funcional*, de Warren Breed. In: *Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”*, org. Nelson Traquina. Vega, 1993, pp. 91-100 e 1999, pp.52-166.

Assim, lembra Traquina, o eixo central do campo jornalístico é o fator tempo, com o qual mantém íntima e complexa relação.⁵² Escreveu Traquina:

“pressionadas pela tirania da ‘hora do fecho’, as empresas do campo jornalístico são ainda mais obrigadas a elaborar estratégias para fazer face ao desafio colocado pela dupla natureza da sua matéria-prima: os acontecimentos ...podem surgir em qualquer parte e a qualquer momento [...] face à imprevisibilidade, as empresas do campo jornalístico precisam de impor ordem no espaço e no tempo (TRAQUINA, 1999, p.170, grifo nosso).

Enfim, o espaço é apontado pelo autor como mais um fator que influencia na escolha da narrativa jornalística. Ele cita o estudo de Gaye Tuchman sobre a *new net* (rede), utilizado pelas empresas jornalísticas na “captura” dos acontecimentos.

Tuchman (1993) aponta três estratégias adotadas pelas empresas para cobrir o espaço: a territorialidade geográfica; a especialização organizacional; e a especialização organizacional e especialização em torno de temas.

No primeiro caso, o mundo é dividido em áreas de responsabilidade territorial, enquanto a segunda estratégia estabelece “sentinelas” em organizações consideradas como produtoras de acontecimentos noticiáveis.

A última estratégia é marcada por uma auto-divisão de secções que preenchem as chamadas “rubricas” do jornal.

Ressaltou Traquina (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 170) que “a consequência fundamental da extensão na ‘rede’ é impor ordem no mundo social porque permite que acontecimentos noticiáveis ocorram mais em certas localidades e não noutras.”

.No ensaio *A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão*, Schudson (Apud, TRAQUINA, 1999) argumenta que as notícias têm uma relação com o “mundo real” não apenas no que se refere ao seu conteúdo, como também na forma, isto é, “no modo como o mundo é incorporado em convenções narrativas inquestionáveis e despercebidas, sendo então transfigurado, deixando de ser um tema de discussão para se tornar uma premissa de qualquer conversa.

⁵² No ensaio *Os jornalistas e a sua máquina do tempo*, Philip Schlesinger faz uma análise aprofundada da importância do fator tempo na produção das notícias, tomando como estudo de caso a equipe da BBC de Londres (Rádio e Televisão), entre 1972/73. Cf. *Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”*, org. Nelson Traquina. Vega, 1999, pp. 177-190.

Schudson (1999) argumenta ainda que as pessoas não vêem as notícias como elas acontecem, da mesma forma como os pais não experimentam o dia-a-dia dos seus filhos na escola. Os pais podem apenas se inteirar sobre o que aconteceu por meio do relato dos filhos.

O mesmo, lembra o autor, se dá na relação entre os jornalistas e o público, uma vez que cabe aos primeiros relatar as “estórias” para as pessoas. Por isso, conclui, as notícias não são ficcionais, mas convencionais. Assim, ressaltou:

“as convenções ajudam a tornar as mensagens legíveis. Elas fazem-no de uma maneira que se adapta ao mundo social dos leitores e escritores, porque as convenções de uma sociedade ou tempo não são as mesmas de outra cultura diferente.” (Apud, TRAQUINA, 1999, p.280).

Ainda falando sobre convenções (1999), Schudson observa que algumas delas, mais familiares hoje em dia, são inovações recentes que ajudam a tornar legíveis mensagens culturalmente consistentes e também dissonantes. Segundo o autor (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 280), “a sua função é menos aumentar ou diminuir o valor da verdade que as mensagens transmitem do que dar forma e limitar o campo dos tipos de verdades que podem ser ditas”. Lembrando que essas convenções reforçam certas hipóteses acerca do mundo político, Schudson destaca em primeiro lugar o recurso do parágrafo de abertura, também chamado *lead*, e da Pirâmide Invertida, que são tidos em jornalismo como superiores ao relato cronológico de um acontecimento.⁵³

A adoção do *lead* como convenção jornalística⁵⁴, segundo Schudson (1999), representou uma mudança de condição dos jornalistas, que deixavam de ser estenógrafos ou gravadores, para tornarem-se intérpretes das notícias.

⁵³ As outras convenções citadas por Schudson seguem na ordem: 2 – que um presidente é o ator mais importante em qualquer acontecimento no qual tome parte; 3- que uma notícia (*news story*) deve centrar-se, de preferência, num acontecimento único mais do que num acontecimento contínuo ou repetido, ou então, se a ação é repetida, a atenção deve centrar-se mais na novidade e não no padrão; 4- que uma notícia (*news story*) que cubra um importante discurso ou documento deve citar ou declarar os seus momentos altos; 5- que uma notícia (*news story*) que cubra um acontecimento político deve exprimir o significado dos atos políticos num enquadramento de tempo maior do que os dos próprios atos. SCHUDSON, M. *A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão*. In: *Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”*, org. Nelson Traquina. Vega, 1999, p. 280)

⁵⁴ O lead aparece no final do século XIX.

Isso significou, na prática, que o jornalista abandonou sua condição de retransmissor de documentos e mensagens. Seu novo papel de intérprete das notícias possibilitou ao repórter “escrever o que ouve e vê, e sobre o que não é visto nem ouvido ou é intencionalmente omitido.”

Essa nova condição veio a ser reforçada nos anos 20, quando passou a ser comum nos jornais os jornalistas assinarem suas matérias.

Lembra ainda Schudson (1999) que foi no século XX que os repórteres adquiriram uma autoconsciência política e passaram a exercer um papel político mais afirmativo dentro dos jornais, uma tendência contrária ao que ocorria no século anterior, quando exerciam pouca ou praticamente nenhuma presença política, seja enquanto indivíduos ou enquanto grupo.

Essa tendência, de acordo com Schudson (1999), fez com que a mídia construísse um mundo no qual o reino político se tornasse preeminente. “A notícia hoje, como no passado, não só descreve o mundo ‘lá fora’, mas também traduz uma cultura política em pressupostos de representação construídos na estrutura da própria ‘estória’”. (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 291)

Por fim, conclui o autor que as notícias não são formas e sim informações e que também se encontram no negócio de dar instruções para operações desejadas dentro de uma entidade existente. Escreveu Schudson:

“a notícia informa os seus leitores sobre a política, mas de uma maneira específica. O seu significado está nas instruções que tacitamente dá acerca daquilo que se deve atender e como atender [...] pede ao leitor para estar interessado na política, mas na política como a comunidade de jornalistas a concebe.” (Apud, TRAQUINA, 1999, p.292-293).

No ensaio *Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias*, os autores S. Elizabeth Bird e Robert W. Dardenne tratam as notícias enquanto narrativas mitológicas que constituem uma prática cultural muito antiga e universal: o contar estórias.

Considerar as notícias como um mito, um ponto de vista que dissolve a distinção entre entretenimento e informação é, no entender dos autores, uma das normas mais produtivas de ver as notícias. “Com isto não queremos dizer que as notícias individuais são como mitos individuais, mas, enquanto processo de comunicação, as notícias podem actuar como o mito e o folclore.”

Lembrando que tanto o mito como o folclore são estruturas impregnadas de valores, os autores argumentam que as notícias não oferecem ao público

apenas o fato, mas também “tranquilidade e familiaridade em experiências compartilhadas” e que, por meio da narração ritualista dos contos, o que inclui também as notícias, os mitos são “representados, transformados e recriados num ‘processo ritual’”. (Apud, TRAQUINA, 1999, p.266).

O público consome as notícias como sendo um reflexo da realidade, mas também como texto simbólico. Assim como acontece com os mitos, as coisas não são contadas como elas são, mas sim segundo o seu significado.

Concluem, então, que as notícias, a exemplo do que ocorre com os mitos, apresentam códigos próprios que são reconhecidos pelo público. Os autores citam então Barthes (1982) segundo o qual, “sabemos, quando lemos ou ouvimos uma notícia, que estamos numa ‘situação narrativa’ particular que exige um tipo específico de posição para ser compreendido.”

Assim como o mito precisa ser constantemente recontado, e nisso reside sua força, afinal ele somente tem significado nesse contar (Apud, TRAQUINA, 1999, P. 267), também as notícias, ou a qualidade mítica das notícias, derivam de uma espécie de “ressonância”, ou seja, a sensação de que muito do que é noticiado são “estórias” repetidas. A essa ressonância, vem associar-se o princípio da consonância, que assegura a codificação em estruturas já percebidas e previstas de acontecimentos considerados diferentes. “As notícias transmitem uma sensação de drama infinitamente repetido cujos temas são familiares e bem compreendidos.” Os autores argumentam ainda que os valores-notícia como o presente, o invulgar, a simplicidade, as ações, a personalização e os resultados apontados pelos jornalistas para que um acontecimento seja transformado em notícia são os mesmos valores que os contadores de “estórias” utilizam na criação de um conto. “As ‘estórias’ nunca ‘refletem a realidade’ e falam de acontecimentos mundanos e quotidianos. Referem-se ao diferente e ao particular que representam, no entanto, algo universal – precisamente como são as notícias.” Enquanto pertencentes a uma cultura e, portanto, sujeitos as suas gramáticas narrativas, os jornalistas também se utilizam de técnicas narrativas específicas, que são dispositivos adotados como formas de organizar a informação, como na adoção da forma da Pirâmide Invertida, com o recurso do *lead*.

Ao contrário da forma tradicional de “estória”, o *lead* dispensa o suspense e a Pirâmide Invertida impossibilita a “naturalidade” do texto. Bird e

Dardenne citam Scholes (1982), para quem a narrativa, para ser de fato “estória”, tem de apresentar relações de causa e efeito e em progressão lógica, e também Ricouer (1981), que fala da necessidade de as explicações de uma “estória” serem interligadas em um “tecido narrativo”.

A falta de narratividade não implica uma ineficiência na comunicação das notícias. Ao contrário, as notícias de rotina, por exemplo, realizam a função de registro, reforçando o padrão geral simbólico, ainda que os pormenores sejam esquecidos. “Assim, o ‘crime é compreendido como um fenômeno permanente e recorrente e, conseqüentemente, muito dele é averiguado nos *media* de uma forma igualmente rotineira.” (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 273).

Na avaliação de Bird e Dardenne (1999), os jornalistas encontram-se divididos entre duas idéias impossíveis: por um lado, as exigências da ‘realidade’, alcançável por meio das estratégias da objetividade, e, por outro, as exigências da narratividade.

Assim, se defrontam com o paradoxo de que, quanto mais objetivos, menos compreendidos; quanto melhores contadores de “estórias”, melhor compreendidos. “Deste modo, os jornalistas escrevem alguns registros, contam algumas ‘estórias’ e muito que é algo de ambos.” O jornalista contador de “estórias” utiliza valores de “estórias” que retira da cultura, para então reapresentá-los à cultura, se aproximando assim do contador folclórico. Mas também cria “estórias” a partir de acontecimentos, com os quais o público não está familiarizado, ou seja, não possui experiências particulares para aí colocar esses acontecimentos. Nesse caso, os jornais e os outros *media* estão mais próximos ao que os autores chamam de ‘matriz mitológica’, lembrando que, quando situações assim ocorrem, nas áreas que não são familiares ao público, em geral, este tende a acreditar nos ditos ‘especialistas’ que têm acesso à verdade. Assim,

“o mito, como as notícias, apóia-se na sua autoridade como ‘verdade’. As notícias televisivas, com os seus apresentadores vistos em pessoa pelos seus públicos, têm cooptado o papel do contador de ‘estórias’ e fabricante de mitos tão eficazmente que neste momento é considerado como a fonte de notícias com mais autoridade e, por conseguinte, ‘verdadeira’.” (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 274-275).

Essa questão também foi abordada por Rodrigues (Apud, TRAQUINA, 1999) no ensaio *O Acontecimento*, que trata da relação mídia e mito, mas ele

argumenta que a primeira não se utiliza da narrativa mítica, mas desempenha o papel que um dia foi do mito⁵⁵. Segundo o autor:

*“a época moderna fez do pensamento mítico o dispositivo do obscurecimento e da dominação, considerou-o como a cegueira da razão iluminada, como o entrave ao conhecimento positivo da ciência. Ficou assim o homem moderno despojado dos quadros explicativos que organizavam o desenrolar dos acontecimentos do mundo e lhe asseguravam coerência. É neste contexto que o discurso dos **media** surge para organizar a experiência do aleatório e lhe conferir racionalidade.”* (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 33, grifo nosso).

O autor afirma então que a mídia desempenha esse papel de forma especular, “refletindo e integrando num todo os fragmentos dispersos com que é tecida a trama do presente”.

A trama do presente é tecida por acontecimentos jornalísticos, que Rodrigues (1999) define como sendo aqueles dignos de serem registrados pela notabilidade dos fatos, notabilidade essa que se dá pelo excesso, falta e inversão. O registro do excesso é identificado com o funcionamento anormal da norma, seja dos corpos individuais, coletivos e institucionais.

A embriaguez, o massacre, a pena máxima aplicada por um juiz, são alguns exemplos desse registro, em que são identificadas pelo autor,

“todas as figuras do cúmulo e da hybris grega, da desmedida que tanto pode ser celebrizada com a entrada para o Guinness Book como sancionada de maneira extrema pela ultrapassagem do limiar físico da morte ou o limiar moral da condenação.”

O registro da falha é identificado com o defeito, pela insuficiência no funcionamento normal e regular dos corpos.

Pertencem a este registro os acidentes cósmicos e naturais, os cataclismos, as inundações, os terremotos, bem como os acidentes da

⁵⁵ Explica o autor que o mito assegurava o quadro de referência comum da experiência do mundo nas sociedades tradicionais. Embora soubessem que o mito não era verdadeiro, no sentido moderno que damos a esta palavra, os povos antigos acreditavam em seus mitos. Ou seja, não confundiam o que era a verdade do mito com a verdade verificável do mundo. “O mito é assim uma forma vazia de discurso, uma ordem de natureza prescritiva que dita as regras de formulação de experiência, uma forma disponível para todos os investimentos que permanece válida enquanto for actualizada em práticas discursivas rituais históricas. Permanece sempre uma diferença entre o tempo do mito histórico do acontecimento e um diferimento da atualização ritual em relação à totalidade mítica.” RODRIGUES, A.D. *O Acontecimento*. In: *Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”*, org. Nelson Traquina. Veja, 1999, p. 33.

circulação automóvel, que interrompem o trânsito, e do funcionamento normal do organismo humano.

Lembra o autor (Apud, TRAQUINA, 1999, p.28) que “a falha no funcionamento dos corpos instituídos não é menos notável do que a que ocorre nos corpos físicos e nos dispositivos maquínicos.”

Por fim, o registro de inversão que, por sua vez, vincula-se à máxima jornalística de que um cão morder um homem não é notícia, mas o contrário sim. Observa Rodrigues (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 28) que “todas as figuras da paródia que o destino, que o *heimarmene* grego nos reserva estão compreendidas neste registo.”

Rodrigues fala ainda em um outro registro que dá conta do que ele define como meta-acontecimento, ou seja, aqueles acontecimentos que somente existem pelo discurso jornalístico. Esses acontecimentos não são regidos pelas regras do mundo natural, mas sim pelas regras do mundo simbólico, o mundo da enunciação. Rodrigues (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 30) nos faz ver que “os meta-discursos são por isso a face perversa da informação, da transformação logotécnica da linguagem em acontecimento dissuasor da explosão do imprevisível no mundo contemporâneo.”

Hackett (Apud, TRAQUINA, 1999) chama a esses acontecimentos de “pseudo-acontecimentos”, lembrando que estes são planejados e provocados previamente, tendo como desígnio primordial o de serem noticiados ou reproduzidos.

Entre esses pseudo-acontecimentos, ele cita as conferências de imprensa e a maioria dos discursos políticos. Preparados para programação mediática, esses acontecimentos não existiriam na ausência dos *media*.

Citando Altheide e Snow, Hackett (1999) fala em uma “lógica mediática” existente hoje e que contrasta com a atuação dos *media* em séculos anteriores, quando apenas refletiam a forma das instituições dominantes. Hoje, são os *media* a força dominante e é a eles que as demais instituições acabam se conformando, o que inclui o processo político, para estar “ligado inextricavelmente à lógica do trabalho dos *media* que o transformam num prolongamento da sua produção.” (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 108).

Recorrendo a Molotch e Lester (1999), o autor problematiza o próprio conceito de acontecimento, lembrando que o que conta como “acontecimento”

é determinado socialmente. “Os acontecimentos são aquilo a que geralmente prestamos atenção.”

Um acontecimento é uma ocorrência, ou seja, qualquer *happening* cognoscível, utilizado de forma criativa na demarcação do tempo. Assim, de acordo com a utilidade de cada ocorrência para um determinado indivíduo ou organização com o objetivo de ordenar a experiência, temos um acontecimento.

Assim sendo, Hackett (Apud, TRAQUINA,1999, p. 108) observa que as “pessoas ou instituições diferentes podem ter ‘necessidades de acontecimentos’ distintas, se não mesmo contraditórias, e por isso tentarão ordenar ou definir a realidade de maneiras diversas.”

Excetuando os acidentes e os escândalos - estes últimos vêm a público sempre por fontes não-oficiais, observa o autor que a maioria das notícias são acontecimentos de rotina promovidos pelos detentores dos poderes políticos e burocráticos.

Observa então o autor (Apud, TRAQUINA,1999, p. 108) que “as necessidades de acontecimento’ dos promotores de notícias (fontes políticas ou burocráticas) e dos *news assemblers* (jornalistas) são complementares.”

Ao abordar o tema “fazendo o acontecimento”, no ensaio *As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos*, Molotch e Lester (1999) propõem a existência de três agências principais que seriam as responsáveis na atualidade pela constituição dos acontecimentos: os promotores de notícias (*news promoters*); os jornalistas (*news assemblers*) e os consumidores de notícias (*news consumers*). Os primeiros são os indivíduos e os associados que identificam uma ocorrência como especial, sendo ou não para promoção própria ou até para prejudicar a imagem de terceiros. Segundo os autores, (Apud, TRAQUINA, 1999, p.40), “assim, um candidato político pode ‘expor’ a ocorrência de trabalho corrupto de um político rival ou tirar partido dos seus feitos benéficos.” A segunda agência é formada pelos profissionais da mídia que, segundo Molotch e Lester (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 40), “são como que os repórteres-refletores-indicadores de uma realidade objetiva, composta de acontecimentos reconhecidamente ‘importantes’ do mundo.”

Por fim, a terceira agência ou os consumidores de notícias que “assistem a determinadas ocorrências disponibilizadas como recursos pelos meios de comunicação social e criam, desse modo, nos seus espíritos uma sensação de tempo público.”

Em *A produção do acontecimento*, primeiro capítulo do artigo *O retorno do fato*, Pierre Nora classifica o acontecimento como um fenômeno típico da contemporaneidade, que surge no último terço do século XIX⁵⁶ e cuja condição de existência se dá pela mídia. Nora (1979) enfatiza que “nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar.” Lembra Nora que, para haver o acontecimento, e, portanto, que este se torne histórico, é preciso que ele se torne conhecido. Escreveu o autor:

“é porque as afinidades entre tal tipo de acontecimento e tal meio de comunicação são tão intensas que eles nos parecem inseparáveis. Como não colocar, por exemplo, a difusão de uma imprensa de grande tiragem, a constituição de uma classe média de leitores pela instrução primária obrigatória e a urbanização do fim do século XIX em relação com os escândalos do início da III República, o caso do canal do Panamá, a importância dada à vida política e parlamentar, a querela sobre a secularização, a rivalidade das nações européias, em resumo, com o próprio sistema que reveste a vida pública?” (NORA, 1979, p. 181).

Nora argumenta que cabe aos *media* transformar palavras em atos, dando ao discurso, à declaração, à conferência de imprensa a “solene eficácia do gesto irreversível.”

É a televisão que, segundo o historiador, marca o desconhecido pela novidade que apresenta. Na contemporaneidade, compara, essa mídia atua como o campanário da aldeia.

É pela televisão que o “acontecimento é projetado, lançado na vida privada e oferecido sob a forma de espetáculo.” Ressaltou:

*“os **mass media**, dessa forma, fizeram, da história uma agressão e tornaram o acontecimento monstruoso. Não porque sai, por definição, do ordinário, mas porque a redundância intrínseca ao sistema tende a produzir o sensacional, fabrica permanentemente o novo, alimenta uma fome de acontecimentos.” (NORA, 1979, p. 183, grifo nosso).*

⁵⁶ Em uma época em que a sociedade começa a se tornar industrial e o acontecimento começa a se aproximar do fato cotidiano. NORA, P. *O retorno do fato*. In: LE GOFF, J. e NORA, P. (org). *História: novos problemas*. F. Alves, 1979, p. 184.

Nora (1979) conclui então que os *media* têm assegurada uma justiça crescente sobre os acontecimentos ao mesmo tempo em que impõem imediatamente o vivido como história. No capítulo seguinte, intitulado *As metamorfoses do acontecimento*, Nora traça as diferenças entre acontecimento e fato cotidiano, lembrando que o primeiro pertence a uma categoria bem catalogada da razão histórica, sendo que seu lugar se inscreve nas rubricas do jornal, seja ele de natureza política, social, literária, científica, nacional e ou local. Já o fato cotidiano encontra-se fora de categoria, é inclassificável, enfim, está relegado ao que não interessa, não tem importância.

Apesar dessas diferenças, observa que o imaginário de massa quer enxertar qualquer coisa do fato cotidiano sobre os acontecimentos:

“ O imaginário pode, dessa forma, apropriar-se de qualquer fato cotidiano ...fazê-lo atravessar, pelas mudanças de acontecimentos sucessivos, o cabo do acontecimento mais maciço, no momento mesmo em que a história faz sentir sua degradação em fatos cotidianos.”
(NORA, 1979, p. 184-185).

Nora acredita que essa é uma consequência da angústia de um tempo que se tornou pleno e uniforme nas sociedades industriais, que criam a necessidade de denominar sempre e em maior número os acontecimentos, por necessidade de consumir o tempo como objeto, por medo do próprio acontecimento. Nora (1979, p. 187) acredita que,

“outrora se tinha necessidade do extraordinário para que houvesse acontecimento e que o acontecimento tende a ser, num hoje que aliás nada possui de absoluto, seu próprio sensacional.”

Para finalizar essa parte, vale citar um exemplo de promoção e construção de um acontecimento retirado do artigo *O jornalista atropelado*⁵⁷, de Felipe Pena. O acontecimento em questão ocorreu no dia 1º de janeiro de 1998, quando entrou em vigor a lei de doação de órgãos no Brasil que determinava que todas as pessoas eram doadoras em potencial de órgãos. Aqueles que fossem contrários à doação deveriam manifestar oficialmente sua posição como não doadores na Carteira de Identidade.

⁵⁷ PENA, Felipe. O Jornalista atropelado. In: Revista Trama, PPGCOM/Unesa, nº 1, 2001.

No início da manhã, uma mulher de 22 anos foi atropelada por um caminhão em um esquina de Copacabana e sua morte cerebral foi constatada logo depois no hospital onde foi atendida.

A assessora de imprensa da instituição ligou para um canal de televisão sugerindo a cobertura de um fato que poderia ser histórico: o primeiro transplante a ser feito dentro da vigência da nova lei.

O atropelamento seguido de morte de uma transeunte passaria despercebido pela mídia caso não estivesse vinculado a um acontecimento que merecia destaque na imprensa nacional naquele momento, ou seja, a entrada em vigor de uma lei que se tornou polêmica na época.

O autor descreve então de forma detalhada como esse acontecimento foi construído pela participação de várias pessoas, a começar pela testemunha ocular que relatou o fato ao paramédico que prestou socorro à vítima e passou as informações ao cirurgião do hospital que a atendeu. Depois entraram em cena a assessora de imprensa, que transmitiu a informação ao pauteiro do veículo de comunicação, que sugeriu ao produtor do telejornal a realização de uma reportagem. Este, por sua vez, fez um relatório com as informações que recebeu e encaminhou para o chefe da reportagem, juntamente com um roteiro para o repórter que foi escalado para apurar os fatos e passou a ser a oitava pessoa envolvida na construção da história.

Com a ajuda do cinegrafista, o repórter foi a campo apurar as informações e retornou para a redação, onde precisou ainda escrever um texto para apresentar ao editor da reportagem.

Como as imagens foram consideradas insuficientes, foi solicitado ao editor de arte que fizesse a reconstituição do atropelamento no computador.

Antes de a reportagem ir ao ar, o editor-chefe ainda fez algumas modificações no texto final que foi lido pelo apresentador do telejornal, o décimo terceiro intérprete do acontecimento. Conclui então Pena (2001, p. 166) que, “no exemplo proposto, o acontecimento assume as diversas cores que os diversos intérpretes dão a ele.”

3.2 JORNALISMO E OBJETIVIDADE

A ciência pressupõe a existência de um objeto que pode ser concreto ou um ente sensível, mas ambos têm em comum o fato de serem dados à experiência humana. O objeto da ciência precisa ser próprio, claramente determinado e delimitado.

A ciência pressupõe ainda a existência de uma metodologia própria, um conjunto de procedimentos empregados na abordagem do seu objeto quanto ao conhecimento, domínio e utilização. Uma metodologia apropriada corresponde a cada domínio científico.

É consenso no mundo científico a existência de três modalidades distintas de ciência: as formais ou lógico-matemáticas; as empírico-formais ou ciências da natureza e demais disciplinas científicas cujos objetos são fenômenos do mundo material (Química, Física, Biologia); e a hermenêuticas, também chamadas de ciências humanas ou do espírito, como é o caso da Sociologia, Economia, Psicologia, História, Direito, só para citar as mais tradicionais.

Vale ressaltar que ainda hoje não é consenso entre os cientistas a existência das chamadas ciências humanas. A justificativa para tal resistência se deve ao fato de as disciplinas desse segmento terem como objetos as ações humanas, consideradas por demais casuais, o que comprometeria a objetividade dos métodos científicos usados na abordagem daqueles.

A objetividade é uma das propriedades da ciência, fundamentada na certeza de que esta se atém ao objeto da forma como ele de fato é, e não como deveria ou poderia ser.⁵⁸

A objetividade possibilita também a certeza de que a metodologia empregada não comprometerá os resultados a serem obtidos.

Segundo Corbisier (1974), “o método é sempre o meio ou a técnica que se emprega para alcançar um objetivo previamente estabelecido.” Em sentido amplo, método pode ser o processo ou conjunto de processos que possibilita o conhecimento de uma realidade, a ação de produzir certo objeto ou mesmo desempenhar este ou aquele tipo de comportamento.

⁵⁸ Outras propriedades da ciência são: o desinteresse, que parte do princípio que o espírito científico está ligado à busca da verdade, independente de qualquer fator; a sistematização, que visa formar um todo orgânico e ordenado do conhecimento; a criticidade, que submete ao julgamento crítico todas as conclusões; a abertura, que mantém o campo científico aberto a novas pesquisas e descobertas; e o método.

Em relação à ciência, por um lado, o método possibilita a apreensão do conhecimento que, na ausência daquele, seria obtido ao acaso e, por outro, permite a articulação e a ordenação dos conhecimentos em um conjunto lógico e sistemático, ou seja, a ciência.

As ciências lógico-matemáticas utilizam o método dedutivo também chamado de analítico⁵⁹; as da natureza empregam o cálculo matemático e o método indutivo⁶⁰, motivo pelo qual também são conhecidas como ciências experimentais; já as humanas estabeleceram como metodologia: a observação, as estatísticas e o cálculo das probabilidades, como é o caso da Economia e da Sociologia, e a reconstituição dos fatos passados mediante a interpretação de documentos e fontes ordenadas, como faz a História.

Esse rápido resumo sobre a ciência e os métodos empregados em cada modalidade nos serve como parâmetro para abordar a questão da objetividade no jornalismo.

Apesar de sugerir a idéia de uma metodologia que se aproximaria dos procedimentos adotados pela ciência, a objetividade praticada pelos jornalistas é de outra “natureza”.

Ainda que hoje seja lugar comum a certeza de que a objetividade no jornalismo é um ideal inatingível, portanto uma ficção, mesmo assim, certos critérios para tornar a notícia mais objetiva possível continuam sendo uma “realidade” nas redações.⁶¹

⁵⁹ Parte do geral para o particular. É chamado de analítico porque consiste em analisar, separar ou dividir o que está reunido em premissas. Os objetos abordados por esse método só existem em essência, por isso são chamados de ideais.

⁶⁰ Parte do particular para o geral, do contingente ao necessário, do finito ao infinito. Inclui a observação que é a contemplação do fenômeno tal como ocorre, o que possibilita o conhecimento do objeto em sua objetividade, seguida da hipótese, uma explicação provisória do fenômeno. Dessa forma, a hipótese antecipa-se à experiência, tornando-a possível. Os juízos indutivos são também conhecidos por sintéticos (Kant) porque fundados na experiência ou na realidade, mas carentes da universalidade e da necessidade, características do conhecimento científico.

⁶¹ Assim como se considera a parcialidade como o oposto da objetividade, dois conceitos frequentemente associados ao jornalismo. Robert A. Hackett lembra que a maioria das definições em linguagem comum considera a parcialidade noticiosa uma intrusão da “opinião” subjetiva do jornalista ou do media, no que deveria ser, pretensamente, um relato “factual”. O autor cita ainda a tendência em se considerar a parcialidade enquanto uma forma de “seletividade” e também de diferenciação, que se faz entre a parcialidade política, resultante das simpatias partidárias ou condições ideológicas dos jornalistas, e as parcialidades estruturais, que surgem em função do caráter do media ou dos imperativos da programação comercial. (HACKETT, R.A. *Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, p.104).

Traquina (Apud, TRAQUINA,1999) aponta para o caráter mitológico desse jornalista como “comunicador desinteressado”, observador neutro, desligado dos acontecimentos e sempre muito cuidadoso com suas opiniões pessoais no exercício de sua profissão.

O autor lembra que esse “mito”, ou seja, essa concepção que acabou se tornando dominante no campo jornalístico do Ocidente pode ser historicamente identificada em dois momentos.

O primeiro se deu a partir de meados do século XIX, com o surgimento de um “Novo Jornalismo”, e o segundo, já no século passado, com o advento da objetividade em jornalismo nos anos 20 e 30.

Também chamado de jornalismo informativo, o “Novo Jornalismo” se fundava na idéia de que era possível separar “fatos” de “opiniões”. Traquina cita o que, segundo ele, viria a ser a bíblia da nova tradição jornalística, a saber, o pronunciamento, em 1856, do correspondente em Washington da Agência Noticiosa *Associated Press*:

“O meu trabalho é comunicar factos: as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentários sobre os fatos, sejam eles quais forem.” (TRAQUINA, 1999, p. 167).

O “Novo Jornalismo” surgiu em uma época dominada pelo positivismo. Citando Smith, Traquina (1999) observa que tanto a ciência como todas as disciplinas de então, incluindo a Filosofia e a Sociologia, tinham por ambição imitar a máquina fotográfica, “que parecia ser o espelho, há muito procurado, capaz de reproduzir o mundo real.” O “Novo Jornalismo” nasce nos Estados Unidos, país que foi marcado, a princípio, por um jornalismo bastante opinativo, dominado pelos editoriais.

A situação começa a mudar na primeira metade do século XIX, com a entrada em cena da chamada *Penny Press* ou *Penny-Papers*, como ficou conhecida a imprensa que popularizou os jornais na época, uma vez que cada exemplar custava um centavo de dólar, portanto, muito mais acessível aos leitores.

Mais do que popularizar a imprensa, os *Penny-Papers* inventaram o moderno conceito de notícias, de acordo com a tese defendida por Michael

Schudson (1978), no livro *Discovering the News: a Social History of American Newspapers*.⁶²

O primeiro *Penny-Paper* surgiu em 1833, na cidade de Nova York. O *New York Sun* tornou-se logo muito popular, atingindo 15 mil cópias diariamente em apenas dois anos, um marco, se comparado à tiragem de 26.500 exemplares de todos os 11 jornais de Nova York que circulavam no ano de fundação do primeiro jornal da *Penny-Press*.

Outros *Penny-Papers* apareceram no rastro no *New York Sun* nos anos que se seguiram em Nova York e cidades como Boston, Filadélfia e Baltimore, localizadas em áreas mais populosas e urbanas do leste dos Estados Unidos.

Segundo Schudson, a maioria desses jornais buscava independência política, atitude raramente adotada pela imprensa de então.

Ainda de acordo com o autor, a *Penny-Press* também procurava manter uma postura indiferente em relação aos fatos políticos, uma vez que esses eventos não interessavam ao seu público.

Os jornais americanos começaram a publicar com regularidade notícias políticas vindas do exterior, mas também domésticas (nacionais e locais).

Também foram pioneiros na divulgação de matérias policiais, dos tribunais, acontecimentos esportivos, da alta sociedade, das ruas e até da vida privada. Schudson (1978, p.22), lembra que, “pela primeira vez, o jornal refletia não apenas o comércio ou a política, mas também a vida social.”

Para ser mais preciso, afirma o autor (1978) que, a partir do ano de 1830, os jornais começaram a deixar de refletir os fatos relacionados a uma pequena elite de negociantes e progressivamente passaram a noticiar as atividades de uma sociedade variada, urbana e de classe média ligada ao comércio, transporte e indústria.

Produto novo em vários aspectos, as notícias relatavam os eventos sem a influencia dos partidos políticos.

⁶² Antes dos *Penny-Papers*, os jornais eram de dois tipos: comerciais ou políticos, destinados a uma elite desses dois segmentos com assuntos limitados a esses universos. Esses jornais tinham em comum também o preço, alto para a maioria dos leitores da época. Cada edição custava seis centavos de dólar, numa época em que o trabalhador ganhava em média U\$0,85 por dia, o que explica em parte a baixa tiragem dos jornais, em torno de dois mil exemplares/dia.

Lembra Schudson que os *Penny-Papers* inovaram ao adotar uma atitude democrática em relação aos eventos, a partir do momento em que qualquer acontecimento, por mais banal que fosse, era qualificado para ser publicado.

Alguns anos depois do advento da *Penny Press*, na década de 1840, o telégrafo chegou aos Estados Unidos.

Os *Penny-Papers* incentivaram o desenvolvimento dessa tecnologia, em especial o jornal *Baltimore Sun*, que participou da primeira transmissão experimental naquele país, comunicação que se deu entre as cidades de Washington e Baltimore (1978, p. 34)⁶³.

Schudson cita o ensaio escrito, em 1931, por Walter Lippmann, autor que pensa as mudanças ocorridas no jornalismo americano, bem como em outros países, como uma passagem natural, ou uma evolução social. A imprensa, de acordo com essa visão, teria passado por três estágios de desenvolvimento.

No primeiro, a imprensa era um monopólio do governo, depois passou para o controle dos partidos políticos para, por fim, tornar-se uma atividade comercial. Observa Schudson que, “nos Estados Unidos, esse último estágio se deu com o advento dos *Penny-Papers*” (1978, p. 40), durante a transição da república liberal mercantilista arraigada a valores tradicionais e aristocráticos para uma sociedade de mercado igualitária e democrática, processo iniciado em 1815 e cujo auge se deu quase duas décadas mais tarde, nos anos 30 e 40.

A nova sociedade favoreceu o surgimento da *Penny-Press*, que contribuiu diretamente para a expansão do mercado, quer por meio da publicidade que divulgava, quer por transformar o próprio jornal em um produto de consumo.

O *Penny-Paper* mais importante desse período foi *New York Herald*, fundado em 1835, por James Bennett, importante figura do jornalismo americano, só perdendo em importância para Joseph Pulitzer⁶⁴.

⁶³ O primeiro experimento foi realizado por Samuel B. Morse ainda em 1837, ao enviar uma mensagem através da distância de 500 metros. A primeira transmissão oficial se deu em 1844, quando a frase bíblica “O que Deus tem feito”, escolhida por Morse, foi transmitida entre as cidades de Washington e Baltimore.

⁶⁴ Húngaro naturalizado americano, Joseph Pulitzer adquiriu no final do século XIX o *New York World*, transformando esse jornal em um veículo de notícias de interesse humano de cunho sensacionalista.

Bennett criticava seus concorrentes da *Penny Press* por não terem talento, conhecimento do mercado e nem da sociedade; também acusava os demais concorrentes, os *Six-Penny Papers*, aos quais chamava de *Wall Street Press*, de estarem à mercê do poder econômico.

Uma das inovações adotadas por Bennett em seu jornal foi a inclusão de artigos econômicos, informações que atraíam um público de negociantes e de anunciantes desse segmento. Esses artigos não se limitavam ao relato dos fatos, mas também a uma análise da economia de mercado, ou como o próprio Bennett definiu, o espírito e a filosofia dos acontecimentos, que muito interessavam aos homens de negócio.

Já no final daquele século, o jornalismo praticado nos Estados Unidos começa a sofrer forte influência de uma sociedade cada vez mais orientada para o consumo. Os jornais desse período foram aos poucos se adaptando ao novo estilo americano, a começar pelas transformações adotadas em suas edições.

A mudança da classe média para bairros mais afastados dos centros das cidades e o aparecimento do transporte público proporcionaram um tipo de leitor que começava a criar um novo hábito: a leitura durante o trajeto feito nesses veículos e, portanto, exigia um novo padrão de jornal.

Em pouco tempo, os estilos das publicações foram se tornando mais fáceis para a leitura. O corpo das letras aumentou, bem como o dos títulos. As páginas também foram reduzidas para facilitar o manuseio do jornal.

Outra tendência dessa época foi o uso intensivo de imagens, em particular das ilustrações.

Por fim, surgiu um tipo de padrão usado até hoje no jornalismo, o *lead*, uma forma de concentrar no primeiro parágrafo da matéria a informação considerada mais importante.⁶⁵

Pulitzer também criou o relatório investigativo no jornalismo, dando destaque a temas sociais como a pobreza em Nova York, uma forma de exigir mudanças e reformas na cidade. Foi processado em 1909 por matérias sobre fraude na construção do Canal do Panamá. Apesar de condenado pela Justiça, passou para a história pela sua luta em favor da liberdade de imprensa. O mais importante prêmio do jornalismo americano é uma homenagem a ele, concedido pela Universidade de Colúmbia, de Nova York. O Prêmio Pulitzer foi criado em 1917, seis anos após sua morte.

⁶⁵ Schudson ressalta que essa opção por reunir num primeiro parágrafo as principais informações de uma notícia não tinha a mesma finalidade do “lead” que surgiu com o telégrafo nos idos de 1840, uma vez que, naquela época, os motivos eram essencialmente econômicos, objetivando a redução dos custos das transmissões telegráficas (1978, p. 105).

O entretenimento também podia ser observado no conteúdo das notícias veiculadas no final do século XIX, quando muitos jornais apresentavam o estilo de vida urbana como se fosse um espetáculo, revelando aos leitores os mistérios e maravilhas das cidades.

Paralelo a essas mudanças, dois tipos de jornalismo se desenvolveram na passagem do século XIX para o século XX, tendo a frente dois importantes periódicos de Nova York: O *World* e o *Times*.

O primeiro praticava um jornalismo de estória, enquanto seu concorrente adotava uma linha editorial mais centrada na informação. O *World* tinha uma crença de que tudo poderia se tornar notícia e os acontecimentos eram vistos como incomuns e imprevisíveis. Já o *Times* era direcionado a um público mais racional, com um padrão de vida ordenado. As notícias eram tratadas como conhecimento e não como revelações.

Até o fim da Primeira Guerra o termo objetividade era desconhecido das redações, mas poucos anos depois, já na década de 20, tornou-se bastante comum entre os jornalistas. Nessa época, os profissionais de imprensa não mais acreditavam que os fatos poderiam ser entendidos por eles mesmos.

A suspeita e o ceticismo de pensadores do final do século XIX em relação aos fatos, entre eles Friedrich Nietzsche, começou a influenciar o pensamento na segunda década do século XX. Agora, por trás de cada fato, sempre se via algum tipo de interesse e valor.

Por essa época, o ideal de objetividade passou a ser consenso como uma forma de validar o mundo, o que levou a uma radical separação entre os acontecimentos e os valores. A objetividade tornou-se um método em uma sociedade onde tudo passou a ser questionado.

A própria história não mais acreditava em fatos, mas apenas no julgamento subjetivo dos historiadores. Essa descrença geral em relação aos fatos acabou por aumentar ainda mais a suspeita em relação às notícias entre os jornalistas, já bastantes desconfiados da atuação dos agentes de relações públicas, profissionais que não eram bem vistos pelos jornais daquela época.

Segundo Schudson (1978), os editores temiam que a ação desses agentes aumentasse ainda mais a possibilidade de as instituições promoverem como notícias o que deveria ser divulgado como propaganda.

Schudson (1978) cita as considerações de Lee, um dos mais importantes relações públicas americano, para quem a propaganda era um esforço para gerar idéias. O autor também acreditava que as interpretações dos fatos eram sempre individuais, percepção que, na visão de Schudson, não passava de uma epistemologia cínica utilizada pelos agentes de relações públicas para defender interesses comerciais.

As divergências entre jornalistas e agentes de relações públicas se baseavam ainda no fato destes promoverem uma espécie de filtro das notícias. Depois da Primeira Guerra, aumentou muito no mercado o número de agentes de relações públicas, o que levou as notícias a passar cada vez mais pelo controle desses profissionais, tornando o material divulgado pelas empresas, o *press release*, bastante racionalizado em termos de informação.

Outros dois fatores importantes nesse processo de descrença também se deram durante o mesmo conflito: a censura sofrida pelos correspondentes na Europa e o fato de os jornalistas que cobriam a guerra terem se tornado agentes da máquina de propaganda americana, tanto dentro como fora dos Estados Unidos.

Lembra Schudson (1978) que o *New York Times* descreveu o conflito europeu como “a primeira guerra dos agentes de imprensa” e o historiador Roth classificou o mesmo conflito de “primeiro esforço moderno e sistemático nacional de manipulação das paixões coletivas.” Nada poderia ser mais persuasivo do que as experiências de guerra em convencer os jornalistas americanos de que os fatos por eles mesmos não são necessariamente verdadeiros. Durante a guerra e depois dela os jornalistas passaram a ver “tudo” como ilusão.

A propaganda de guerra influenciou diretamente a expansão dos agentes de relações públicas nos anos 20. A proliferação desses profissionais foi determinante para que fosse minada de vez a antiga crença nos fatos. Boa parte das matérias veiculadas nos jornais americanos na década de 20 e 30 era originária das agências de relações públicas.

Nos anos 30, uma outra importante inovação na imprensa americana: o desenvolvimento de um jornalismo interpretativo, contribuiu para aumentar o debate sobre a objetividade. Essa nova tendência possibilitava uma maior subjetividade na divulgação dos fatos analisados nos editoriais e em colunas opinativas.

Porém, nem todos os jornalistas eram colunistas, a maior parte não estava livre para fazer uma interpretação dos fatos. Esses jornalistas precisavam seguir certas normas de objetividade para que as informações por eles apuradas fossem vistas com seriedade pelos leitores.

Um dos maiores defensores da objetividade no jornalismo, Walter Lippmann acreditava que a adoção de normas, a exemplo da metodologia científica, poderia ser uma solução para validar a prática do jornalismo. Ele defendia uma profissionalização do jornalismo e para isso era preciso uma educação séria, que deveria tornar os jornalistas mais sábios em conhecimentos.

Schudson (1978) lembra que Lippmann defendia uma nova forma de profissionalismo porque estava certo da subjetividade presente nas notícias e suas conseqüências. A melhor forma de se combater os “erros” do jornalismo era a ciência, ainda que, na visão de Lippmann, perseguir uma metodologia científica não tornaria o jornalismo mais profissional, porém mais liberal e heróico.

A objetividade nos anos 20 e 30 era entendida como um ideal a ser adotado contra a subjetividade do jornalista, mas esta era pensada mais em termos de uma linha editorial seguida pelo profissional a uma predisposição pessoal. Mesmo concordando com a análise de Schudson, Traquina acredita que hoje em dia as origens da objetividade estão esquecidas e que a ideologia da objetividade reforça um ‘empirismo ingênuo’, ainda reinante no campo jornalístico.

As notícias são vistas pelos jornalistas “como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real”, bastando àqueles serem os espectadores do que se passa, para então transmitir os fatos de forma fiel. Portanto,

“a metáfora, habitualmente evocada no campo jornalístico, do jornalista como ‘espelho’, reflete bem esse conceito do jornalista como simples mediador cuja

existência se suprime quando o acontecimento é 'reproduzido' na notícia.” (TRAQUINA,1999. p.168).

Tuchman (Apud, TRAQUINA, 1993) faz uma outra abordagem da objetividade no jornalismo. No artigo *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*, ela defende que a reivindicação da objetividade por parte dos jornalistas funciona, na verdade, como procedimentos adotados que “exemplificam os atributos formais de uma notícia ou de um jornal.” A objetividade, segundo a autora, precisa ser evocada pelos jornalistas, uma vez que estes trabalham com fatos relativos à realidade social.

Citando Hugher, Tuchman (1993) pensa o conjunto de procedimentos que serve para embasar a objetividade dos jornalistas como rituais, evocados para neutralizar prováveis críticas e também como forma de seguir “rotinas confinadas pelos ‘limites cognitivos da racionalidade’.”⁶⁶

A produção de notícias não permite a adoção de uma análise epistemológica reflexiva, como ocorre na área científica. A realidade do jornalista é diversa da do cientista social, por exemplo, que pode ocupar-se da análise epistemológica reflexiva sobre os fatos. Escreveu Tuchman(Apud, TRAQUINA, 1993, p.76) citando Schudson:

“ao contrário dos cientistas sociais, os jornalistas têm um repertório limitado com o qual definem e defendem a sua objetividade. Nas palavras de Radi o cientista social é um “pensador”; o jornalista, um ‘homem de ação’. Isto é, o cientista social tem que ocupar-se da análise epistemológica reflexiva); o jornalista não.”

A produção de notícias requer a tomada imediata de decisões relativas à validade, fiabilidade e “veracidade” dos fatos, procedimento que não permite análise epistemológica reflexiva, a exemplo do que ocorre nos campos da ciência. Porém, como observa Tuchman (1993), é imprescindível aos jornalistas uma “noção operativa de objetividade para minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores.”

⁶⁶ Esses rituais também estão presentes em outras profissões. Gaye Tuchman cita como exemplo os advogados que, entre outras normas, não advogam em causa própria, os médicos que não realizam intervenções cirúrgicas em familiares, uma vez que, “envolvido emocionalmente, o médico poderia não seguir os procedimentos médicos adequados.” Cf. TUCHMAN,G. *A Objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, p.90.

Em geral, o repórter conta com apenas um dia de trabalho para apurar as informações e transformá-las em notícias. Mas antes destas tornarem-se o produto final que chegará ao público, passam por uma cadeia organizacional e hierárquica da qual fazem parte vários profissionais.

O repórter que apura os fatos é mais um componente dessa cadeia organizacional estruturada hierarquicamente a fazer juízos a respeito dos acontecimentos de acordo com os perfis de seus superiores ou, como prefere Tuchman, no processamento de uma notícia encontram-se envolvidas diversas “conjecturas”. Segundo a autora,

“o repórter ‘faz conjecturas’ sobre as preferências do editor da seção local e os seus assistentes, que fazem o mesmo gênero de conjecturas em relação aos editores da seção de política, e estes em relação aos editores principais, que, por sua vez, fazem conjecturas sobre as preferências do diretor, e todos eles ‘conjecturam’ a vontade do proprietário. Todos criticarão a notícia após a sua publicação.” (Apud, TRAQUINA, 1993, p. 77).

Esse percurso pelo qual passa a notícia até chegar ao público acaba gerando, não raro, informações que não correspondem à “realidade” dos fatos. Riscos de retratação pública por parte do veículo e processos judiciais por difamação contra jornalistas e jornais são alguns dos fantasmas que rondam as redações.

Neste contexto, a adoção de critérios objetivos na produção de notícias se torna uma importante estratégia para evitar contratempos de toda ordem. A verificação dos fatos é o primeiro caminho nessa busca por objetividade, mas se a veracidade dos fatos não puder ser comprovada, outras estratégias que garantam a objetividade podem ser adotadas.

Tuchman (1993) enumerou quatro procedimentos estratégicos que fazem com que o jornalista seja objetivo em seu trabalho: a apresentação de possibilidades conflituais; a apresentação de provas auxiliares; o uso judicioso das aspas; e a estruturação da informação numa seqüência apropriada.

O primeiro procedimento garante a possibilidade de que dois lados de um mesmo fato ou questão possam ser divulgados, possibilitando assim ao público decidir qual fala passa maior credibilidade. Porém, esse procedimento de fornecer informações para que o público tire suas próprias conclusões não garante a objetividade na transmissão das notícias, permitindo apenas que

duas ou mais “realidades” reclamem a mesma validade potencial. Em relação a esse procedimento, escreveu Tuchman (Apud, TRAQUINA,1993, p. 80):

“como um fórum a arejar a ‘política da realidade’, a definição dos jornalistas da situação vai para além da apresentação dos dados suficientes para o leitor chegar a uma conclusão. Um pântano de pretensões de verdades contraditórias, como as hipóteses apresentadas, teriam mais vantagens em ser encaradas como um convite aos leitores para exercitarem a percepção seletiva, uma reação característica às notícias.”

A apresentação de provas auxiliares como procedimento estratégico para garantir a objetividade no jornalismo se baseia na crença de que fatos suplementares possam provar a veracidade da notícia.

Para exemplificar essa estratégia, Tuchman (1993) cita o exemplo de um repórter que convenceu seu editor de que na notícia da morte do músico deveria constar que ele teria sido em vida um profissional excepcional. Seu argumento se baseava no fato de que o músico morto havia tocado com John Philip Souza⁶⁷, o que dava àquele o adjetivo de excepcional.

O uso das aspas é outro recurso adotado pelos jornalistas com a intenção de garantir a objetividade da produção das notícias. Lembra Tuchman (Apud, TRAQUINA,1993) que, ao recorrer à citação da fonte, os jornalistas acreditam que deixam de participar da notícia e, assim, os fatos acabam falando por eles mesmos.

O uso das aspas, no entanto, pode ser uma estratégia do jornalista para fazer com que outras pessoas falem por ele. Observa Tuchman (1993) que, “ao acrescentar mais nomes e citações, o repórter pode tirar as suas opiniões da notícia, conseguindo que outros digam o que ele próprio pensa” e, agindo dessa forma, consegue se proteger contra a censura por parte dos seus superiores. Além de serem utilizadas como estratégia para fazer desaparecer a presença do jornalista na notícia.

Tuchman (1993) entende que “esta afirmação pertence a qualquer pessoa, menos ao repórter”. As aspas também funcionam no texto como um recurso para colocar em questão a designação atribuída. Assim, mais uma vez

⁶⁷ Compositor e regente português, naturalizado americano. Nasceu em 1845 e morreu em 1932. Ficou famoso em sua época por melhorar a qualidade de interpretação e da riqueza instrumental das bandas de música. Compôs cerca de 140 marchas, além de óperas cômicas e poemas sinfônicos.

recorremos ao exemplo dado por Tuchman. A autora lembra que a não utilização das aspas no termo Nova Esquerda é uma referência a um grupo de pessoas com posicionamento político em comum. Já a opção pelas aspas no mesmo termo, “Nova Esquerda”, caracteriza a existência de um grupo que assim se denomina. Neste caso, as aspas colocam em causa a legitimidade do grupo. Por fim, a estruturação da informação numa seqüência apropriada, ou a sucessão das informações de acordo com o grau de importância, conhecida como Pirâmide Invertida⁶⁸, seria também um procedimento que indicaria a objetividade da notícia.

A escolha do *lead*, no entanto, é um indicativo de que foi feita uma seleção das informações em relação ao grau de importância.

Essa capacidade de escolha por parte dos jornalistas revela uma “perspicácia profissional” conhecida como *News Jugement*.

Essa capacidade de escolha objetiva entre “as informações” que concorrem ao posto de fatos mais importantes, de acordo com Tuchman, denota conteúdo. “Por outras palavras, ao discutir a estruturação da informação, o jornalista deve relatar as suas noções de conteúdo ‘importante’ ou ‘interessante’”. (Apud, TRAQUINA, 1993, p.83).

Nessa tarefa de selecionar as informações mais importantes ou interessantes, os jornalistas sempre podem recorrer aos “seis servidores” da notícia, a saber: “o quem, o quê, o quando, o onde, o porquê e o como”.

Assim, o jornalista pode afirmar que apurou as “coisas mais materiais” ou que foi “objetivo” em seu trabalho. Porém, como salientamos ao longo deste trabalho, a escolha dos fatos é sempre uma perspectiva, uma valoração feita pelo jornalista.

Portanto, podemos afirmar que valorações estão presentes em qualquer etapa da produção da notícia, seja ela de qualquer natureza, constatação que faz ruir a crença de que juízos de valor e interpretações subjetivas só existem em matérias opinativas ou de análise. Recorrer à distinção entre esses dois

⁶⁸ A informação mais importante encontra-se no primeiro parágrafo, também chamado de lead, e as demais vão se seguindo em escala de importância nos parágrafos posteriores. Esse esquema em que as informações são apresentadas pela ordem decrescente de importância é um recurso utilizado para prender a atenção do leitor e também facilitar a edição da matéria, ou seja, corta-se pelo final, onde se encontram as informações menos relevantes para a compreensão da notícia.

tipos de notícias, as factuais e as de análise, aliás, é também um recurso que garante a objetividade no jornalismo.

No entanto, lembra Tuchman, essa tática de separar os “fatos” das opiniões por meio do rótulo “notícia de análise” é uma forma de iludir o público “ao sugerir que a ‘análise’ é convincente, ponderada ou definitiva.”

A objetividade no jornalismo definida como um conjunto de procedimentos convencionalizados, em si mesmo, não torna as notícias mais objetivas ou verdadeiras. Os procedimentos adotados no jornalismo funcionam, no entanto, como um ritual estratégico, uma garantia aos profissionais da área de que, seguindo padrões estabelecidos que assegurem a seriedade das informações, as notícias chegarão ao público como um retrato fiel dos fatos.

3.3 JORNALISTA DE TELEVISÃO

And that's the way it is, a famosa expressão proferida durante os anos 60 e 70 pelo jornalista e apresentador Walter Cronkite ao final de cada emissão do *The CBS Evening News with Walter Cronkite*⁶⁹ é um bom exemplo de como os noticiários de televisão trabalham com o ideal de reprodução do real, ou seja, da transmissão dos fatos como eles realmente aconteceram, ainda que princípios como o de objetividade, neutralidade e imparcialidade no jornalismo não mais sejam entendidos como possíveis na prática diária do jornalismo.

Hackett (Apud, TRAQUINA,1999) em seu artigo *Declínio de um paradigma?A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos* destaca o caráter realista do noticiário televisivo, lembrando que a narrativa em questão encontra-se centrada em um discurso realista⁷⁰, que faz da voz do

⁶⁹ Durante 19 anos, Walter Cronkite foi o apresentador do mais antigo telejornal noturno dos EUA. Ele substituiu outra lenda do telejornalismo americano, Edward Murrow, o jornalista que pôs fim ao macartismo – tema do filme *Boa noite, boa sorte*. Walter Cronkite foi por mais de década escolhido em pesquisas o homem mais confiável da América. O âncora permaneceu à frente do noticiário até 1979.

⁷⁰ Lembra o autor que a narrativa realista é o modo dominante do uso da linguagem na sociedade burguesa. O realismo, ressalta, procura estabelecer uma identidade entre os significantes, significados e outros referentes extralinguísticos do “mundo real”. “Mas uma tal identidade é uma ilusão...numa língua, um significante não aponta univocamente para um único significado que, por seu lado, esboça um único referente.” Ainda segundo o autor, o realismo procura ocultar a produtividade da linguagem da mesma forma que o mercado capitalista reprime a produção e salienta o produto. Ele cita então MacCabe ao abordar o texto clássico realista: “*Em primeiro lugar, a sua incapacidade de tratar o real*

repórter a voz da verdade, ao qual é outorgado o privilégio de encarar de frente a câmara, apresentar as notícias, enfim, de dar voz à narrativa.

O autor nos mostra que “todos os entrevistados ou actores não jornalísticos ocupam os degraus mais baixos na escala de acesso.” O noticiário televisivo é uma forma potente de realismo porque combina narrativa com um nível visual do discurso. Assim, observa Hackett (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 125), citando Schudson:

“a narrativa verbal procura constantemente ‘restringir o significado, unificar os fios soltos da interpretação, apresentar uma visão da nossa sociedade a qual existam formas institucionalizadas de conflito, mas sem contradições fundamentais. O discurso visual procura transmitir uma sensação de imediatismo, uma sensação de que ‘você está ali’ a ver os acontecimentos narrados a desenvolverem-se perante os seus olhos. O filme funciona como o garante da validade da narrativa.”

O autor propõe que o realismo televisivo presente nos noticiários funciona como um suporte das relações capitalistas de uma forma geral. Em parte, ressalta, ajuda a disfarçar o enquadramento ideológico dos acontecimentos, além disso, prossegue (Apud, TRAQUINA, 1999, p.125) lembrando que “o reflexo (ilusório) do mundo real nos sistemas de signos verbais e visuais da televisão pode ser uma pré-condição para a capacidade da televisão naturalizar as relações sociais dominantes.”

Por fim, Hackett (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 126) cita Skirrow, autor que defende a idéia de que, ao apresentar os fatos de modo imparcial, pretensão do noticiário televisivo, este lega ao espectador a possibilidade dele julgar os fatos, que permite “uma sensação de estar acima e fora das ações exibidas, e de ter uma relação divina com eles.”

Uma tal posição, segundo Hackett (1999), é compatível com a necessidade capitalista de sujeitos que se sintam autônomos, livres e determinados e que, em consequência, acabam por se submeter de forma

como contraditório e, em segundo, o posicionamento do sujeito numa relação de ‘especulação dominante’. O discurso dominante, num texto clássico realista, realiza o encerramento dos discursos subordinados e o leitor é colocado numa posição ‘da qual tudo se torna óbvio’. Isto é conseguido através do apagamento do sistema de significação do texto, através do encobrimento da sua construção.” HACKETT, R. A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”, org. Nelson Traquina. Vega, 1999, pp 124/125.

voluntária a relações de troca entre indivíduos iguais e livres mas que são relações de exploração.

Comparando o noticiário televisivo com as notícias de jornal, Weaver (1999) destaca entre as características em comum entre as duas narrativas o fato de ambas se apresentarem como um relato atual dos acontecimentos atuais, “uma crítica do momento no momento”. Para o autor, essa característica se mostra como uma dupla contemporaneidade, ou seja, o presente é tratado como assunto, ao mesmo tempo em que se dá enquanto perspectiva no tempo em que é descrito.

Outra característica em comum entre as duas narrativas é o uso da técnica da reportagem como cobertura dos acontecimentos atuais. Reportagem, na definição do autor, é a descrição factual daquilo que um observador em cima do acontecimento em questão viu e ouviu. Essa técnica apresenta como características o concreto, o imediato e a fidelidade à particularidade dos acontecimentos. No entanto, observa Weaver (Apud, TRAQUINA,1999, p. 296):

“através do mesmo testemunho, também estão sujeitas a falhas de reportagem, sendo a principal a instabilidade relativa para narrar a complexidade e a ambigüidade e a não propensão para formular questões metaobserváveis que clarifiquem a complexidade e a ambigüidade.”

Weaver (Apud, TRAQUINA,1999) lembra ainda que outra problemática inerente à técnica da reportagem é a maior probabilidade de o jornalista alterar o acontecimento enquanto apura as informações, pelo simples fato de estar no local. O que pode parecer uma incoerência do autor, se justifica, segundo ele, pela onipresença hoje nas redações dos chamados ‘pseudo-acontecimentos’, que são aqueles acontecimentos engendrados por fontes com o objetivo de se tornarem notícia.

Outra semelhança entre as duas narrativas está no fato de serem o relato de acontecimentos produzidos por organizações com objetivos especiais. As notícias são o resultado da produção de profissionais cuja função é apurar e redigir as notícias. “Assim, pode-se dizer que os jornalistas são especialistas – membros de uma comunidade ocupacional distinta que tem as suas tradições, preocupações e modos de fazer as coisas.”

Conclui então Weaver (1999) que a notícia reflete o *ethos* especializado da comunidade jornalística, sendo, portanto, moldado pela estrutura e processos desta, mesmo quando o objetivo daquela seja personificar as preocupações do cidadão médio.

O autor também aponta como característica comum às duas narrativas a tendência em descrever os acontecimentos como ações que veiculam uma linha implícita e normalmente de um modo extremamente simplista da ação dramática. Uma consequência desta prática, aponta, é que a notícia define o presente historicamente como uma fase de transição, ao mesmo tempo que é também uma consequência do passado e uma prefiguração do futuro, mas diferente de ambos. “Como um tempo de descontinuidade mais do que continuidade, de instabilidade, mais do que de estabilidade, e de perigo, crise, luta e aventura, mais do que o reverso.” (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 296).

Após demarcar as semelhanças entre o noticiário televisivo e as notícias de jornal, o autor parte para as diferenças que marcam as duas formas narrativas, a começar pela organização e coesão, bem mais presentes na primeira. O autor justifica essa diferença lembrando que a televisão está organizada e apresentada no tempo, enquanto a edição do jornal se encontra somente no espaço.

E continua Weaver (1999) observando que, ao contrário da edição de um jornal, que oferece uma gama variada de assuntos ao leitor e este pode escolher entre as notícias que deseja ler, o que torna esta mídia “solta”, “aberta” e “discursiva” em relação ao seu conteúdo e estrutura de edição, o noticiário televisivo é estruturado como uma coleção de “estórias” apresentadas de forma integral ao telespectador, contendo “muito menos ‘estórias’, e as que contêm são cuidadosamente escolhidas devido ao seu interesse e equilíbrio e são apresentadas como um pacote relativamente coerente e integrado”. Dessa forma, contrastando com o conteúdo do jornal, que se apresenta como um agregado diverso, numeroso e incompleto, o noticiário televisivo apresenta elementos que formam um todo unificado, ainda que raramente atinjam uma unidade perfeita. “O objetivo subjacente do noticiário televisivo é alcançar a condição de totalidade, exibindo tema, estrutura e unidade.” (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 296-297). A consequência disso é a tendência do

noticiário televisivo apresentar uma interpretação única e unificada dos acontecimentos do dia como se fosse um todo, bem como a mostrar períodos de tempo em um único movimento, ação ou tons definidos. Escreveu Weaver

“na medida em que pensamos ou falamos, de modo ‘sagrado’, dos acontecimentos do dia como bons, maus, promissores, desencorajadores, dramáticos, aborrecidos, ou o que quer que seja – e é claro que todos nós fazemos isto constantemente -, estamos a pensar no mesmo modo que o jornalismo televisivo. Nos jornais, em contraste, os acontecimentos do dia raramente têm uma identidade temática tão clara; o dia do jornal é sempre uma confusão comparativa.” (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 298).

O autor também critica a crença de que as notícias de jornal são mais analíticas em relação às notícias de televisão, tidas como mais superficiais e ligeiras. Ele defende que as histórias veiculadas nos noticiários televisivos são as mais analíticas e consistentes, indo além da superfície dos acontecimentos, como forma de evidenciar os significados dos assuntos da atualidade.

Ele justifica sua tese lembrando que as notícias de jornal seguem padrões estabelecidos como o *lead*, Pirâmide Invertida (com exceção dos artigos, editoriais e resenhas) e o esquema quem, o quê, onde, quando..., o que possibilita ao leitor, entre outras coisas, interromper a leitura quando achar que já obteve acesso às informações mais relevantes. A notícia de jornal não é concebida para ser lida em sua totalidade.

O contrário se dá com as notícias de televisão, que somente são inteligíveis quando visionadas na sua totalidade. Assim, ressalta o autor, a “estória” televisiva não se limita à simples denominação do acontecimento e, tampouco, à função bordadora desempenhada pela “estória” de jornal. Escreveu o autor:

“inevitavelmente a ‘estória’ televisiva entra, por baixo, ou para lá do acontecimento em si para se fixar em algo mais – um processo, um modo, uma tendência, condição, ironia, relação ou qualquer outra coisa que pareça um tema adequado na circunstância.” (WEAVER, 1999, p. 299).

Ainda de acordo com a avaliação de Weaver (1999), a televisão é muito mais monolítica quanto à interpretação dos acontecimentos atuais, o que pode ser observado quando um único tema ou modo determina o conteúdo de todo um programa noticioso, acabando por moldar com detalhes a descrição das

notícias como um todo, característica praticamente inexistente numa edição de jornal.

Essa estrutura do noticiário televisivo corrobora para que seu conteúdo se encontre muito mais sob o controle prático, diário e discricionário do executivo, quando comparado com o jornal, cujo conteúdo é mais influenciado por acontecimentos, fontes e demais fatos externos e incontrolláveis. O tom pessoal do narrador das notícias de televisão é outro diferencial em relação à voz narrativa marcadamente impessoal das notícias de jornal.

Lembra Weaver (1999) que a “estória” do jornal narra o fluxo dos acontecimentos da atualidade da mesma forma que a voz remota e rigorosa do jornal científico um contraste com a voz pessoal que narra as notícias na televisão.

Além de se ouvir de fato a voz do narrador, também é possível ver seu rosto, seu corpo e sua postura. O narrador impõe à notícia personalidade de forma quase contínua. “De fato, quase não há um momento na ‘estória’ televisiva em que o olhar, a voz, a maneira, o pensar e a personalidade do repórter-narrador não esteja visível e audivelmente presente.” (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 301).

Uma pessoa real, de carne e osso, o repórter de televisão se apresenta ao espectador em toda a sua individualidade, o que não significa dizer que se mostre humanamente falível. Ao contrário, esse narrador possui uma postura tranqüila e de mestre, uma voz de comando e uma dicção e aparência perfeitas. “Ele pode ser uma pessoa, mas está claramente a desempenhar um papel, e na maioria dos casos ... a postura que ele assume é de onisciência”. Weaver. (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 301).

Quase sempre na cena do acontecimento, o repórter aparece com maior destaque (cabeça e dorso em geral) na tela em relação às pessoas e objetos que compõem seu relato. Nas palavras do autor:

“ao longo da reportagem as próprias ocorrências são como ‘massa’ nas suas mãos de mestre. Ele interrompe a cada passo; interrompe o Presidente a meio da frase; faz observações sobre imagens de reis, congresso, guerras e cidadãos. A cada passo transmite a sugestão subterrânea mas não menos poderosa de que o repórter é maior que a vida, que literal como figurativamente está acima dos simples mortais

cujos feitos e não feitos ele tão fácil e infalivelmente agarra e cujas pretensões vê num instante.” (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 302).

Essa onisciência do jornalista de televisão também se faz notar na forma como fala, marcada pela autoridade e autoconfiança a respeito de tudo o que ocorre no seu campo de visão. Segundo Weaver (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 301), os “homens, acontecimentos, motivos, intenções, significados, tendências, ameaças, problemas, soluções – tudo está evidentemente dentro da sua compreensão perfeita e ele pronuncia-se sobre tudo sem quaisquer se [...] ou mas [...]”

Por fim, o autor vê de forma preocupante outra consequência do que ele chama de pose de onisciência do jornalista de televisão: a relação dos espectadores com o real. Escreveu:

“pelo exemplo que os seus narradores apresentam, pelas ‘verdades’ que tão confiadamente proclamam, e pelo extraordinário poder do próprio meio de comunicação, o jornalismo televisivo encoraja os telespectadores a ter uma noção exagerada de quanto é possível saber e fazer no mundo real.” (Apud, TRAQUINA, 1999, p. 303).

A espetacularização presente hoje no noticiário televisivo também é vista de forma preocupante pelo autor. Essa ênfase no espetáculo, ao seu ver, promove, entre outras consequências, a divulgação de notícias e acontecimentos mais interessantes visual e emocionalmente e mais estimulantes do que ocorre na vida “real”. Escreveu sabiamente o autor:

“A ênfase ao espetáculo empresta à notícia televisiva formas adicionais de autoridade e interesse: o interesse e a emoção que são característicos do espetáculo e a autoridade largamente enganadora, mas contudo bem real, ou a ‘credibilidade de filme como um modo de observação testemunhal.’ (Apud, TRAQUINA 1999, p. 304).

Conclui o autor que, ao enfatizar o espetáculo, se apoiar no observador onisciente (repórter) e promover uma descrição unificada e temática dos acontecimentos, a televisão se torna um mobilizador muito poderoso de atenção do público e da opinião pública. O noticiário televisivo também mereceu a atenção do sociólogo francês Pierre Bourdieu. No livro *Sobre a Televisão*⁷¹, ele cita o filósofo Berkeley⁷² para quem “ser é ser percebido”, para

⁷¹ O livro surgiu a partir da gravação de dois programas realizados em março de 1996 em um canal de televisão francês.

afirmar que hoje “ser é ser percebido na televisão”, uma crítica que o sociólogo faz aos filósofos e escritores que escrevem com a finalidade de aparecer com frequência nesse veículo, mas que podemos estender para os demais “campos” que compõem a sociedade. Bourdieu (BOURDIEU, 1997, p. 17) pontua de maneira clara sobre “a tela da televisão que se tornou hoje uma espécie de espelho de Narciso, um lugar de exibição narcísica.”

Lembrando que a televisão é um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica, nesse livro, Bourdieu faz dos jornalistas o “objeto” da sua análise, não sem antes reconhecer que as pessoas não gostam muito de ser tomadas como objeto de estudo e, em sua opinião, os jornalistas gostam menos ainda de ser objetivados. Escreveu o sociólogo:

“eles se sentem visados, alfinetados, quando, ao contrário, quanto mais se avança na análise de um meio, mais se é levado a isentar os indivíduos de sua responsabilidade ...e quando melhor se compreende também que aqueles que dele participam são tão manipulados quanto manipuladores.” (BOURDIEU, 1997, p. 21).

Bem mais radical em sua crítica ao noticiário televisivo, começa sua análise propondo desmontar os mecanismos que fazem com que a televisão exerça o que ele define como “violência simbólica”, Bourdieu (BOURDIEU, 1997, p.22) observa “que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la.”

O sociólogo se volta primeiramente para as notícias de variedades, por considerá-las “fatos *omnibus*”, ou seja, não devem chocar o telespectador e nem dividir ou envolver disputa, ao contrário, devem trazer consenso, interesse geral e, o mais importante, não abordar nada de relevante. Escreveu o sociólogo:

“as notícias de variedades consistem nessa espécie elementar, rudimentar, da informação que é muito importante porque interessa a todo mundo sem ter consequências e porque ocupa tempo, tempo que poderia ser empregado para dizer outra coisa.”. (BOURDIEU, 1997, p. 23).

⁷² Filósofo irlandês, George Berkeley (1685-1753) negava a existência da matéria e afirmava que os objetos materiais somente existem enquanto são percebidos. Como Deus sempre percebe tudo, argumentava o filósofo que os objetos materiais continuavam a existir, independente de ser ou não percebido por alguém. Berkeley pensava a realidade somente enquanto um fenômeno mental.

Essa característica cresce em relevância quando se pensa no mundo de pessoas cuja principal, senão a única fonte de informação é a televisão.⁷³

Para Bourdieu (1997), ao preencher o tempo que ele acredita ser raro com o vazio, a televisão acaba por afastar as informações pertinentes ao cidadão para que ele exerça seus direitos democráticos.⁷⁴ Bourdieu se mostra ainda preocupado com o mecanismo do “ocultar mostrando” que também é exercido pela televisão, ou melhor, pelos jornalistas de televisão, que parecem ter “óculos especiais com os quais vêem certas coisas e não outras” e, mais do que isso, vêem de certa maneira as coisas que vêem. Esse é o princípio de seleção que se pauta pela busca do sensacional, do espetacular. Segundo o sociólogo (BOURDIEU, 1997, p. 25), “a televisão convida à *dramatização*, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico.” No exemplo utilizado por Bourdieu (1997) em relação ao seu país, a França, referente aos fenômenos ditos de subúrbio, o que desperta o interesse jornalístico (e a suas visões de mundo, formações e disposições) são as rebeliões, uma “realidade” não muito diversa da brasileira, se trocarmos os subúrbios pelas periferias e favelas das grandes cidades brasileiras, às voltas com a violência gerada principalmente pelo tráfico de drogas, e que são notícias quase que diárias dos telejornais.⁷⁵

⁷³ No Brasil, 98% dos domicílios dispõem ao menos de um aparelho de televisão. Pesquisa de 2001 do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf) revelou que, dos entrevistados, 83% nunca vão ao teatro; 78% não frequentam museus; 69% nunca retiram livros em bibliotecas; 68% não vão ao cinema. A mesma pesquisa mostrou que 81% dos entrevistados sempre assistem televisão e 78% ouvem rádio com frequência. Ainda de acordo com a pesquisa do Inaf, a televisão é a mídia de maior alcance entre os entrevistados (97%), sendo 85% entre as classes A e B; 88% da classe C e 75% das classes D e E. Enquanto isso, somente 11% da população lêem jornal diariamente; 26% pelo menos uma vez na semana e 34% não lêem nunca. (In: Barbosa, S. A Educação para a Cidadania no Caminho da TV Brasileira. São Paulo, Revista Libero, 2004, ano VII, nº 13/14, p.58.

⁷⁴ Mais adiante, ao tratar da força da banalização da televisão, Bourdieu argumenta que, nesse meio, o objeto é construído de acordo com as categorias de percepção do receptor. “É o que faz com que todo o trabalho coletivo que tende a homogeneizar e a banalizar, a ‘conformizar’ e a ‘despolitizar’ ...convenha perfeitamente, embora ninguém ...lhe seja o sujeito, embora ele jamais seja pensado e desejado como tal por quem quer que seja. É algo que se observa com frequência no mundo social: vê-se ocorrer coisas que ninguém quer e que podem parecer ter sido desejadas (‘é feito para’). É aí que a crítica simplista é perigosa: ela dispensa todo o trabalho que é preciso fazer para compreender fenômenos como o fato de que, sem que ninguém o tenha pretendido realmente, sem que as pessoas que financiam tenham tido de intervir tanto, tenha-se esse produto muito estranho que é o ‘jornal televisivo’, que convém a todo mundo, que confirma coisas já conhecidas, e sobretudo que deixa intactas as estruturas mentais.” (BOURDIEU, 1997, pp.63/64).

⁷⁵ O “grupo violência e sua superação no âmbito da mídia” que se reuniu durante a VI Conferência Nacional dos Direitos Humanos, na Câmara dos Deputados, entre 14 e 17 de maio de 2002, concluiu

Nesse “ocultar mostrando”, as palavras também desempenham um papel relevante, ao determinar o que se deve ler e ouvir. Para Bourdieu (BOURDIEU, 1997, p. 26), “a foto não é nada sem a legenda que diz o que é preciso ler – *legendum* –, isto é, com muita freqüência, lendas, que fazem ver qualquer coisa. Nomear, como se sabe, é fazer ver, é criar, levar à existência.”

Bourdieu (1997) se mostra indignado com apresentadores que, em sua forma de avaliar, falam levianamente, sem saber da dificuldade e da gravidade das suas palavras e nem mesmo do quão responsáveis são por evocá-las “diante de milhares de telespectadores, sem as compreender e sem compreender que não as compreendem.” São palavras, lembra, que criam fantasias, medos, fobias ou representações falsas.” (BOURDIEU, 1997, p.26). Citando Flaubert, que dizia ser “preciso pintar bem o medíocre”, Bourdieu lembra que é uma tarefa difícil “fazer sentir a realidade em sua banalidade”. Por isso, o jornalista precisa trabalhar com o inusitado, o extra-ordinário, precisa buscar a exclusividade, o furo jornalístico. Mas essa opção pelo não ordinário ou por transformá-lo no seu oposto, no extraordinário, tem suas conseqüências, uma vez que, segundo o sociólogo (BOURDIEU, 1997, p.28), “o fato de relatar, to *record*, como *repórter*, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização).”

Por fim, o autor observa que a televisão tornou-se um instrumento de criação da realidade, quando deveria ser apenas um instrumento de registro dos fatos. Ele (BOURDIEU, 1997, p.29) lembra, então, que “caminha-se cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito-prescrito pela

que “a mídia não apenas propaga a violência, como constitui, ela própria, uma componente da violência organizada pelas elites contra a nação”. Relator do grupo, José Arbex Jr., cita no artigo *Uma outra comunicação é possível (e necessária)* alguns relatos de discriminação e preconceito por parte da mídia de representantes de movimentos sociais e de organizações não-governamentais ligadas aos direitos humanos e até de corporações como a Polícia Militar. “Assim, por exemplo, a violência em determinada favela é explicada pela ação de indivíduos ‘malvados’, de narcotraficantes e de ‘gangues de malfeitores’, sem que se explique o fato de que sua ação se dá num quadro de ‘desemprego estrutural’”. Arbex cita também os depoimentos de representantes da delegação da PM de Alagoas, que desenvolvem um trabalho educativo junto à comunidade, conseguindo redução no índice de violência, mas alegam que a mídia nada divulga sobre a experiência. Nas palavras de um tenente daquela corporação, a situação de inverte quando ocorrem casos de violência. “Se algum de nós der alguma declaração no estilo ‘Rambo’, pode ter certeza de que receberá total cobertura da mídia. Mas nossas atividades diárias, de um trabalho integrado com a comunidade, não merece sequer um comentário”. (In: MORAES, Denis de. Por Uma Outra Comunicação – Mídia, Mundialização Cultural e Poder. Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2004, pp. 386-389).

televisão. A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política.” O sociólogo francês aborda ainda em *Sobre a Televisão* o tema da homogeneização da informação jornalística, uma consequência da prática entre os jornalistas de se manterem *atualizados* a respeito do que os colegas dos outros veículos estão produzindo⁷⁶.

Nas redações, também é comum equipes se reportarem ao trabalho dos veículos concorrentes, uma forma de avaliação do próprio trabalho e definição das pautas do dia. Bourdieu (1997, p. 32-33) fala que “essa espécie de jogo de espelhos refletindo-se mutuamente produz um formidável efeito de barreira, de fechamento mental.” Bourdieu chama essa prática de efeitos do mecanismo de circulação circular ou efeitos de fechamento e, por fim, de uma censura invisível. Escreveu o sociólogo:

“em suma, há objetos que são impostos aos telespectadores porque se impõem aos produtores; e se impõem aos produtores porque são impostos pela concorrência com outros produtores. Essa espécie de pressão cruzada que os jornalistas exercem uns sobre os outros é geradora de toda uma série de consequências que se retraduzem por escolhas, por ausências e presenças.” (BOURDIEU, 1997, p. 39).

Contra a tese de que o mundo jornalístico é dividido e diversificado o suficiente para representar opiniões e pontos de vista diferentes, Bourdieu recorre ao conjunto de pressupostos e de crença que constituem o campo jornalístico.⁷⁷ Nas palavras do sociólogo:

⁷⁶ Michael Kunczik tratou desse tema em *Conceitos de Jornalismo*, lembrando que a prática é uma forma de orientação entre os jornalistas. Escreveu o autor: “No setor de comunicação há os ‘grandes meios de comunicação de massa’, que funcionam como ‘líderes de opinião’ – o *New York Times* nos EUA, por exemplo – e que os ‘pequenos’ imitam.” Ainda, segundo ele, essa atenção que os jornalistas dão ao sistema de seleção dos outros meios de comunicação de massa é uma forma de reduzir as dúvidas quanto à insuficiência dos critérios próprios de seleção. “Não se deve subestimar a influência dos ‘jornais de opinião’ para formar estruturas relativamente homogêneas para os meios de comunicação dentro do país, e alguns meios de comunicação – por exemplo, o *Time Magazine* ou a *Newsweek* – ainda podem ser considerados como líderes de opinião internacionais. O fato de que alguns meios de comunicação de massa sirvam como guias para estabelecer orientações significa também que, em grande parte, os meios de comunicação não reagem aos acontecimentos em si, mas são impulsionados pelas reportagens dos principais meios de comunicação de massa e outros, fazendo o mesmo papel com suas próprias reportagens.” (In: KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo*. “Problemas Relacionados com o Trabalho no Jornalismo – a Ilusão da Profissão ‘Livre’”. São Paulo: Edusp, 2002, pp.170/171.

⁷⁷ Um campo, segundo o sociólogo, é um espaço social estruturado, um campo de forças, onde existem dominantes e dominados, mas também relações constantes e permanentes de desigualdades, que funcionam como um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de Forças (1997, p. 57). Os campos se baseiam em pressupostos e crenças partilhadas, que vão além das diferenças de

“esses pressupostos ...estão no princípio da seleção que os jornalistas operam na realidade social, e também no conjunto das produções simbólicas [...] não há discurso (análise científica, manifesto político etc.) nem ação (manifestação, greve etc.) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da seleção jornalística, isto é, a essa formidável censura que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes interessar, de ‘prender sua atenção’, isto é, de entrar em suas categorias, em sua grade, e ao relegar à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas que mereciam atingir o conjunto dos cidadãos.” (BOURDIEU, 1997, p. 67).

O sociólogo defende que, em relação aos demais campos de produção cultural, como o da matemática e literatura, além do jurídico e científico, o campo jornalístico se encontra muito mais dependente das forças externas e está sujeito à sanção do mercado.

Por encontrar-se sob pressão do campo econômico e, por ser um campo muito heterônomo e fortemente sujeito às pressões comerciais, o campo jornalístico acaba por exercer uma pressão sobre os demais campos, enquanto estrutura. Escreveu o sociólogo:

“penso então que atualmente todos os campos de produção cultural estão sujeitos às limitações estruturais do campo jornalístico, e não deste ou daquele jornalista, deste ou daquele diretor de emissora, eles próprios vencidos pelas forças do campo. Essas limitações exercem efeitos sistemáticos muito equivalentes em todos os campos. O campo jornalístico age, enquanto campo, sobre os outros campos. Em outras palavras, um campo, ele próprio cada vez mais dominado pela lógica comercial, impõe cada vez mais suas limitações aos outros universos.” (BOURDIEU, 1997, p.80-81).

Bourdieu defende a existência de um campo televisual como um subcampo do campo jornalístico e destaca o papel da televisão como sendo a mídia que confere uma “autoridade” aos apresentadores e repórteres ao falarem sobre os demais campos de produção cultural (BOURDIEU, 1997, p. 86). Com as considerações de Bourdieu fechamos essa terceira parte do presente capítulo, em que procuramos abordar questões mais relacionadas aos dia-a-dia do universo jornalístico. Aqui tratamos de temas como notícia, acontecimento e objetividade, tendo como principal referência o jornalista, em particular, o profissional de televisão.

posição e de opinião, e que se encontram inscritos em certo sistema de categorias de pensamento e em determinada relação com a linguagem (1997, p. 67).

CAPÍTULO IV

UM ESTUDO DE CASO

*“Verdade...é complicado...a gente lida
com isso diariamente e não consegue
definir o que é uma verdade”*
Depoimento de um repórter o ESTV 2ª Edição

4.1 METODOLOGIA

O estudo de caso tem se mostrado como uma metodologia adequada aos trabalhos acadêmicos, daí seu largo uso em teses e dissertações. Essa foi também a forma que encontramos para melhor tratarmos do objeto em questão, uma tentativa de aprofundar mais a nossa temática, a saber: como se dá o reconhecimento da construção da realidade pelo jornalista. Nossa expectativa era vislumbrarmos na prática, ou pelas percepções e experiências das fontes selecionadas, alguns aspectos das questões teóricas abordadas neste trabalho.

Nossa escolha caiu sobre a equipe de reportagem responsável pelo telejornal mais assistido do Espírito Santo, o ESTV 2ª Edição, veiculado de segunda a sábado pela TV Gazeta, afiliada da Rede Globo.

Essa opção se justifica pela grande cobertura desse telejornal, que atinge diariamente quase 1,2 milhão de pessoas, segundo a pesquisa realizada pelo Ibope em 2006.

Além disso, considerado o tipo de telejornalismo praticado hoje no Brasil, acreditamos ser a equipe em questão representativa de um modelo que segue o padrão americano, responsável por ditar a tendência no jornalismo televisivo no mundo ocidental. Enquanto método qualitativo que é, o estudo de caso recebe várias definições.

Para este trabalho em particular, utilizaremos a de Robert Yin (Apud, DUARTE E BARROS, 2005, p. 216), segundo o qual,

“[...] o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas.”

Castro (Apud, DUARTE e BARROS, 2005, p. 219) explica que o estudo de caso avalia poucos exemplos das unidades, uma vez que o “interesse primeiro não é o caso em si, mas pelo que ele sugere a respeito do todo”, e que, ao utilizar uma amostra apenas, o pesquisador possibilita ao leitor pensar as relações dos dados obtidos com o todo.

Segundo Duarte e Barros (DUARTE e BARROS, 2005, p. 219), o estudo de caso deve ser adotado preferencialmente em fenômenos que envolvam comportamentos contemporâneos difíceis de serem manipulados. Em situações como essas, duas fontes de evidências podem ser empregadas: a observação direta e a série sistemática de entrevistas.

A entrevista individual em profundidade foi a fonte de evidência aqui empregada com a finalidade de investigar o tema de nossa escolha a partir das informações obtidas junto às fontes selecionadas, nesse caso, informantes considerados fundamentais ao presente trabalho, por se mostrarem diretamente envolvidos com os aspectos centrais da nossa temática.

Como técnica qualitativa, a entrevista em profundidade parte de uma formulação teórica - já apresentada nos primeiros capítulos do presente trabalho - e de pressupostos⁷⁸ também previamente definidos. A noção de hipótese, utilizada na pesquisa experimental e tradicional, foi substituída aqui pelo uso de pressupostos, ou seja, pelas conjecturas por nós estabelecidas e que orientam o trabalho de campo.

⁷⁸ A entrevista em profundidade não possibilita testar hipóteses, tratar estatisticamente as informações e, tampouco, definir a amplitude em quantidade de um fenômeno. A técnica tem por finalidade fornecer elementos para a compreensão de uma dada situação ou problema. “Deste modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e sínteses das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas.” In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005, p. 63.

A partir dessa sustentação, foi elaborado um roteiro de perguntas (veja em anexo) cuja finalidade era coletar informações com base na experiência subjetiva das fontes (tipologia semi-aberta).⁷⁹

Seguimos ainda o modelo neutro de entrevista, por considerá-lo um tratamento mais apropriado a nossa questão.⁸⁰ A gravação das entrevistas foi o instrumento de coleta adotado, seguida da transcrição das informações coletadas. Boa parte desse material foi utilizada na etapa seguinte, quando apresentamos as respostas de cada fonte entrevistada referentes às perguntas formulados no roteiro-guia. Optamos por uma apresentação dividida em três partes ou categorias: chefe de reportagem, repórteres e editores. Tal escolha obedece ao processo de construção de uma notícia dentro de uma redação de telejornal e, como veremos a seguir, representam etapas diferentes na construção da notícia.

Fechando este capítulo, faremos uma análise final do conteúdo coletado a partir das entrevistas, uma tentativa de “casar” as respostas das fontes com a base filosófica e teórica que dá sustentação ao presente trabalho.

4.2 ESTV 2ª EDIÇÃO – UMA APRESENTAÇÃO

Começaremos nossa análise com uma breve apresentação da estrutura do ESTV 2ª Edição, o produto final que é levado ao ar pela equipe que constitui o presente estudo de caso.

O ESTV 2ª Edição é o telejornal mais assistido em todo o Espírito Santo, segundo informava diariamente a responsável pela transmissão do noticiário, a TV Gazeta, afiliada da Rede Globo. De segunda a sábado, às 19 horas, antes de cada edição, durante alguns meses a emissora colocou no ar seguinte vinheta: “você e mais de 1 milhão e 150 mil pessoas vão assistir agora ao ESTV 2ª Edição.”

⁷⁹ Lembra Jorge Duarte que cada pergunta deve ser formulada de forma aberta, conjugando a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle.” In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005, p. 66.

⁸⁰ De acordo com Jorge Duarte, nesse modelo o pesquisador não é nem o receptáculo passivo das informações oferecidas pela fonte, encontrado no modelo *fraco*, e, tampouco, exerce a posição agressiva e autoritária típica do modelo *forte*. “O modelo *neutro* faz do entrevistador um transmissor de estímulos positivos, buscando impessoalidade e equilíbrio na relação.” In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005, p. 71.

O noticiário está no ar desde 1983, sendo considerado já naquela época o carro-chefe da emissora, que é também a principal rede de televisão do Estado, tendo completado, em 11 de setembro de 2006, 30 anos de existência.⁸¹

O telejornal cobre principalmente matérias factuais, utilizando pouco a equipe de produtores da TV Gazeta. É voltado para matérias de política que apresentem um sentido mais amplo, contemplando principalmente notícias que envolvam políticas públicas. O noticiário também prioriza áreas como saúde, educação, transporte e segurança.

O jornal não dispensa também matérias consideradas mais leves, geralmente de esportes e cultura, que costumam fechar o noticiário. As matérias de cultura somente ganham destaque quando o fato está acontecendo.

As matérias que vão ao ar obedecem a alguns critérios, sendo os principais o de importância e o de abrangência. São priorizadas também as matérias que causam impacto. Nesse caso, o veículo quer funcionar como um alerta à sociedade.

A linha editorial adotada pelo telejornal, no entanto, não permite a exibição de cadáveres e imagens de impacto muito forte e que possam expor a dor alheia.

Esses critérios são considerados formas de respeito com o telespectador e também com a família das vítimas. Suicídios também não têm espaço no noticiário, assim como é vetada a exposição de menores em delito.

⁸¹ A TV Gazeta foi um investimento da família Lindenberg, que tinha na época o interesse em fortalecer o Jornal A Gazeta, pertencente ao mesmo grupo, e que completou 48 anos no dia da inauguração do canal televisivo. Desde que iniciou a empreitada, seis anos antes, o proprietário e atual conselheiro da Rede Gazeta, Carlos Lindenberg Filho, o Cariê, como é conhecido, tinha como meta se filiar à Rede Globo. “Para nós não interessava nos filarmos a nenhuma outra emissora que não fosse a *Rede Globo*. O contrato com eles era mais importante que a própria concessão. Se outro grupo conseguisse esse contrato, poderia ser estabelecida uma concorrência difícil de ser derrubada depois.” O papel que a TV Gazeta, assim como a Rede Gazeta (composta pelo Jornal A Gazeta, Jornal Notícia Agora e as rádios Gazeta AM, Litoral e CBN, além do canal por assinatura GTZ) exerce na vida política do Estado foi assim descrito pela historiadora Marta Zorzal: “A partir das décadas de 60 e 70, os meios de comunicação deixam de ser declaradamente partidários, mas continuam manifestando suas posições e tendências. Quando a *TV Gazeta* foi inaugurada, o jornal já estava dissociado do partido, mas mesmo assim conservou sua postura política. Nos editoriais, nas seções de opinião e nas entrelinhas do jornal, sempre fica claro qual posição o jornal está tomando ou até mesmo por qual candidato ela tem mais preferência. E conseqüentemente a TV faz a mesma coisa, já que ela sempre seguiu a linha editorial do jornal.” In: MARTINUZZO, José Antonio (org.) *Roda TV! A televisão Capixaba em Panorama*. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo (DIO), 2006, pp. 84/85.

O jornal é composto por três blocos, sendo sempre iniciado com notícias impactantes, geralmente sobre violência e insegurança. Nesse primeiro bloco, entram ainda outras matérias de interesse geral. Por isso, são transmitidas para todo o Estado. Os blocos seguintes são dedicados às notícias regionais.⁸²

Cada bloco é iniciado com uma matéria considerada de maior destaque, seguida de outras que podem ser de prestação de serviços, economia doméstica (todas as informações que envolvam, de alguma forma, o bolso do telespectador), orientação, entre outras. Fechando o jornal, como já foi dito, são priorizadas as matérias de esportes e cultura, que geralmente são feitas ao vivo.

As notícias em geral são “manchetadas”. As matérias têm duração mínima de 30 segundos e máxima de um minuto e meio. Matérias de dois minutos ou mais são raras, geralmente quando o assunto é de grande relevância.

Devido ao pouco tempo de duração do ESTV 2ª Edição, que varia de 11 a 15 minutos, não cabem entrevistas de estúdio nesse noticiário. Como as matérias são curtas, não é dado muito espaço para o entrevistado, ficando sob a responsabilidade do repórter narrar as principais informações de um dado acontecimento. O trecho da fala do entrevistado que vai ao ar é cuidadosamente escolhido para resumir a essência da entrevista.

Como a prioridade de cobertura são os fatos que acontecem ao longo do dia ou que estão acontecendo no período da tarde e início da noite, quando as equipes estão na rua, o agendamento, em geral, não tem muito espaço no ESTV 2ª Edição ou, como se costuma dizer na redação do jornal, as matérias agendadas são “atropeladas” pelos fatos. Sempre que isso ocorre, os repórteres são deslocados para cobrir os novos acontecimentos.

Por ser um jornal muito dinâmico que prioriza os fatos, o ESTV 2ª Edição perde em alguns aspectos, a começar pela quase ausência de análises dos acontecimentos. Mas a proposta do telejornal é clara: a prioridade é levar o maior número de informações para um público que prefere variedade, como mostram as pesquisas focais que vêm sendo feitas ao longo dos anos.

⁸² Além da TV Gazeta que cobre a Região Metropolitana e municípios vizinhos, outras três emissoras compõem atualmente o grupo: a TV Gazeta Norte, TV Gazeta Noroeste e TV Gazeta Sul.

O público é heterogêneo e algumas de suas camadas têm na televisão a única fonte de acesso diário à informação.

A última pesquisa encomendada pela TV Gazeta ao Ibope (medição feita entre 04 e 10 de agosto de 2006) revelou que quarenta e oito por cento da audiência é composta por mulheres e crianças, de todas as classes, mas com mais destaque para as classes C e D.

Na época o telejornal liderava o ranking dos programas de maior audiência domiciliar, sendo 64 de audiência e 82 de *share*⁸³, o que corresponde a 625.020 telespectadores somente na Região Metropolitana e municípios vizinhos. A maior audiência da emissora concorrente era o Tribuna Notícias 1ª Edição⁸⁴ com 23 de audiência e 39 de *share*. O segundo lugar no ranking ficou com a novela que segue o telejornal, com 64 de audiência e 81 de *share* (613.339 telespectadores). O Jornal Nacional estava em terceiro (63 de audiência, 78 de *share* e 605.560 telespectadores). A novela exibida no horário das 21 horas ficou em quarto lugar, com 63 de audiência e 79 de *share* (601.420 telespectadores). Esses números significam que o noticiário da noite da TV Gazeta é mais assistido no Estado quando comparado aos demais programas exibidos no horário nobre da Rede Globo, entre eles o Jornal Nacional. Dados dessa natureza reforçam a importância da escolha desse telejornal para o estudo de caso que compõem o presente trabalho. A seguir, faremos uma exposição a partir das entrevistas realizadas com a equipe do ESTV 2ª Edição entre 21 de dezembro de 2006 e 12 de fevereiro de 2007.

4.3 CHEFE DE REPORTAGEM – “O REPÓRTER MAIS EXPERIENTE”⁸⁵

O chefe de reportagem exerce uma dupla função dentro de uma redação, uma vez que realiza um trabalho jornalístico, mas com um viés administrativo e gerencial.

⁸³ A audiência significa que a cada 100 domicílios pesquisados, em 64 deles se assistia ao telejornal. O *share* é medido em termos de aparelhos. De cada 10 aparelhos ligados, oito estavam no canal 4 (TV Gazeta) na hora da exibição do ESTV 2ª Edição.

⁸⁴ Exibido pela TV Tribuna, afiliada local do SBT.

⁸⁵ A partir desse tópico todas as informações dadas pelos repórteres estarão entre aspas e colocadas em itálico. Preferimos omitir as fontes, para manter tacitamente o acordo ético firmado entre mim e os repórteres. Todo material encontra-se disponível para consulta, caso haja a necessidade de comprovação da veracidade das falas apresentadas.

Ele é o responsável por selecionar os principais assuntos do dia, fazer em seguida uma análise jornalística desses acontecimentos que serão transformados em notícias, adequar esses temas à capacidade da equipe de repórteres sob seu comando e gerenciar os demais profissionais da área técnica (cinegrafistas e assistentes), além dos equipamentos e veículos disponíveis para a cobertura dos fatos.

Ele deve ainda atentar para a escalação dos repórteres de acordo com a característica de cada um, facilidade em lidar com o assunto ou mesmo por simples praticidade, obedecendo à ordem de chegada e entrada dos profissionais à redação.

Depois de colocar as equipes de reportagem na rua, ele fica responsável por acompanhar o andamento de cada cobertura. Muitas vezes, uma matéria exige um redirecionamento, como ocorre quando surgem novos fatos dentro de um mesmo acontecimento. Outras vezes, a situação encontrada pelo repórter é diferente do que foi estabelecido pela pauta que, em alguns casos, não chega a ser apurada, a famosa “pauta que cai” do jargão jornalístico. Existem também situações em que ocorre um acontecimento de maior relevância, e o repórter é deslocado para essa nova cobertura.

Na avaliação do chefe de reportagem responsável pelo ESTV 2ª Edição, sua função é muita dinâmica e exige uma constante sintonia com os repórteres. *“Eu me considero o repórter mais experiente da equipe, mas, ao contrário dos demais, permaneço na redação.”* Juntamente com os repórteres, o chefe de reportagem precisa prover os editores com o material que chega da rua. *“Temos de cobrir os fatos mais importantes do dia, da melhor maneira possível, e entregar um material de qualidade para os editores, para que eles dêem continuidade ao processo que culminará na exibição do telejornal.”*

Feita essa apresentação, passaremos agora a expor as respostas desse profissional em relação às perguntas quem constam no nosso roteiro-guia. Começamos com o conceito de verdade que, em sua opinião, é aquilo que mais se aproxima da pureza do fato. *“É quando se pega uma coisa real, que aconteceu, e se tenta entender o processo que levou àquele acontecimento. É você obter uma informação primária sobre aquele fato”.* Ele lembra que uma verdade absoluta é improvável de se conseguir. O que existem, observa, são verdades que se diferenciam.

No jornalismo, se busca o que de mais próximo se pode chegar dessa verdade. *“Talvez não seja a verdade final, muitas vezes, ao longo de uma cobertura, uma notícia vai mudando seu teor, seu conceito inicial, uma vez que vão surgindo novos fatos que, somados aos anteriores, fazem com que a ‘verdade’ possa ser mudada.”*

O conceito de realidade ele define como sendo o que acontece de fato, ou seja, os fatos produzidos pela sociedade ou pela natureza. Já a ficção costuma agregar à realidade elementos da imaginação, da criação de cada um. *“A ficção não tem compromisso com a realidade dos fatos, com sua cronologia e origens.”* Lembra que a ficção pode até surgir de um fato, de uma realidade, mas, a partir daí, recebe outros elementos que colaboram na formação do que se deseja produzir: um livro, um filme.

Notícia é todo acontecimento veiculado por um meio de comunicação. No dia-a-dia, explica, são muitas as informações sobre acontecimentos que chegam até uma redação de jornal. Nem todos esses acontecimentos, no entanto, virarão notícia. São os critérios de cada jornal que definem quais acontecimentos têm uma importância e abrangência para serem transmitidos à sociedade.

O acontecimento é aquele fato real que, segundo o chefe de reportagem, ficou restrito a um grupo ou comunidade. *“Ele não se espalhou, como acontece com a notícia.”* Por isso, lembra que notícia é todo acontecimento que atinge um maior número de pessoas, não necessariamente por meio de um veículo de comunicação.

“Pode até ser de boca em boca, um contando para o outro, embora o mais comum no mundo moderno é esse fato ganhar expressão quando chega aos meios de comunicação.”

A fidelidade aos fatos é a busca incessante do jornalista, mas ela se encontra sempre limitada ao acesso que se tem desses fatos.

Em jornalismo, lembra o chefe de reportagem, procura-se reproduzir o acontecimento da forma mais próxima possível da realidade sabendo-se, entretanto, que entre o que aconteceu e a recepção do telespectador existem algumas etapas, começando quando a pessoa ou pessoas que viram ou vivenciaram um acontecimento entram em contato com uma redação de jornal.

Na etapa seguinte, o repórter ouve as pessoas envolvidas, fazendo depois sua avaliação do mesmo acontecimento. *“Pode ser que, nesse processo, alguns elementos iniciais da estória sofram alguma alteração, mas a gente é treinado no sentido de minimizar essas mudanças, esses impactos que a notícia sofre e que acabam por modificar, ainda que pouco, a natureza do acontecimento.”*

Na maior parte das vezes, observa, essas alterações ocorrem sem que o jornalista se dê conta, uma vez que depende das fontes para poder contar sua estória. *“Se essas fontes, intencionalmente ou não, passam uma versão um pouco diferente do que aconteceu, o repórter corre sempre o risco de multiplicar essa informação, na verdade, uma desinformação.”* Ainda que ciente dessa realidade, o chefe de reportagem acredita que o ESTV 2ª Edição consegue levar ao ar as notícias bem reais e mais próximas possíveis dos fatos.

O conceito de objetividade foi definido como aquela característica do jornalista que consegue ir direto aos fatos, dizer o que aconteceu, quando, onde, porque; é levar à população a informação de forma mais clara possível, para que todos entendam o que de fato aconteceu. Já a subjetividade é a interpretação dos fatos, quando o jornalista dá uma visão um pouco diferenciada dos acontecimentos, procurando entender o processo que levou àquela situação. *“É o que muitas vezes fazem as revistas, que saem um pouco da objetividade para comentar, em um segundo momento, aquilo que a televisão, o rádio e os jornais diários já divulgaram.”*

Mas é preciso ficar atento à subjetividade, para que ela não interfira demais no trabalho do jornalista, correndo-se o risco de trazer prejuízos à informação. *“Subjetividade em excesso atrapalha, principalmente quando se pratica um jornalismo voltado para um público grande e heterogêneo.”* A experiência e o dia-a-dia das redações são fundamentais para reverter a carga ideológica que o jornalista, principalmente em início de carreira, costuma trazer em suas matérias. *“Esse tipo de performance não cabe no jornalismo moderno. A objetividade é um princípio a ser atingido sempre.”*

A neutralidade é um dos conceitos mais polêmicos dentro do jornalismo, na visão do chefe de reportagem, por ser muito difícil de ser alcançada, uma vez que ninguém é totalmente puro.

“Todos temos uma carga cultural que adquirimos ao longo da vida ou do processo de aprendizagem e que são responsáveis por nossas crenças e convicções.” O jornalista, observa, como qualquer outra pessoa, tem suas próprias preferências, ainda que seja treinado a tentar minimizar ao máximo essas influências no exercício da sua profissão. *“Questionar um político de forma exagerada só porque você não concorda com sua atuação não é possível no jornalismo. Nessas horas, é preciso se despir um pouco dos seus conceitos pessoais.”*

Essa busca pela neutralidade, no entanto, ele reconhece ser muito difícil, mas deve ser vista como uma prática constante do jornalismo.

A imparcialidade é um conceito que se aproxima muito do anterior mas, na opinião do chefe de reportagem, é mais fácil de ser exercida. Caso contrário, o jornalista corre sempre o risco de se revelar tendencioso em sua apuração dos fatos. A imparcialidade é o compromisso que o jornalista tem de levar ao público uma visão um pouco mais clara dos fatos, sem ser tendencioso, possibilitando assim que as pessoas possam fazer sua própria avaliação dos acontecimentos. *“Quando se reproduz uma notícia de maneira parcial, estabelecendo conceitos de certo e errado, tira-se do telespectador a possibilidade de entender com clareza o que está acontecendo.”*

Ainda em sua opinião, o jornalista que reconhece não ser neutro em determinada situação, deve ter em mente que precisa ser imparcial em sua abordagem. A exceção fica por conta de um tipo de jornalismo cujas posições são definidas desde o início, conhecido como alternativo ou de tendência (direita e esquerda). *“Mas aí, são jornalistas que são reconhecidos pela bandeira que defendem e a carga ideológica das informações são já levadas em conta pelas pessoas que se interessam por esse tipo de jornalismo.”*

Essa parcialidade, no entanto, não tem lugar no tipo de jornalismo que se pratica hoje em dia, voltado para um grande público. *“Ao falar para um público heterogêneo, você não pode e nem tem o direito de ser parcial, afinal, você se dirige a pessoas que têm interesses, conhecimentos e visões de mundo diferentes da sua.”*

Segundo o chefe de reportagem, o grau de credibilidade da audiência em relação ao ESTV 2ª Edição é muito grande e isso se deve ao cuidado que toda equipe tem na divulgação das notícias.

Às vezes, ressalta, é preciso abrir mão de divulgar algum fato porque não se conseguiu uma confirmação final ou porque nem todos os lados foram ouvidos. *“Corremos o risco de parecer menos velozes na apuração dos fatos, mas essa postura nos garante, no final da estória, uma certeza da nossa responsabilidade em levar informação às pessoas, e esta cresce quando se trata de um grande número de telespectadores”*. E continua lembrando que, *“quanto mais gente acredita em você e pode tomar decisões em função das informações que está recebendo, mais criterioso se deve ser no preparo das notícias”*. A credibilidade também se constrói com ações, algumas de ordem técnica, que vão sendo adotadas sem que o telespectador se dê conta disso. Lembra o chefe de reportagem que a forma como a notícia é apresentada, as posturas, tanto do repórter como do apresentador, tudo isso influencia quando se trata de ganhar a confiança do telespectador.

Jornalismo é feito por pessoas diferentes e, apesar de se ter um padrão a ser seguido, o resultado pode variar muito. A abordagem que se adotou em uma determinada matéria nem sempre é um consenso entre a equipe. Por isso, lembra o chefe de reportagem, as reuniões de pauta são essenciais para se buscar sempre aprimorar a fórmula para se fazer o melhor jornalismo. *“Sabemos que as coisas não são sempre perfeitas, mas devemos procurar sempre acertar. É preciso não cometer os mesmos erros; se tiver de errar, que sejam novos erros”*. Ele afirma que se sente realizado por prestar um serviço muito importante à sociedade.

“Hoje a comunicação é muito importante em todos os segmentos da sociedade. As pessoas não saem de casa sem se informar e, não raro, tomam decisões importantes a partir as informações que recebem dos meios de comunicação.” O mais importante, ressalta, é que esse serviço é gratuito e prestado de forma democrática. Tenho muito orgulho de fazer parte disso.”

4.4 O REPÓRTER - “BRAÇO ARMADO COM MICROFONE”

Dentro de uma redação de jornal, o repórter é a peça chave na transmissão de uma notícia. É ele que vai até o local do acontecimento e faz a cobertura dos fatos.

Seu papel é fazer uma ponte entre as informações coletadas junto às fontes (geralmente as pessoas envolvidas nos acontecimentos ou testemunhas dos mesmos fatos) e os profissionais que ficam nas redações e que serão, depois, responsáveis pela edição do material apurado. No final desse processo, a notícia está pronta para ser transmitida ao público.

Na avaliação dos quatro repórteres entrevistados e que compõem a equipe do ESTV 2ª Edição, o conceito de verdade recebe conotações diversas, mas, em todos os casos, foi considerado sempre a partir da profissão que exercem e não como um conceito mais amplo.

O primeiro dos entrevistados considera verdade tudo aquilo que ele consegue enxergar. *“Se estou vendo, é verdade; aquilo que não estou vendo, não consigo ver como verdade”*.

Já para o segundo repórter entrevistado, verdade é o que o jornalista busca no seu dia-a-dia; é a sua rotina de trabalho. *“Eu acho que é você ser fiel aos fatos, de você contar uma história e estar mais próximo possível à forma como aquilo aconteceu”*.

Em seguida, ele lembra que cada repórter tem uma maneira de atuar, mas, ainda assim, acredita que todos, ou quase todos, procuram sempre ser fiéis aos fatos.

“Se você pega matérias diferentes, você vai observar que existem coisas diferentes, mas a essência da matéria, penso que é sempre a mesma”.

Ainda na avaliação desse mesmo repórter, a verdade é sempre questionável, porque o repórter está contando, ou melhor, reportando o que outras pessoas disseram. *“Então, existem situações em que você mesmo duvida daquilo que está colocando”*. Ele fala das versões oficiais para os mesmos fatos, quando se sabe da existência de outras versões, mas que não podem ser divulgadas pelo interesse de alguma autoridade, grupo ou indivíduo. *“Mas você sabe, você apurou, você tem outros contatos, então, às vezes, é meio questionável o que vai ao ar, porque depende muito de qual é o tipo de verdade que quer se divulgar e a quem interessa essa verdade.”*

Ele finaliza ressaltando que, apesar de o repórter procurar ser fiel aos fatos, nem sempre essa é uma tarefa fácil, quer pela corrida contra o tempo, principalmente em se tratando de televisão, quer pelo interesse dos envolvidos. Isso não significa que mentiras são levadas ao ar.

“Não é isso. Acho que não dá para você contrapor verdade e mentira aqui, mas sim, pensar que verdade é essa e a quem interessa.”

Para o terceiro repórter entrevistado, o trabalho jornalístico pressupõe que se chegue o mais próximo possível do que de fato aconteceu, mesmo quando se sabe que, ao menos que o repórter estivesse no local presenciando os acontecimentos, é quase impossível essa apreensão. *“E mesmo que você estivesse lá, ainda seria sua própria visão de uma coisa que está acontecendo.”* Então, verdade, conceitua, é tentar chegar a um meio termo entre a versão das pessoas que estão envolvidas nos fatos, perceber sua subjetividade, e procurar filtrar um pouco disso, para se obter informações sem muitas influências dos envolvidos. Em sua opinião, nem sempre é possível se atingir esse tipo de verdade e, em função disso, o repórter acaba se questionando sobre sua abordagem.

Na prática, lembra, são muitas versões para um mesmo acontecimento, a começar pelas pessoas que relatam os fatos, depois vem a interpretação do repórter sobre o que aconteceu, que culmina em um formato de texto, até chegar à redação, quando outra pessoa coloca um *lead* na matéria, abre o jornal com uma determinada chamada, que pode modificar todo o teor do que o repórter quis dizer. *“A verdade que chega até as pessoas, que para elas é a única, já passou por três ou mais filtros. Verdade pura, no jornalismo, é muito difícil. Acho que é extremamente complicado de se achar.”*

Por fim, o último dos repórteres entrevistados vê a verdade como a reprodução mais próxima possível de um fato, e isso acontece quando se consegue ouvir todos os lados envolvidos.

“É claro que a gente não vai conseguir uma verdade absoluta, mas quando se ouve todo mundo e tenta se reproduzir o que aconteceu, chegamos mais próximo do fato como ele realmente se deu, aí eu acho que conseguimos fazer um bom trabalho.”

Quanto aos conceitos de ficção e de realidade, os entrevistados revelaram maior semelhança em suas visões sobre esses temas. O primeiro dos repórteres entrevistados entende por ficção tudo aquilo que é inventado. Muitas vezes, observa, o repórter se utiliza da ficção para exemplificar algum fato.

“Mas aí a gente põe a palavrinha simulação e o telespectador fica sabendo que aquilo ali não é verdade. É parecido com algo que possa ter acontecido, possivelmente aconteceu daquele jeito, mas ainda assim é uma simulação.” Ainda para o mesmo repórter, nunca é possível saber ao certo como o acontecimento se deu, mas, de acordo com os relatos, o jornalista abre sua imaginação para o fato. *“Isso é ficção. A realidade, como disse anteriormente, é somente aquilo que posso ver.”* Mesmo quando a câmera registra o acontecimento, ainda assim, aquilo deixa de ser realidade em sua opinião. Isso ocorre, explica, porque as imagens são editadas e não exibidas na íntegra. *“Se tiver corte, esquece que aquilo não é mais realidade.”* O segundo repórter ouvido vê ficção como aquilo que se dá a partir de uma estória inventada ou criada, como uma novela, uma série, um filme. *“Na área em que atuo, que é o telejornal, procuramos trabalhar com a realidade, que acredito ser aquilo que está mais próximo do que aconteceu, da verdade.”*

Conceituando ficção como qualquer coisa que não tenha como base a realidade, a vida, o dia-a-dia, aquilo que as pessoas vivenciam, o terceiro repórter ouvido define realidade como justamente o que se encontra mais próximo do conceito de verdade. *“Verdade talvez seja ainda mais complexa porque, já de cara, se apropria de uma visão. Para mim, verdade se refere ao que eu vejo, apesar de ser diferente daquilo que outra pessoa vê, ainda que seja a mesma coisa e no mesmo momento”*. A realidade, acredita, é mais uma questão de dimensões: existe ou não existe; é real ou não é real. No jornalismo, admite, é possível criar realidades. E ele exemplifica:

“Eu fiz uma matéria sobre os ônibus queimados e a pauta queria saber se os motoristas e os trocadores estão com medo desses ataques. Na hora que você pergunta para eles se estão com medo, a resposta é sempre afirmativa. Agora, será que, realmente, quando eles estão trabalhando, ficam mesmo preocupados com isso: com o fato de que alguém pode entrar e colocar fogo no ônibus? Ou a gente está criando esse medo no momento em que faz a pergunta? Penso que é uma realidade que, de fato, pode não existir e que a gente mostra na televisão como se todos os motoristas e trocadores estivessem com medo. Em geral, o telespectador também não está nem um pouco preocupado com os ônibus queimados, mas a gente dá a entender que essa é uma preocupação de todos.”

O repórter acredita que, em situações assim, o jornal cria uma realidade diferente, a partir do momento em que levanta uma discussão ou provoca um sentimento.

As pessoas, observa, em geral não vêem, não apreendem os fatos da mesma forma que os jornalistas, que estão o tempo todo em cima de um mesmo assunto. Os telespectadores, ao contrário, assistem ao telejornal e o interesse pelo assunto costuma acabar com o “boa noite” do apresentador. *“Difícilmente se volta ao assunto, a não ser quando são matérias que chamam mais a atenção ou chocam e, aí sim, são motivos de comentários posteriores.”* Por outro lado, ele não pensa o conceito de ficção como sendo o resultado desse poder do jornalismo em criar realidades. *“Eu não posso afirmar que o fato de perguntar se uma pessoa está com medo gere uma ficção em torno do medo”*. Ficção, ressalta, é mais uma invenção. Nesse caso, ele prefere pensar em níveis diferentes de realidade.

Para o último repórter ouvido, realidade é o dia-a-dia, é a vida normal, cotidiana e essa é mostrada no jornalismo. Ficção não combina com o trabalho do jornalista; está mais para o mundo dos filmes, se bem que, observa, esses costumam copiar um pouco a realidade.

As definições de acontecimento e notícia são unânimes entre os entrevistados. O primeiro repórter ouvido define acontecimento como sendo o fato em si, enquanto que a notícia é o que de importante “saiu” daquele fato. *“Por exemplo: um motociclista foi atropelado. O acontecimento é este atropelamento, mas se chego lá e vejo que ele está há três horas esperando por socorro, aí é notícia. É a minha notícia.”*

Notícia, em sua concepção, é a visão que o repórter tem de um acontecimento. *“Eu, particularmente, parto muito de um detalhe do acontecimento para criar minha notícia. Eu gosto disso: um detalhe abre para o todo e não o inverso. É claro que eu vou falar do acontecimento, mas priorizo aquilo que me chamou mais a atenção.”*

Ele acredita ainda que, se esse detalhe chamou a sua atenção, também o fará em relação ao telespectador, mas reconhece, no entanto, que nem sempre os jornalistas são atraídos pelos mesmos aspectos de um mesmo acontecimento.

“Cada um tem uma visão diferente do acontecimento, um jeito próprio de fazer jornalismo, um estilo, um perfil. Se você der a mesma pauta para quatro repórteres, nenhuma matéria vai sair igual, por mais que todos usem as mesmas imagens e sonoras. Eu não sei o porquê disso.”

Mas ele arrisca uma explicação: pode ser uma questão de faro ou de instinto, ou mesmo o fato de cada um levar para um lado em particular que, no seu caso, está muito ligado as suas preferências. *“Vai muito do perfil de cada um, dos nossos valores, da forma de criação e até mesmo do contexto familiar. Seu círculo de relacionamentos influencia muito em tudo isso.”*

Nem todo acontecimento, observa o segundo repórter ouvido, acaba virando notícia, afinal, nem tudo pode ser agendado. Notícia é aquele acontecimento que é preciso que se avalie uma série de critérios para ser definida como tal. Entre esses itens, ele destaca o interesse das pessoas e também a quem interessa que tal acontecimento venha a público. *“Por exemplo, hoje eu fiz um ‘ao vivo’ em um terminal metropolitano sobre o ataque aos ônibus e sabia que as pessoas querem informações que interessam a elas: vai ter condução para voltarem para suas casas? São acontecimentos como esses, que vão tendo desdobramentos, que acabam virando notícia.”*

Por outro lado, lembra o repórter, existem acontecimentos que não se tornam notícias, até porque, não geram desdobramentos ou interesse público. Homicídios isolados são bons exemplos disso. Dificilmente recebem muita atenção da mídia, principalmente a televisiva. Mas se for o assassinato de uma pessoa importante ou homicídios em série, geralmente repercutem na mídia, que não se limita a relatar os fatos, mas parte para cobrar das autoridades uma ação mais concreta contra o crime. *“Assim, vejo a notícia como um acontecimento que acaba tendo destaque e repercussão, até porque, você tem como cobrar das autoridades respostas para esses problemas. Acho que esse é o papel principal da imprensa: ser a voz da sociedade, correr atrás de soluções, cobrar as coisas.”*

O terceiro repórter ouvido lembra que acontecimento é todo fato, enquanto notícia é tudo o que é veiculado, seja na televisão, rádio, revista ou jornal. Em sua opinião, quase tudo pode se tornar notícia, dependendo do viés do veículo.

O critério para um acontecimento virar notícia deveria ser, segundo ele, aquele assunto que tem relevância para um grande número de pessoas. *“Mas, na verdade, nem sempre é assim; algumas estórias são só curiosas; outras bonitinhas, mas não de interesse geral.”*

Isso ocorre, acredita, porque o critério de seleção, às vezes, é totalmente subjetivo, dependendo muito do veículo, da linha editorial *“e do próprio editor que, simplesmente acha o fato legal e pronto: vamos fazer.”*

O quarto repórter entrevistado vê acontecimento como um fato e a notícia é reprodução desse acontecimento por algum veículo de comunicação. *“Notícia é o jornalista contar o que aconteceu.”*

Quanto à fidelidade aos fatos, quase todos os entrevistados são unânimes em afirmar que tentam ao máximo atingir esse ideal. *“Se eu não passar essa fidelidade para quem está em casa, qual a credibilidade que o meu canal e que eu vou ter com o telespectador?”*, pergunta o primeiro repórter entrevistado. Ele acredita que o veículo televisão, por exibir a imagem, possibilita um grau maior de fidelidade, porque não dá muita margem à imaginação como ocorre com as notícias vinculadas pelo rádio. *“Se eu tiver imagem, eu consigo fazer um texto, mas só com texto puro, você não tem televisão.”* A fórmula para ser fiel aos fatos inclui diversos fatores, entre eles até a própria criação. Segundo ele:

“se você vive em um ambiente em que a mentira é muito comum, querendo ou não, você acaba trazendo isso para o seu trabalho. Ah, eu vou falar que foi assim, mesmo sabendo que não foi bem assim. É uma questão de princípios. Acima de tudo existem os seus princípios. Ética não é só blábláblá que a gente ouve na faculdade não.”

Checar os fatos com mais de uma fonte é a receita do segundo repórter ouvido para dar maior credibilidade à notícia. *“Pelo menos no meu trabalho eu busco isso o tempo inteiro: estar o mais próximo possível do que aconteceu; ser fiel aos fatos.”*

Já o terceiro repórter entrevistado reconhece que não é fácil ser sempre totalmente fiel aos fatos. Em alguns casos, revela, sabe-se que o repórter levanta um aspecto daquele fato que acha mais relevante. *“Porque, afinal de contas, são várias perspectivas que envolvem um mesmo acontecimento. Você não muda o fato, mas, às vezes, o olhar é diferente.”*

E isso pode acontecer inclusive por uma questão de orientação, quando o editor pede para priorizar determinado aspecto na apuração, como no exemplo abaixo:

“essa questão dos camelôs que ocupam as ruas . O editor chega para você e pede para ouvir os comerciantes, que pagam impostos e, por isso, a concorrência com os camelôs é desleal. Você não pode voltar sem ter entrevistado os comerciantes, mas, eu, por exemplo, não faria por esse viés. Se eu pudesse fazer da forma como gostaria, eu iria mais pela questão da falta de possibilidade e de oportunidades para os trabalhadores informais. Penso que é melhor eles estarem ali, ocupando as calçadas, porque encontraram uma forma de trabalhar e não roubar, por exemplo. Se fazem isso é porque a economia é informal e o mercado não dá oportunidades para que essas pessoas entrem na formalidade. Tem todo um contexto que não dá para simplesmente falar: vamos tirar essa gente das ruas.”

Essa questão, observa, muitas vezes passa por um viés no qual repórter não acredita, mas isso não significa que ele não esteja sendo fiel aos fatos. *“Penso que passa mais por uma questão de perspectiva mesmo.”*

O quarto repórter ouvido também se vê muitas vezes com dificuldade de se manter fiel aos fatos ao extremo. *“Porque a gente vai cobrir determinados assuntos e eu tenho minha carga pessoal, minhas convicções. Então, é claro que quando vou fazer uma matéria, dependendo do tema, mexe muito comigo.”* Essa tomada de partido, ainda que em sua visão não torne sua abordagem subjetiva, acaba se reproduzindo em alguns aspectos. *“A gente tenta ao máximo ser fiel aos fatos, mas sempre tem um pouquinho da gente ali.”*

Objetividade, imparcialidade, neutralidade são conceitos que todos conhecem, mas, não raro, confundem seu significado. Começamos pela objetividade, já vista na terceira parte deste trabalho. O primeiro repórter ouvido pensa o conceito como uma característica da profissão, sendo o mesmo que clareza, precisão. *“Principalmente no meu veículo eu preciso ser muito direto, não dá para ficar fazendo rodeios. A objetividade em televisão é tudo, ainda mais quando se trata de um jornal curto, de 11 minutos.”* Ainda em sua avaliação, a objetividade é o mesmo que concisão; é conseguir fazer uma matéria de 25 segundos e dar conta do recado.

O segundo repórter entrevistado também pensa a objetividade como sinônimo de clareza, precisão e concisão.

“É ir direto ao ponto e achar a forma mais simples de poder contar aquela estória, ainda mais na televisão, um veículo que não permite que você fique dando voltas.”

Em sua avaliação, essas características não tornam o veículo superficial, ao contrário, é mais um diferencial que faz do jornalismo televisivo mais objetivo, o que acaba sendo uma garantia de audiência. *“Se coloca uma reportagem muito longa no ar, as pessoas deixam de prestar atenção, trocam de canal ou simplesmente desligam a televisão.”*

O terceiro repórter ouvido também define objetividade como a forma direta e clara e de se fazer jornalismo. *“É tentar ser fiel aos fatos, para que as pessoas vejam a matéria de forma mais pura, sem tanta influência, apesar de que, em alguns momentos, não conseguimos fazer isso.”*

O último repórter ouvido vê a objetividade como a tentativa de ser objetivo, ouvir todos os lados e não usar muitos adjetivos, regras que tornam a matéria mais séria e neutra.

A imparcialidade é o dever de todo o jornalista em ouvir os dois lados na concepção do primeiro jornalista entrevistado. Como o repórter não presenciou o acontecimento, não pode simplesmente dizer como as coisas aconteceram. Ele precisa ouvir as versões dos envolvidos e, muitas vezes, deixar para o telespectador decidir quem está certo. *“Fulano disse que aconteceu isso, beltrano disse que aconteceu aquilo. Então, fica para quem está em casa ou para uma terceira pessoa dar a palavra final. A gente não tem bola de cristal e nem pode bancar o juiz nesses casos ou brincar de Deus: você estava errado.”*

Já o segundo repórter ouvido acredita que a imparcialidade é não se deixar influenciar por qualquer das partes. *“O princípio básico do jornalismo é isso: você tem de ouvir os dois lados e não tomar partido de nenhum deles”.* Mas, ele confessa que questiona essa visão de imparcialidade, uma vez que, em algumas situações, o jornalista sabe desde o início qual abordagem vai adotar. *“Não que eu queira dizer aqui que você se compromete, mas você já tem mais ou menos uma idéia de como vai conduzir a matéria. Então, eu não sei até que ponto você vai ser imparcial, já que vai se aproximar – mas não se deixar levar – mais por um dos lados.”*

Ele conclui que a linha que divide a parcialidade da imparcialidade é muito tênue, ainda que defenda a necessidade de se procurar manter a segunda no dia-a-dia da profissão.

Se declarando cético em relação à essa questão, o terceiro repórter ouvido confessa que, se acreditasse na existência da imparcialidade, não seria jornalista.

“Porque o que mais a gente quer fazer é a diferença de alguma forma, de preferência para o bem, para formar um senso crítico ou pelo menos para levantar um assunto que faça as pessoas pensarem.”

A impossibilidade de se manter imparcial, segundo ele, justifica-se pelos sentimentos que alguns acontecimentos geram no repórter, como por exemplo, perante as injustiças. *“Você se envolve com o assunto. Não dá para fazer matéria sobre corrupção, sem se revoltar com aquilo.”* E é fácil ser parcial sem ferir os princípios do jornalismo: o repórter coloca na fala dos entrevistados, toda a sua indignação. *“Porque o que você sente, é o que geralmente as outras pessoas sentem também. Assim, você consegue passar sua revolta sem deixar claro que pensa da mesma forma. Tem coisa que você não consegue evitar e penso que é um pouco o nosso papel.”*

O quarto repórter prefere conceituar sua visão de imparcialidade e de neutralidade dando um exemplo: *“Se vou fazer uma matéria sobre a polêmica da adoção pelos casais gays, vou deixar transparecer minha posição favorável, mesmo que não queira e, por isso, não vou ser tão imparcial ou neutra como se acredita que um jornalista deveria ser.”*

Por fim, o conceito de neutralidade é, no entendimento do primeiro repórter ouvido, o jornalista não colocar sua opinião na matéria. *“É você ouvir fulano e também beltrano e não emitir sua opinião, sem puxar para um lado ou para outro.”* Ele acredita, no entanto, que não é fácil seguir esse princípio, bem como os demais. argumentando com o seguinte exemplo:

“ah, você tem um amigo que mora no Rio de Janeiro e precisa fazer uma matéria com uma pessoa que mora nesse Estado. Aí eu vou procurá-lo. Será que isso é certo? Se faço uma matéria sobre culinária capixaba e entrevisto meu amigo, apesar de ele ser um ótimo chef, será que é certo colocar meu amigo na matéria? Pode ser mais fácil para o jornalista, mas quem está em casa nem imagina que, ao fazer isso, estamos direcionando a matéria, o que acaba deixando nosso trabalho parcial.”

Para o segundo repórter entrevistado, a neutralidade exige que você se distancie dos fatos narrados. É preciso, ensina, não se envolver. *“Acho que, apesar de ser bem parecida com a imparcialidade, eu ainda consigo acreditar mais na neutralidade, quando você consegue tomar distância e não se deixar envolver pelos fatos.”*

O terceiro repórter ouvido lembra que a neutralidade passa também pela questão ética, de ter de ouvir os dois lados de uma mesma história e dar o mesmo tempo a cada uma das partes. Em sua opinião, é até mesmo necessária a neutralidade, para que o jornalismo seja feito de uma forma no mínimo séria. *“A partir do momento que se perde isso, você perde totalmente a confiança naquele veículo. Eu não confio em um jornal que me dê determinado posicionamento favorável a um ou outro lado. Eu não sou obrigada a achar o mesmo que ele (o jornal).”*

Todos os repórteres ouvidos são também unânimes em admitir que a subjetividade interfere no trabalho do jornalista. O primeiro dos entrevistados confessou que, quando não está bem, seu texto também não vai nada bem, sua narração fica comprometida e, conseqüentemente, a matéria que vai ao ar também não será das melhores. A subjetividade, em sua opinião, está muito ligada às preferências individuais. *“Eu, por exemplo, não gosto de fazer política e economia. Quando pego pautas assim, já vou não gostando. Por outro lado, em matérias de esportes, dia-a-dia e até polícia eu me saio bem melhor, porque gosto de fazer.”*

O segundo repórter lembra que é impossível desvincular o jornalista do cidadão e que existe uma série de conceitos, valores, que cada profissional leva para o trabalho. Mas ele também acha que é preciso tomar muito cuidado para que essas “influências” não interfiram demais no que você faz. *“Eu posso ter uma vida religiosa, mas não posso deixar que ela exerça influências sobre meu trabalho.”*

O terceiro repórter já se sente mais à vontade em relação a sua subjetividade e confessa que, em determinadas situações, é papel do jornalista demonstrar sua indignação quando ocorrem injustiças, por exemplo. Ele inclui ainda nessa lista fatos que considera bárbaros, crimes hediondos, situações em que é impossível qualquer pessoa não sentir revoltada e não se envolver. Porém, ele lembra que a subjetividade do repórter passa por outros filtros.

O editor faz esse papel de filtragem que também pode ser uma forma de subjetividade. *“Não é só o texto do repórter que vai para o ar.”*

O quarto repórter também destaca a apuração de acontecimentos bárbaros como situações difíceis de não se deixar envolver. *“Matérias de violência contra crianças não são nada fáceis de se fazer. Eu confesso que não consigo controlar muito minha revolta nesses casos e acho que acabo deixando transparecer isso às vezes.”*

Todos os repórteres também acreditam que são convincentes no vídeo. O primeiro entrevistado defende que essa credibilidade passa principalmente pela simpatia do repórter e pela sua imagem, que deve ser a mais discreta possível. *“Camisa em tom pastel, terno escuro, afinal, você não pode chamar mais a atenção do que a notícia.”* A fórmula para passar credibilidade, ensina, também passa pela autenticidade. *“Não adianta criar uma máscara, porque ela sempre acaba caindo.”*

É essa autenticidade que ele credita ao bom relacionamento que tem com o telespectador. *“Chegam a me pedir autógrafo e, constrangido, sempre preciso explicar que sou apenas um repórter que aparece na televisão”.* Ele acredita que o veículo tem essa magia, despertando esse encantamento nas pessoas porque, querendo ou não, quem está no vídeo entra na casa das pessoas sem pedir licença, o que acaba criando esse sentimento de amizade. *“Apesar de que, o telespectador nunca nos vê como pessoas que levam uma vida normal, como todo mundo.”*

“Acho que sou convincente justamente pela busca da verdade e pelo trabalho sério que venho desenvolvendo ao longo dos anos.” Assim, o segundo repórter entrevistado define sua credibilidade junto ao público, bem como de toda a equipe do ES 2ª Edição.

Ele lembra ainda que essa credibilidade é de fundamental importância para a sociedade, afinal, é por meio do trabalho dos jornalistas que as pessoas vão se informar sobre as coisas que estão acontecendo.

O terceiro repórter ouvido acredita que é convincente e que bons profissionais conseguem isso: passar a informação de forma segura e concreta, para que os telespectadores possam saber do assunto em sua totalidade. Mas ele admite que não é fácil de se deixar convencer.

“Muitos repórteres bons, de carreira e talento muito reconhecido nem sempre me convencem quando fazem matérias carregadas de subjetividade, claramente tendenciosas ou que seguem enfoques em que eu não acredito. Então, eu provavelmente também não consiga convencer a todo mundo também.” Por isso, ele acredita que, quando o telespectador tem opinião formada sobre o assunto, fica mais difícil ser convincente. *“Afim, nem todo mundo concorda com o que você diz, por mais que você tente se prender ao fato e dar as duas versões. O telespectador, às vezes, quer ouvir somente um lado e ainda questiona por que temos de dar corda para bandido ou não sei o quê.”*

Ele acredita ainda que o objetivo do repórter é fazer com que o telespectador saiba sobre determinado assunto mas, em alguns casos, a opinião de quem está em casa não depende da matéria exclusivamente. *“A matéria é só o primeiro passo. Você joga a informação e faz com que a pessoa passe a pensar a respeito daquele assunto. Nesse caso, você não tem de convencer ou não, e aí, as pessoas aceitam aquilo como informação.”*

O quarto repórter ouvido acredita que a credibilidade passa também pela técnica que o repórter desenvolve ao dar a notícia. *“Temos uma fonoaudióloga aqui que fala: voz muito fina, muito aguda, não passa tanta seriedade. Então, são vários treinamentos, técnicas, para tentar passar essa seriedade. O mesmo acontece com rostinho muito novo. Por isso, os homens costumam deixar uma barbinha para tentar passar mais seriedade.”*

Ela acredita que o repórter precisa ser sério e ter uma aparência séria e distinta para ser convincente ao transmitir a informação.

Em relação à abordagem adotada, o primeiro repórter ouvido diz que se preocupa em saber o que os demais veículos estão falando. *“Se as informações divergem, eu me preocupo, porque o telespectador pode se questionar sobre quem está falando a verdade. Eu tenho plena certeza de que o que estou falando é o que realmente aconteceu.”* A abordagem passa pela escolha do que deve ser exibido ou não, o que também pode confundir o telespectador que recebe as mesmas informações por mais de um veículo. *“Eu não preciso mostrar sangue e corpo no chão para falar que alguém morreu, mas se a concorrência faz isso, quem está em casa pode achar que nós não estamos mostrando tudo. Vivemos sempre dilemas em casos assim.”*

Com o editor, lembra, é preciso que se estabeleça uma relação de confiança. *“Ele não foi para a rua, ele somente monta a matéria e eu preciso confiar que o produto final vai sair do jeito que imaginei.”*

Ele, por sua vez, precisa acreditar em mim, que estou sendo fiel aos fatos.” Por várias vezes, o segundo repórter entrevistado chegou a se questionar em relação a abordagem adota em suas matérias. *“Isso acontece muito, você quase sempre pensa sobre a postura que vai seguir, a forma como vai conduzir a matéria e eu acho que isso é muito bom, porque, senão, corremos o risco de nosso trabalho ficar muito mecânico e igual.”*

Quando vê sua matéria no ar, o terceiro repórter ouvido sempre assume um olhar crítico, o que faz com que reflita sobre seu trabalho. *“É o que faz a gente melhorar: essa autocrítica ou mesmo a crítica que vem do outro.”*

A correria com que se lida com a informação é, em sua opinião, a principal justificativa para uma falta de atenção total ao que se está produzindo. *“Não dá para racionalizar o tempo todo, tudo o que você faz. Às vezes, você acaba de fazer o texto, começa a gravar e precisa correr para a redação, para o material ser editado.”*

“No jornalismo, cada dia você lida com uma situação diferente, uma pauta nunca é igual à outra. Não é como em um banco, onde você sempre sabe o que vai fazer.” Essa vivência do dia-a-dia que nunca se repete é o diferencial que faz com que, na avaliação do quarto repórter ouvido, o profissional acabe se questionando sobre sua atuação. *“Acontece de você não ter muita idéia do que vem a ser aquela pauta e aí se questiona: será mesmo que fiz tudo certo? Será que minha abordagem é a mais correta?”* Em sua opinião, nessas horas, vale muito a orientação do chefe de reportagem e do editor, que são profissionais com mais experiência e, em geral, têm mais tempo de casa.

O sentimento de realização profissional é também uma unanimidade entre os entrevistados, bem como o de frustração, quando as matérias não correspondem as suas expectativas.

O primeiro repórter entrevistado lembra que é muito sistemático e não pega uma pauta que não renda. *“Nunca deixo a matéria ser derrubada. Eu vou fazer, por pior que pareça ser, e vai virar a melhor matéria.”*

Ele reconhece que, apesar de colocar na matéria a sua forma particular de escrever, o trabalho final é sempre da equipe, por isso, destaca a importância de compartilhar com todos as suas idéias e expectativas. *“Quando vai para o ar e fica muito legal, fico agradecido a todo mundo. Depois, quando as pessoas comentam a matéria é muito bom também. O reconhecimento é um estímulo para você continuar melhorando cada vez mais.”* O segundo repórter ouvido fala na satisfação de ver no ar uma matéria que provoca uma reação que é revertida em benefício da comunidade, uma vez que ele acredita que o jornalista é a voz e os olhos da sociedade. *“A Dona Maria não tem como chegar ao governante, mas pode fazer isso por meio do jornalismo. Isso é, a meu ver, muito gratificante.”*

O terceiro entrevistado também vê como gratificante a matéria que vai ao ar chegar a milhares de pessoas, sabendo que elas poderão ver e até sentir o que o jornalista sentiu. *“Quando você faz uma matéria sobre pessoas que tem uma estória de vida de dificuldades e que, mesmo assim, deram a volta por cima, é muito bom saber que aquilo ali vai emocionar outras pessoas também”*. Por outro lado, ressalta, quando a estória é ruim, triste ou se trata de algum escândalo ou acontecimento que revolta, é muito bom saber que provocou reações de desagrado e revolta nos espectadores.

Ele acredita que esse tipo de resposta do espectador é um primeiro passo para uma tomada de consciência, o que só faz aumentar a importância do trabalho do jornalista. *“Porém, quando a matéria não atinge seu ideal, é o momento de repensar e avaliar o que estamos fazendo. Criticamos e valorizamos nosso trabalho como qualquer profissional.”*

O olhar do jornalista é sempre muito crítico e isso se dá também em relação ao seu trabalho. Com essa visão, o quarto repórter ouvido avalia sua produção acreditando que, de um modo geral, consegue transmitir bem as notícias. Isso não significa que pode se acomodar, por isso, está sempre se aperfeiçoando, fazendo cursos para melhorar ainda mais seu desempenho. *“Às vezes, me questiono, mas acredito que estou na profissão certa. Penso que não saberia fazer outra coisa.”*

4.5 O EDITOR - O ÚLTIMO FILTRO

A edição do ESTV 2ª Edição é de responsabilidade de dois profissionais: um editor-chefe e um editor assistente. Todas as matérias que chegam da rua passam necessariamente por eles antes de irem ao ar.

O editor assistente começou dizendo que seu trabalho se inicia bem antes de chegar à redação. A leitura dos jornais diários e o acesso à internet são os “deveres de casa” da sua função. *“É nesse exercício que fazemos, muitas vezes, a adaptação de uma notícia de âmbito nacional para nossa realidade local.”*⁸⁶

Esse primeiro exercício do dia, em sua opinião, já é um indicativo de que imparcialidade no jornalismo não é um princípio que se pode dizer cem por cento real. *“Como editor você já começa de casa a pensar o que poderá entrar na edição do dia do telejornal.”*

A parcialidade, nesse caso, passa mais por uma triagem dos acontecimentos que se encaixem melhor no perfil do telejornal. Claro está que essa seleção muitas vezes é “atropelada” pelo número de acontecimentos factuais que vão ocorrendo durante o dia, uma vez que o ESTV 2ª Edição tem uma proposta clara de ser um telejornal que prioriza a exibição daqueles, em detrimento de matérias agendadas.

O agendamento, segundo o editor, acaba funcionando mais em termos de matérias que podem ser desdobradas nos dias seguintes, levando-se em consideração a importância dos fatos.

A princípio, toda matéria que chega da rua é considerada condizente com os fatos. *“É lógico que partimos do pressuposto que o repórter conseguiu ser fiel aos fatos. É preciso estabelecer um relacionamento de confiança com toda a equipe, particularmente com os repórteres, que são nossos braços armados com microfone”*. Isso não significa que ruídos inexistam em um dia-a-dia de produção de um telejornal.

⁸⁶ A partir da leitura de uma matéria sobre o aumento do acesso à internet pelos brasileiros, publicada em um jornal de circulação nacional, ele relatou como adaptou essa notícia para um dos telejornais da TV Gazeta. A pauta pedia personagens para a matéria que queria verificar como os pais podem fazer para descobrir o que o “filho anda fazendo na internet”, se existem meios para se fazer tal controle, o que os filhos acham disso. Enfim, é a típica construção da notícia, que, nesse caso, passou pela subjetividade do editor, que tem filho na pré-adolescência e passa boa parte do tempo na internet.

Ao contrário, os problemas de comunicação são freqüentes, ocasionados, na maioria dos casos, por um “erro” de interpretação do repórter. *“Aí o acerto da matéria precisa ser feito na redação. A função do editor é essa mesma: você é o último filtro entre o que chega da rua e o que vai ao ar. Você só edita o material quando o repórter consegue ser convincente em sua apuração.”*

A imparcialidade vai se tornando ainda mais difícil, em sua avaliação, quando o editor sabe que é o responsável pela escolha do trecho da entrevista que vai ao ar. O repórter já ouviu a fonte e priorizou o que imagina ser o mais importante da entrevista. Mas o editor pode discordar, escolher outra passagem, o que se torna uma segunda avaliação sobre um mesmo assunto. O que pode parecer uma divergência, em sua opinião, tem como objetivo final levar ao telespectador uma mensagem clara e objetiva e que seja útil à sociedade como um todo.

Assim como o repórter possui uma forma de ver os acontecimentos, o editor também faz uma avaliação própria dos mesmos fatos. Por isso, não raro, uma matéria quando chega da rua acaba ganhando uma nova abordagem depois que passa pela edição. *“Você pode consertar a matéria para ela ficar mais crítica, por exemplo.”*

O telespectador, lembra o editor, precisa entender de imediato o que está acontecendo. Não pode questionar ou ter dúvidas sobre os fatos relatados. *“Nosso trabalho é de prestação de serviço mesmo. O papel do jornalista é jogar luz sobre os fatos para que a pessoa compreenda a notícia.”*

Ainda de acordo com o editor, o fato sempre existe; o que varia é a forma como ele é narrado, o que vem a ser o diferencial na divulgação da notícia. O fato também não muda; é sempre o mesmo. No entanto, pode haver omissão de informação. *“Mas a verdade é aquela ali: o fato existe e precisa ser contado.”*

Mas para narrar esse fato, é preciso ter embasamento. Não é possível em jornalismo dizer a verdade sem um amparo. Quando esse “sustento” da verdade inexistente, o jornalista tampouco pode bancar a informação. Daí a necessidade de se fazer todo um trabalho investigativo, de comprovação dos fatos.

“Às vezes, essa verdade demora um pouco para vir à tona. Você tem essa verdade guardada e vai trabalhando as informações nos bastidores até que, uma hora, ela sai.”

Ouvir os dois lados de um mesmo acontecimento é uma preocupação constante nas redações dos jornais. Mas além de dar voz a quem denuncia e também a quem se defende, o editor ressalta a importância de se ouvir uma autoridade para amparar o que está sendo noticiado.

Os repórteres sempre são orientados a não se auto-censurarem na rua. *“Falamos sempre: façam. Se houver excesso, o editor corta na redação. O Repórter precisa ser ousado e criativo. O editor poda quando preciso.”* Isso não significa que ocorre censura, afirma o editor. *“Em 19 anos de profissão atuando sempre no mesmo veículo, nunca sofri censura. Aqui a verdade é sempre dita.”*

Em sua avaliação, o tempo de casa dos tomadores de decisão em um veículo como a TV Gazeta é imprescindível para a realização de um jornalismo de qualidade, aprovado pela audiência. *“Penso que estamos no caminho certo porque, de acordo com as pesquisas, o share do ESTV 2ª Edição no Estado é maior que o do Jornal Nacional.”*

“Dentro do jornalismo vejo ficção como o factóide. Isso acontece com frequência. Ligam para cá, vendem uma pauta ótima e, quando o repórter chega para apurar, era somente alguém ou um grupo agindo por interesse próprio”, observou o editor. Em casos assim, o repórter tem de estar atento, do contrário, vai divulgar notícias para promover ou prejudicar alguém ou um segmento. *“Existem casos em que o repórter relata que o protesto ou o evento começa quando a equipe de reportagem chega ao local e a câmera é ligada. O jornalismo não deve favorecer qualquer segmento, mas sim, trabalhar a serviço de uma comunidade, de uma sociedade.”*

Para ser notícia de TV, o acontecimento precisa ter visibilidade. É importante também que existam personagens. O Telespectador, explica o editor, se vê nesse personagem e até chega a se projetar nele. É dessa forma, observa, que a compreensão da notícia fica mais fácil. Mas nem sempre é possível conseguir esse personagem. O fato existe, mas a fonte não quer falar. A exposição da imagem acaba funcionando como um fator de inibição.

“Ainda que hoje existam recursos como a voz distorcida e a penumbra, as fontes se negam a dar entrevista. Não é como nos veículos impressos, que têm a opção de usar iniciais ou nomes fictícios.”

O editor observa que, assim como nem todo acontecimento vira notícia, nem toda notícia vai sair no ESTV 2ª Edição. É o perfil do jornal que procura atender a um público numeroso e variado que define o que vai ser exibido todas as noites. Alguns acontecimentos, por mais importantes que sejam, não raro acabam se tornando uma nota coberta.

Temas que interessam a todos, como a violência e a insegurança, também passam por filtros dentro do jornal. É preciso, segundo o editor, atentar para não recheiar o jornal do que ele define como violência no varejo, aquelas ocorrências de pouco impacto que acontecem com muita frequência. *“Procedemos assim: queremos saber o que está acontecendo, mas, como editores, podemos dispensar aquela informação. Violência no varejo não entra porque é preciso ter um contexto, um diferencial para virar notícia, senão, acabamos banalizando muito esse assunto.”*

“Acho que o jornalista não pode deixar a subjetividade interferir em seu dia-a-dia. É preciso saber separar, mas reconheço que às vezes é difícil, principalmente para quem está na rua, não se deixar envolver por determinados acontecimentos.”

Pensando assim, o editor acredita que o distanciamento vem com a experiência, distanciamento esse que é bem mais fácil de se conseguir quando se atua somente na redação. *“Na hora da edição você consegue manter essa distância porque não esteve lá apurando os fatos. Não é que você deixa de pensar no drama das pessoas, mas ele te(sic) afeta menos.”*

A credibilidade das pessoas é revelada pelas pesquisas e pela liderança de audiência. Mas isso não significa que o telespectador deixe de opinar sobre o telejornal que gostaria de ver. As pesquisas de grupo focal, lembra o editor, já mostraram a preferência por uma forma menos formal de se narrar uma notícia. *“Aí nossa orientação aos repórteres é para procurar contar uma história como se estivesse falando para alguém conhecido. É preciso ser coloquial para convencer o telespectador.”* Segundo o editor, alguns grupos focais revelaram ainda que a aparência do repórter intimida na hora da apuração dos fatos.

“É impressionante isso: eles falam claramente: ah, o repórter chega de gravata, todo pomposo, a gente tem até vergonha de falar com ele que o esgoto da minha casa está estourado.” Nessas situações, ensina, o repórter deve se vestir de forma menos formal.

Quanto à abordagem, ele lembra que o editor tem mais segurança, até pelo tempo de estrada que geralmente tem. Os editores da TV Gazeta, exemplifica, estão na casa há 20, 30 anos, já passaram pela rua e têm mais segurança na hora de tomar decisões. *“Eu não quero dizer que somos donos da verdade. Tem hora que ficamos em dúvida e temos de dividir isso com os colegas, afinal, somos uma equipe. Sei ouvir o repórter quando ele alega que não fui feliz na edição, mas também sei quando ele está sendo ingênuo.”*

Esse trabalho em equipe para colocar um jornal no ar traz momentos de alegria e de frustrações. Nas palavras do editor:

“quando conseguimos colocar no ar um produto legal, ouvimos todo mundo, destacamos o lado emocional da notícia, além da fala das autoridades prometendo providências, você vai para casa feliz da vida. Mas já aconteceu de eu chegar em casa chorando, quando as coisas não saem do jeito que foram planejadas, seja pelo tempo do jornal que estourou, seja por uma matéria que foi cortada ao meio ou pelo repórter que se perdeu no vivo e fico penalizada por ele. Passamos muito tempo dentro da redação, é natural que criemos laços.”

O editor-chefe do ESTV 2ª edição acredita que toda estória tem mais do que um lado. Por isso, no jornalismo se busca várias versões daquele mesmo acontecimento. *“Nós não somos donos da verdade, não estávamos presentes no momento em que o fato aconteceu. Cabe a nós somente lidar e trabalhar com versões desse fato.”* Por isso, ele acredita que verdade é um conceito amplo; cada pessoa tem a sua e avalia as situações de acordo com o seu eu, o seu interior. *“Nós temos os nossos afetos e somos também afetados durante o dia por essas informações. É de acordo com esses afetos e de como tudo nos afeta, que fazemos uma análise do mundo.”* Então, observa, o conceito de verdade somente pode ser pensando de uma forma ampla e relativa. A verdade também vai depender do telespectador que se posiciona, se afinando ou não com um dos lados da notícia.

A realidade, segundo o editor-chefe, está no plano do mundo, no cotidiano, no dia-a-dia.

“Uma cadeira que você sente, vê, não pode dizer que é ficção. Você tem esse conceito sobre cadeira, que é universal. Isso é realidade, algo palpável, concreto.”

Em jornalismo, acrescenta, pode-se dizer que realidade é o mesmo que fatos. Reconstruir esses fatos é a função do jornalista. Esse processo de reconstrução pode se dar por duas vias: quando o repórter presencia o acontecimento ou pela apuração, ouvindo o relato de terceiros ou de uma fonte escrita.

Já ficção, ressalta, é tudo o que pode ser transportado para o mundo das idéias, das emoções e, às vezes, dos sonhos. Pode-se, por exemplo, imaginar qual o mundo que se deseja construir. *“Quer dizer, o futuro para nós hoje, podemos avaliar como uma ficção, porque não sabemos como vai ser, embora se tente imaginar como esse amanhã será.”* No jornalismo, observa, conta-se pequenas histórias do cotidiano, da realidade, que farão parte da História em um futuro mais distante. *“Nós hoje, no nosso dia-a-dia das redações, estamos também fazendo parte da construção da nossa história, dos nossos modos de vida.”*

O dia é recheado de acontecimentos, todos passíveis de virarem notícias. É o agendamento que determina que um simples fato do dia entre na grade de cobertura de um telejornal. Esse agendamento, explica o editor-chefe, não é aleatório e obedece a determinados valores-guias, sendo os mais importantes a relevância e a abrangência dos fatos. Nem sempre, porém, um acontecimento que atende a esses critérios terá o destaque que merece na mídia. Fatores como tempo, distância e problemas de ordem técnica podem impedir a cobertura de um acontecimento. Da mesma forma, uma notícia corriqueira acaba ganhando mais destaque, porque a equipe consegue chegar no momento certo e fazer uma cobertura ampla dos fatos.

O editor-chefe lembra ainda as situações em que as pautas não correspondem ao fatos encontrados pelo repórter quando está em campo. “É difícil, da redação, se ter uma dimensão real do fato que aconteceu ou está acontecendo na rua.” Nesse momento, o repórter tem dois caminhos a seguir: autonomia para mudar a matéria, ignorando o direcionamento da pauta, ou solicitar orientação ao chefe de reportagem.

Na posição que ocupa, o editor-chefe precisa confiar na equipe de reportagem e, por isso, acredita que as matérias que recebe são fiéis aos fatos.

Ele lembra, porém, que acontece do jornal nem sempre sair da forma como foi planejado.

Situações como essas, confessa, são sempre motivos para se avaliar o trabalho. Algumas vezes são as matérias que parecem não ter ficado completas, seja pela falta de aprofundamento ou pela falta de desdobramento na apuração dos fatos. *“Às vezes, você fica com essa sensação de que é importante ouvir outras fontes para aprimorar as notícias, mas, em outras, isso não é possível devido a fatores de ordem técnica ou mesmo a falta de tempo.”*

O editor-chefe é categórico em afirmar que não acredita em imparcialidade em jornalismo, porque os jornalistas também são afetados pelo mundo. *“Um relato totalmente desprovido de emoção é impossível.”* Mas isso não significa que o repórter pode se deixar levar pelas emoções, assim como a ele não é permitido interpretar e nem acrescentar informações.

O repórter não é impedido de demonstrar emoções no ESTV 2ª Edição. O editor chefe até incentiva essas demonstrações em matérias que geralmente provocam a indignação geral. *“Acredito que nós, como ‘porta-vozes’ da sociedade, temos de nos indignar com determinados fatos, até para funcionar como um alerta aos telespectadores.”* Ele cita então as matérias sobre o aquecimento global: *“a terra é nossa casa, não tem como falar sobre esse assunto sem ser parcial.”* O mesmo ocorre com a violência. Não é possível, em sua opinião, o jornalista ser imparcial enquanto também sofre as consequências da insegurança e com a violência. *“O repórter traduz essa indignação ao contar uma história e o editor reforça esse sentimento na hora da edição.”*

Ele avalia que a opção pela emoção e indignação é uma tendência atual dos telejornais, uma forma de estabelecer uma conexão com o telespectador, de se falar a mesma língua. *“Sempre oriento o repórter a demonstrar suas emoções, mas nem por isso ele deve deixar de ser fiel aos fatos. Sem tomar partido, ele pode se entusiasmar durante a cobertura de uma partida de futebol, por exemplo.”* O repórter, ensina, não é um mero transmissor dos acontecimentos. Ele é o contador da história.

Ao contar uma estória, o repórter faz uma reconstrução dos fatos de acordo com sua avaliação.

E começa pelo que avalia como sendo mais importante dentro daquele acontecimento, que é a forma como ele abre sua matéria. Ao priorizar essa informação, ele já está sendo parcial, na opinião do editor chefe.

E existem também aquelas informações descartáveis que não farão parte da notícia. *“Na edição, ocorre outro filtro, outras seleções. São tantos filtros que não tem como se falar em imparcialidade. Neutralidade também segue essa mesma linha.”*

Já a objetividade é imprescindível para o jornalismo televisivo e esse é o caso do ESTV 2ª Edição, um jornal de curta duração. Quanto à subjetividade, o editor-chefe lembra que cada um é sujeito da sua própria estória e não está livre de avaliações carregadas de valores individuais. *“Dois editores que trabalhem com as mesmas informações com toda certeza farão dois jornais diferentes. É possível dizer qual estava mais condizente com a realidade? Não, são apenas visões diferenciadas do mesmo assunto.”*

Ele acredita que a linha editorial de cada jornal não está livre da subjetividade *“Hoje em dia, todos os telejornais trabalham basicamente com as mesmas informações. O diferencial de cada um ao contar as notícias está justamente na linha editorial e esta passa pela subjetividade da equipe responsável pela sua realização.”* O enfoque dado a cada notícia, avalia, tende a variar, mas isso não significa que alguém mentiu; são apenas visões diferentes de um mesmo acontecimento. O telespectador, acredita, não vai ficar confuso com as várias versões, porque sempre acaba se afinando com uma delas.

O melhor dado para falar de credibilidade é a audiência do telejornal, o mais assistido do Estado, superando o Jornal Nacional em termos de share. *“Isso traz um conforto muito grande, significa que estamos em sintonia com o telespectador.”*

Colocar diariamente um jornal no ar obedece sempre a uma mesma rotina, mas que, ao mesmo tempo, acaba sendo um trabalho muito dinâmico. *“Isso faz com que nos motivemos sempre e, o mais importante, fazemos porque gostamos. Acho que esse é o segredo do sucesso: nos dedicamos de*

corpo e alma para colocar no ar um jornal que atenda aos anseios do telespectador.”

Às vezes, confessa, é frustrante ter de “amputar” a matéria de um repórter devido ao tempo que é curto e deve acomodar mais informações. *“Mas isso é feito por um bem comum, que é tentar dar ao telespectador o maior volume possível de informação.”*

4.6 – ANÁLISE FINAL

Com base nas respostas dos sete entrevistados que acreditamos serem representativos de uma categoria, a saber, a dos jornalistas, em particular, os que trabalham em televisão, passaremos agora a uma análise dessas respostas com o objetivo de observar, na fala dos entrevistados, como eles se vêem na construção do acontecimento midiático. Queremos saber se, em maior ou menor grau, esses profissionais se reconhecem enquanto construtores de realidade.

Com relação à primeira pergunta, por exemplo, que se referia a uma definição de verdade, percebemos que as respostas não foram unânimes e tampouco os entrevistados têm uma visão da verdade como sendo única e igual para todos. A idéia de uma verdade absoluta não apareceu em nenhuma das respostas.

A verdade foi identificada mais com o fato tal qual ele se deu, mas a apreensão total deste já pensada como uma impossibilidade. Dentre as respostas, a mais destoante foi a do repórter que identificou a verdade como sendo aquilo que ele consegue enxergar. *“Se estou vendo, é verdade, aquilo que não estou vendo, não consigo ver como verdade.”*

Em outra resposta, a verdade aparece como um conceito que somente pode ser pensado de forma ampla e relativa. Essa foi a exceção entre os entrevistados, que responderam à primeira questão sempre pensando verdade dentro do campo específico do jornalismo. Uma primeira avaliação sobre esse aspecto revelado na fala dos entrevistados nos permite pensar que uma resposta para essa tendência seria o fato de a noção de verdade ser de tal forma relevante ao universo jornalístico, que o conceito acaba sendo apropriado para o campo, como se o fundamentasse de alguma forma.

O que se pode concluir em um primeiro momento é que, ainda que não acredite em uma verdade pura, o jornalista não pode deixar de buscar essa verdade. Quando isso não é possível, causa desconforto, como o que apareceu na fala de um repórter ao abordar o tema das versões oficiais para os fatos: *“Então, existem situações em que você mesmo duvida daquilo que está colocando, mas você sabe, você apurou, você tem outros contatos; então às vezes é meio questionável o que vai ao ar, porque depende muito de qual é o tipo de verdade que quer se divulgar e a quem interessa essa verdade.”*

O jornalista observa em seu dia-a-dia que as verdades podem ser múltiplas e, mesmo aquela que imagina estar mais próxima do fato, é de difícil apreensão. Mas ele sabe também que, enquanto narrador “oficial” dos acontecimentos, não pode abrir mão desse ideal de verdade. É impensável que um jornalista deixe transparecer, ainda que nas entrelinhas, que a estória que está contando não aconteceu bem daquele jeito; que a sua narração é mais uma entre as versões de um mesmo acontecimento. É preciso que a estória que o jornalista conta ao telespectador chegue até ele como um “relato fiel dos fatos”.

Em jornalismo, não se pode deixar dúvidas sobre a veracidade do que está sendo narrado. Assim, a consciência do jornalista da impossibilidade de se atingir uma verdade definitiva não pode interferir em seu trabalho. É preciso “continuar sonhando” para se fazer parte da construção do acontecimento. Ainda que não se veja mais como um transmissor fiel dos fatos, o jornalista precisa manter a conduta do narrador que conta a estória tal como ela de fato aconteceu.

Ainda que seja uma perspectiva, a verdade em jornalismo deve ser única, ou seja, uma visão dos fatos que em um dado momento se tornou consenso, assim como os formadores da linguagem determinaram um nome para as coisas e fenômenos que passaram a ser válidos para todos.

Se a verdade não é mais entendida como absoluta, o mesmo não se pode afirmar em relação a outros dois conceitos que são, cada qual a seu modo, essenciais à prática do jornalismo: o de realidade e o de ficção.

Começamos pela noção que se tem hoje de realidade que, como defendemos nesse trabalho, é também uma ficção, dada a impossibilidade de se pensar em uma realidade única, fixa e igual para todos.

Em geral, os entrevistados se referiram a um tipo de realidade concreta, ou o mesmo que “fatos cotidianos”, “fatos produzidos pela sociedade ou natureza”, “aquilo que está mais próximo do que aconteceu, da verdade”.

Enfim, realidade é o mesmo que a vida cotidiana que é mostrada pelo jornalismo, sendo, então, identificada com os próprios fatos em si.

Uma vez que os fatos são passíveis de se tornarem notícias, a realidade é o produto do jornalismo por excelência, a matéria-prima com que trabalham os jornalistas.

Dois entrevistados revelaram visões um pouco diferenciadas do que foi descrito acima. Um deles identificou realidade como sendo somente aquilo que pode ver, uma definição bem semelhante a que deu do conceito de verdade. Para esse mesmo repórter, nem mesmo o registro da câmara pode ser considerado como real, uma vez que as imagens sempre são editadas e não exibidas na íntegra, o que já compromete a realidade tal como ela se deu.

Aqui cabe lembrar que nem mesmo o que o jornalista consegue enxergar e tampouco o registro na íntegra da câmera garantem essa apreensão da realidade, se considerarmos ambos como mais uma olhar, portanto, uma perspectiva sobre os acontecimentos.

Ainda que conceitue realidade como aquilo que está mais próximo da verdade, portanto não destoando das respostas dos demais, um outro repórter observou que é possível se criar realidades em jornalismo a partir do momento em que se levanta uma questão, como no exemplo que ele nos deu do medo.⁸⁷ Mesmo questionando em um primeiro momento a validade de tal realidade, que ele define como sendo diferente, o mesmo repórter não pensa o conceito de ficção como sendo o resultado desse poder do jornalismo em criar realidades, e prefere pensar em níveis de realidade.

Ficção, ao contrário, é qualquer coisa que não tenha como base a realidade, a vida, o dia-a-dia, enfim, é apenas uma invenção.

Essa, aliás, é a opinião de boa parte dos entrevistados. Sendo o contrário de realidade, ainda que aquela possa agregar elementos desta, a ficção não tem compromisso com os fatos, nem com suas origens e cronologia.

⁸⁷ Cf. p. 135

Por isso, a ficção não combina com o trabalho do jornalista. Mas o jornalista pode utilizar a ficção, como acredita um dos entrevistados. Nesse caso, ele entende ficção como sendo o mesmo que simulação, um recurso utilizado em jornalismo televisivo para mostrar ao telespectador como as coisas teriam acontecido.

Esse mesmo repórter identificou ainda ficção como sendo a própria imaginação do jornalista sobre um acontecimento que ele não tenha presenciado, afinal, não é possível saber ao certo como um acontecimento se deu. *“A realidade, como disse anteriormente, é somente aquilo que posso ver”*.

Ficção também foi definida como sendo o factóide, aqueles acontecimentos que somente existem em função da mídia, e como a imaginação sobre uma coisa que ainda não aconteceu, sobre o futuro, para lembrar o exemplo de um dos entrevistados. Essas duas respostas foram as mais destoantes, se aproximando um pouco do que entendemos por esse conceito. Baseados em Nietzsche, defendemos a concepção de que toda a produção humana está no campo da ficção.

Podemos concluir que, ao contrário do que ocorre com a idéia de verdade, que se revelou nas respostas dos entrevistados bem mais próxima do que o presente trabalho entende por esse conceito, os conceitos de realidade e ficção, claramente entendidos como opostos, estão mais próximos de uma concepção positivista e mesmo beirando o senso comum.

Absorvidos por essa idéia de realidade concreta, os jornalistas entrevistados acabam por reproduzir uma crença antiga da humanidade: a de que o real existe e pode ser apreendido, mas bem o sabemos que essa é uma ficção que nasceu com a linguagem e com os conceitos de verdade e mentira que se estabeleceram a partir dela.

Quanto aos conceitos de notícia e de acontecimento, acreditamos que as respostas, em geral, mostraram uma maior consciência dos jornalistas em relação à construção da realidade, ainda que continue existindo a idéia de fundo de que existe uma realidade única e que cabe ao jornalista se aproximar o máximo possível dessa realidade.

Notícia é o acontecimento que atende a certos critérios ou valores-guias para chegar ao conhecimento do público pela via de um ou mais meios de comunicação.

Esses critérios variam de acordo com o perfil de cada jornal, mas, em geral, são identificados como a abrangência, importância, visibilidade e, em se tratando de um veículo como a televisão, capacidade para gerar boas imagens, além de tratar de situações e personagens com as quais o telespectador possa se identificar.

A exceção foi a resposta de um dos entrevistados que identificou notícia como sendo a visão que um repórter tem sobre um acontecimento, mais precisamente daquilo que chama a atenção desse profissional dentre tantas informações, o que muitas vezes acaba sendo um detalhe que se torna o diferencial de uma matéria. *“Vai muito do perfil de cada um, dos nossos valores, da forma de criação e até mesmo do contexto familiar. Seu círculo de relacionamentos influencia muito em tudo isso.”* Essa foi a resposta mais de acordo com a nossa visão de notícia enquanto construção de um acontecimento por um viés maior da subjetividade do que querem crer os jornalistas. Vale destacar que, em geral, as respostas do entrevistado em questão foram as que mais se aproximaram da fundamentação teórica do presente trabalho.

Os entrevistados também se mostraram bastante unânimes em relação à fidelidade aos fatos, reforçando um pouco mais a nossa tese de que nem sempre o jornalista se reconhece enquanto construtor de um acontecimento. O repórter procura ser sempre fiel aos fatos, o que não ocorre com os personagens envolvidos nos acontecimentos e tampouco com as testemunhas, enfim, com as fontes, que podem se enganar ou agir de má fé. Essa fidelidade é identificada com a própria criação, com os princípios do jornalista enquanto indivíduo e até mesmo com a ética profissional.

Um dos entrevistados admitiu que nem sempre é fácil se manter fiel aos fatos o tempo todo, principalmente quando não se acredita na orientação da pauta. A subjetividade também costuma atrapalhar a fidelidade aos fatos, como revelou outro entrevistado. Mas, apesar dessas respostas mais destoantes, elas ainda revelam a crença de que é possível ser fiel aos fatos. As situações em que isso não ocorre são de ordem pessoal e não estão necessariamente relacionadas à impossibilidade de apreensão total dos fatos. A fidelidade aos fatos por parte dos jornalistas, no entanto, não é uma garantia de que não possam ocorrer interpretações errôneas sobre os acontecimentos.

Os repórteres estão sujeitos a isso, já que são os responsáveis pela apuração. Portanto, cabe aos editores checar as informações e garantir a veracidade da notícia.

O que se pode observar com essas respostas é uma crença generalizada na existência dos fatos e de que esses podem ser apreendidos.

Mas é preciso recorrer mais uma vez a Nietzsche e lembrar que essa apreensão é sempre uma impossibilidade.

Qualquer tentativa de explicação de um fato, por mais simples que este possa parecer, será sempre uma interpretação, uma vez que é impossível a qualquer indivíduo a apreensão do fato original ou mesmo de sua totalidade.

É somente pela via da interpretação, já carregada de pressupostos e valores que qualquer fato se dá a conhecer.

Essa impossibilidade de uma compreensão do fato em sua totalidade não permite sequer que se possa estabelecer com segurança parâmetros para se chegar o mais próximo possível dos fatos originários. Qualquer padrão de conduta que se estabeleça já pressupõe uma valoração.

Conceitos como objetividade, neutralidade e imparcialidade estão ligados ao campo do jornalismo, mas suas definições se confundem com frequência.

A objetividade, por exemplo, em nenhuma das respostas se aproximou dos pressupostos estabelecidos por Tuchman.

Objetividade foi definida como concisão, clareza ou mesmo a adoção de um discurso direto para se contar uma estória. Isso é ser objetivo.

A neutralidade e a imparcialidade são confundidas em quase todas as respostas, mas sempre se referem a uma postura do profissional frente a uma situação.

Nenhum dos entrevistados admitiu acreditar que é possível ser imparcial ou se manter neutro o tempo todo, mas, de uma forma ou de outra, sabem que esses princípios fundamentam o tipo de jornalismo que se pratica hoje em dia.

Ninguém quer correr o risco de parecer tendencioso aos olhos dos colegas ou mesmo do telespectador, o que certamente prejudicaria a credibilidade da notícia.

É preciso ser sempre convincente e, para isso, são indispensáveis padrões de conduta e adoção de normas e regras que garantam o máximo de neutralidade e imparcialidade na apuração dos fatos: não se deixar envolver pelos acontecimentos, ouvir sempre os diversos lados envolvidos nos fatos e, tampouco, permitir que as crenças e convicções individuais interfiram na vida profissional. Ainda assim, é possível burlar essas regras e deixar que a notícia acabe se tornando o ponto de vista do jornalista, como ficou evidente na resposta de um dos entrevistados. Segundo ele, o jornalista consegue ser parcial sem ferir os princípios do jornalismo sempre que coloca sua posição na fala da fonte. *“Assim, você passa sua revolta sem deixar claro que pensa da mesma forma. Tem coisa que você não consegue evitar e penso que esse é um pouco o nosso papel.”*

Essas respostas foram as mais reveladoras no sentido de que os profissionais entrevistados têm consciência de que não são meros transmissores dos fatos. Mas o que também nos pareceu é que não existe um questionamento a respeito dessas condutas e dos valores a elas inerentes, que acabam sendo transmitidos ao público em forma de notícias. Somente um dos entrevistados mostrou preocupação em relação a essa questão, ao lembrar da responsabilidade que é levar informações ao público. *“Quanto mais gente acredita em você e pode até tomar decisões em função das informações que está recebendo, mais criterioso se deve ser no preparo das notícias.”*

A certeza de que a subjetividade interfere no trabalho do jornalista aparece em todas as respostas, mas quase sempre é vista como algo com o qual se deve ter cuidado para não se comprometer a notícia, tarefa mais difícil para o repórter, responsável pela apuração dos fatos, que lida diretamente com as situações e personagens que vão fazer parte da sua matéria. Os editores, ao contrário, conseguem manter um distanciamento maior, uma vez que lidam indiretamente com os acontecimentos.

Assim, funcionam como uma espécie de filtro da subjetividade excessiva dos repórteres. Esse distanciamento dos fatos garante uma espécie de imunidade a esses profissionais, que conseguem enxergar as situações com mais clareza. Tal filtro, é preciso lembrar, não deixa de ser uma interpretação, portanto, não está livre dos valores.

Um dos entrevistados chegou a reconhecer a influência da subjetividade na linha editorial de cada jornal, o que, em sua avaliação, vem se tornando um diferencial em um meio que trabalha basicamente com as mesmas notícias.

Mas o que poderia parecer um comprometimento da credibilidade desses veículos junto ao seu público, dada a importância da objetividade em narrativas fundadas na existência da realidade, parece funcionar mais como uma estratégia para se manter afinidade com o telespectador. Apesar de considerarmos esse um tema de grande relevância, não cabe ao presente trabalho desenvolver mais esse assunto.

O que nos interessa aqui é saber se a consciência de que a subjetividade interfere no trabalho do jornalista leva a uma outra consciência, sem dúvida a mais importante para a nossa questão: até que ponto o jornalista se reconhece como construtor de realidade. A nosso ver, o fato de admitir tal influência não abre caminho para maiores reflexões sobre a subjetividade e sua conseqüente participação na construção da narrativa. A subjetividade é mais entendida como aquele impulso ou sentimento que precisa ser controlado pela razão, para não haver comprometimento da notícia.

Da nossa perspectiva não existe tal separação. A subjetividade não aflora algumas vezes, em situações que gerem sentimentos ou emoções de qualquer natureza. A subjetividade é a forma como cada pessoa lida com as coisas do mundo e isso se dá o tempo todo. Sempre somos subjetivos em nossas avaliações; somos constantemente afetados pelo mundo a nossa volta e fazemos a todo instante interpretações desses afetos a partir dos nossos valores que, em última instância, são sempre subjetivos.

Quanto à credibilidade junto ao público, as respostas também foram bastante coerentes, dando conta de uma certeza de que existe uma resposta positiva do telespectador. Essas respostas mais uma vez nos fazem recordar o quanto é imprescindível ao jornalismo os ideais de verdade e realidade, essenciais para se atingir a credibilidade junto à audiência. Esta, por sua vez, precisa ser convencida não apenas pela narrativa e força das imagens, mas também pelas posturas e a aparência do repórter e apresentador, detalhes que fazem diferença para o telespectador, como revelam as pesquisas com o público.

Em relação à abordagem, todos os entrevistados admitem que nem sempre ficam satisfeitos quando vêem o produto final do seu trabalho, ou seja, a notícia no ar.

A maioria por autocrítica, mas outros fatores também influenciam a insatisfação com a abordagem, como o trabalho em equipe, a dificuldade em se lidar a cada dia com situações diferentes, algumas desconhecidas, além da corrida contra o tempo e dificuldades técnicas. Somente um dos entrevistados admitiu que, às vezes, tem dúvida em relação a abordagem adotada, se foi a mais correta. No geral, a insatisfação não leva a um questionamento mais aprofundado sobre a apropriação da realidade pelo viés jornalístico.

O sentimento de realização profissional apareceu na maioria das respostas. Quase todos revelaram ainda uma certeza de que estão participando de alguma coisa maior, um trabalho relevante para a sociedade. Não desmerecendo tal importância, dada a necessidade que as pessoas têm hoje em dia de se manterem informadas, e isso se dá pela via do jornalismo, não podemos deixar de questionar até que ponto a informação é sempre benéfica para a sociedade.

CONCLUSÃO

O tema proposto, ou seja, verificar como se dá o reconhecimento do jornalista como construtor de realidade, para nós se mostrou relevante devido ao caráter configurador da realidade nos meios de comunicação no mundo contemporâneo e, principalmente, por ser, nesse universo midiático, a narrativa jornalística o discurso que se mostra como “real”, “verdadeiro”, não fictício, enfim, a realidade propriamente dita.

Nossa busca somente seria validada se nos empenhássemos em uma definição de realidade, um conceito caro ao universo jornalístico. Mas não poderíamos falar de realidade sem antes dedicar um espaço considerável à linguagem, precisamente sua formação e os valores dela oriundos, a saber: a verdade e a mentira.

Adentramos ao campo da filosofia e, a partir dessa fundamentação teórica, tomamos como suposto que o mundo que conhecemos nasceu com a linguagem e, assim sendo, deve ser pensado como ficção.

Realidade, dentro dessa perspectiva, também só pode ser entendida como tal. Saindo do campo da filosofia, mas ainda dando continuidade a uma fundamentação teórico-filosófica que possibilitasse um maior embasamento a nossa questão, partimos para uma contextualização do mundo contemporâneo que se configura cada vez mais pela via midiática. Era necessário delimitarmos ainda mais nosso tema e, dentre tantas possibilidades, trabalhamos com pensadores da atualidade que se dedicam ao tema da comunicação. Para tanto, fizemos uso de reflexões que reforçaram a nossa problemática, priorizando uma visão mais crítica. Nosso recorte foi no sentido de procurar mostrar como a realidade cada vez mais é identificada com os “produtos” que são veiculados pelos meios de comunicação, em especial os eletrônicos que utilizam a imagem como a principal forma de linguagem.

Numa tentativa de nos aproximarmos ainda mais do nosso objeto, tratamos mais especificamente da mídia televisão, procurando mostrar sua imensa influência nos modos de vida das sociedades contemporâneas.

Já mais próximos ao universo jornalístico, utilizamos uma seleção de autores desse campo cujas produções reforçaram ainda mais a nossa idéia central de que a narrativa jornalística é uma construção da realidade.

Ao tratarmos do acontecimento e da notícia, bem como da questão da objetividade, tínhamos em mente jogar mais luz sobre nossa temática. Mas era necessário um recorte que nos colocasse o mais próximo possível do nosso objeto, o que nos levou a tratar do tema específico do jornalista de televisão, fechando assim a fundamentação teórica do presente trabalho.

O quarto capítulo foi uma tentativa de contextualizar a fundamentação teórica por nós utilizada e, por isso, fizemos a opção pelo estudo de caso, que nos possibilitou a realização de uma análise com algumas conclusões sobre a nossa questão.

Com base no estudo de caso, sugerimos que não é bem claro para o jornalista seu papel na construção da “realidade”.

Talvez a pergunta que se possa fazer a partir dessa constatação é no que implica tal desconhecimento.

Necessário se faz aqui ressaltar que, a princípio, não se pode pensar que esse desconhecimento seja um problema, afinal, independente de ser ou não consciente do seu papel na construção da “realidade”, o jornalista sempre contará uma versão do acontecimento.

O que pode ser problemático, a nosso ver, é acreditar que esse recorte que ele faz do “real” seja uma versão fiel dos fatos, a mesma que será consumida em forma de notícias por um público heterogêneo.

Vale lembrar a confiabilidade que esse mesmo público em geral estabelece com os jornais e noticiários, confiabilidade essa comprovada pelas pesquisas.

O perigo encontra-se nesse cegamento, que não deixa ver que, junto com as notícias, seguem embutidos valores que contribuem para a manutenção do *status quo*. Vejamos o problema da violência, por exemplo, muito citado nas entrevistas.

Assassinatos ocorrem com frequência nas periferias das cidades e são tratados com descaso pela mídia, ao passo que um crime contra alguém da classe média recebe toda a atenção dos veículos de comunicação, que não se limitam a relatar os fatos, mas enfocam o quanto a sociedade está chocada e cobram medidas de combate à violência.

Nas entrelinhas podemos ler que a vida de boa parte da população vale bem menos; que uns estão entregues à própria sorte, devido às condições sócio-econômicas de um país onde impera uma das piores taxas de distribuição de renda do mundo, enquanto outros são vítimas de uma violência que precisa ter fim, porque ameaça mais e mais uma classe social antes imune a um problema já crônico nas periferias das grandes cidades.

Poderíamos citar aqui outros exemplos de valores que vão sendo construídos e que são repassados à sociedade em forma de notícias. Mas sabemos também que não podemos correr o risco de nos deixarmos seduzir pela idéia de que existe “um certo e um errado”, enfim, por valores outros que não aqueles que podemos chamar de dominantes. Não estamos propondo que se faça uma opção por outro viés da “realidade”, mas sim, que essas discussões sejam levantadas. Claro está que esta não é a proposta do presente trabalho. Bem mais tímida, nossa intenção era apenas situar o jornalista na construção da “realidade” e responder a uma pergunta central: se ele se reconhece nessa construção. Acreditamos que não, pelo menos não na maioria das vezes, e, principalmente, quando exerce sua função de transmissor dos fatos para a sociedade.

E mesmo quando esse reconhecimento se dá, ocorre de forma parcial, sem maiores questionamentos e reflexões.

Por que isso ocorre? Talvez a primeira das respostas, e a mais importante a nosso ver, está no fato de o jornalista fazer parte de uma sociedade que se funda em crenças como a da existência da verdade e da realidade.

Como qualquer ser humano, tem seus valores e convicções; como pertencente a uma sociedade voltada para o consumo e que privilegia o imediatismo, precisa se adaptar às exigências do mundo contemporâneo, onde reflexões como as que propomos se restringem apenas ao universo acadêmico.

Afetados por um mundo que se virtualiza a passos largos e inseridos em uma sociedade e nos seus modos de vida cada vez mais marcados por novas necessidades (material e performance), o jornalista precisa se ajustar a uma realidade que exige uma interação constante com novas tecnologias, essas mesmas que acabam se tornando ultrapassadas com uma rapidez sem referente na história da humanidade.

Não interagir, nesse caso, significa ficar à parte e correr o risco de não mais pertencer a um mundo que se renova constantemente. É preciso se aperfeiçoar sempre e estar “antenado” com as novidades do mercado.

Mas podemos também pensar em outros fatores que possam contribuir para essa situação. A formação acadêmica, por exemplo, não possibilita ao jornalista um maior embasamento teórico, filosófico em particular, que lhes proporcione uma melhor compreensão e reflexão sobre o mundo. Ao contrário, o que se vê é uma redução das disciplinas consideradas teóricas em favor das práticas, tendência que se observa principalmente nas faculdades particulares, mas também e, em ritmo crescente, nas universidades públicas. Por fim, e talvez tão relevante como os demais fatores acima citados, não podemos nos esquecer que o jornalista é um empregado que deve se moldar às normas de uma empresa. Idealismos à parte, é preciso se esforçar para se manter no mercado de trabalho, um mercado que não está preocupado com reflexões de qualquer natureza, mas com a eficiência, comprometimento, competitividade e produtividade dos seus profissionais. A visão quase que romântica do jornalista humanista preocupado em construir uma sociedade mais justa – ainda que esse seja também um viés - cedeu lugar a profissionais que servem a uma indústria responsável por transformar a notícia em um produto mercadológico.

Enfim, tantas outras podem ser as respostas prováveis a esse não-reconhecimento e, provavelmente, nenhuma delas dará conta de explicar esse fenômeno em sua totalidade. Essa é mesmo uma impossibilidade, como defendemos em cada página do presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ARBEX, José Júnior. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Denis de. **Por uma Outra Comunicação: mídia, mundialização Cultural e poder**. São Paulo: Record, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. **A Ilusão Vital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BIRD, S. Elizabeth, DARDENNE, Robert W. Mito, registo e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nélson(org). **Jornalismo: Questões, Teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CORBUSIER, Roland. **Enciclopédia Filosófica**. Petrópolis: Vozes, 1974.

DUARTE, Jorge. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

HAAR, M. **Nietzsche et la métaphysique**. Trad. Bernardo B. C. Oliveira. Paris: Gallimard, 1993.

HACKETT, Robert A. Declínio de um Paradigma?: a parcialidade e a Objetividade nos Estudos dos Mídias Noticiosos. . In: TRAQUINA, Nélson(org). **Jornalismo: Questões, Teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999.

HINGST, Bruno. Uma visão histórica da televisão no Brasil. **Líbero Revista Acadêmica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero**, São Paulo, nº13/14. 2004.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.

KNIGHTLEY, Phillip. **A Primeira Vítima**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

KUNCZIK, M. **Conceitos de Jornalismo**: a Ilusão da profissão 'livre'. São Paulo: Edusp, 2002.

MARTINUZZO, José Antonio (org.) **Roda TV!**: a televisão capixaba em panorama. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 2006.

MOLOTCH, Harvey, LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. . In: TRAQUINA, Nélson(org). **Jornalismo: Questões, Teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999.

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização: In: **Por uma outra comunicação, mídia, mundialização, cultural e poder**. São Paulo Record, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Coleção os Pensadores** Tradução e notas Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **O Anticristo**. Lisboa: Guimarães Guimarães e Camões, 1978.

_____. **Ecce-Homo**. Lisboa: Guimarães e Camões, 1984.

_____. Coleção os Pensadores (Tradução e notas Rubens Rodrigues Torres Filho). São Paulo: Abril Cultural, 1987.

_____. **Crepúsculo dos Ídolos**. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.

_____. **Assim Falou Zaratustra**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.

_____. **A Genealogia da Moral**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. **Humano, Demasiado Humano**. Companhia das Letras: São Paulo, 2000. Tradução, notas e pós-fácio Paulo César de Souza.

_____. **Sabedoria para Depois de Amanhã** (Seleção dos fragmentos póstumos por Heinz Friedrich): Martins Fontes, São Paulo, 2005.

_____. **Crepúsculo dos Ídolos**. Companhia das Letras: São Paulo, 2006

_____. **Além do Bem e do Mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **La Voluntad de Poderio**. Madrid: Edaf, 1994.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: NORA, Pierre & LE GOFF, Jaques. História: Novos problemas. F. Alves, 1979.

PENA, Felipe. O Jornalista atropelado. **Revista Trama**, Niterói, PPGCOM/Unesa, n.1, 2001.

RAMONET, Ignácio. O Poder Midiático. In: MORARES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder**. São Paulo: Record, 2004.

RODRIGUES, Adriano D. O Acontecimento. . In: TRAQUINA, Nélon(org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

RUSSELL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**. Trad. Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O Mundo como Vontade de Representação**. Trad. Wolfgang Leo Maar e Maria Lúcia Mello e Oliveira Cacciola. São Paulo: Nova Cultural, 2000. Coleção Os Pensadores.

SHUDSON, Michael. **Discovering the News: a social history of american newspapers**. New York: Basic Books, 1978.

_____. A política de forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In:TRAQUINA, Nélson (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”**, Vega, 1999.

SODRÉ, Muniz. **A Máquina de Narciso**: televisão, indivíduo e poder no Brasil. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**: uma teoria da comunicação linear e em redes. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz, PAIVA, Raquel.**O Império do Grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. **Cidade dos Artistas**: cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

THEODOR, Adorno. **Indústria Cultural e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TRAQUINA, Nelson. As Notícias.In:TRAQUINA, Nélson (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”**, Vega, 1999.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In:TRAQUINA, Nélson (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”**, Vega, 1993.

VICO, Jeanbattista. **Coleção os Pensadores**. São Paulo:Abril Cultural, 1979.

VIRILIO, Paul. **A Arte do Motor**.São Paulo:Estação Liberdade,1996.

WEAVER, Paul H. As notícias de jornal e as notícias de televisão. In:TRAQUINA, Nélson (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”**, Vega, Lisboa,1999.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Roteiro de perguntas

- 1- O conceito de verdade é essencial à prática do jornalismo. Assim sendo, o que você entende por verdade?
- 2- Podemos dizer que ficção é tudo aquilo que não pode ser considerado como realidade ou o que comumente se define como mundo real. Para você, o que vem a ser ficção e realidade?
- 3- A função do jornalista é transformar acontecimentos em notícias. O que você entende por acontecimento e por notícia?
- 4- Você acredita que as informações do ESTV 2ª Edição são fiéis aos fatos?
- 5- Ainda que muitos autores contestem conceitos como objetividade, neutralidade e imparcialidade, estes continuam sendo muito caros à prática do jornalismo. O que você entende por cada um desses conceitos?
- 6- Em sua opinião, a subjetividade interfere ou não no trabalho do jornalista?
- 7- Em relação ao telespectador, você acredita que as notícias veiculadas convencem o telespectador?
- 8- Em seu dia-a-dia, houve momentos em que você chegou a se questionar sobre a abordagem adotada em relação à informação transmitida?
- 9- Quando você vê o resultado do seu trabalho, o telejornal, o que sente a respeito?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)